



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

WELLINGTON JHEMERSON COSTA DA CONCEIÇÃO

**A Luta pela Reforma Agrária no Sudeste Paraense nas páginas do jornal O Grito da
PA 150: Terra e Liberdade (1980-1987)**

**BELÉM – PA
2023**

A Luta pela Reforma Agrária no Sudeste Paraense nas Páginas do Jornal O Grito da PA
150: Terra e Liberdade (1980-1987)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia (PPHIST – UFPA).

Linha de pesquisa: Cidade, Floresta e Sertão: Cultura, Trabalho e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha.

Coorientador: Fábio Tadeu de Melo Pessôa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Jhemerson, Wellington Jhemerson Costa da Conceição.

A Luta pela Reforma Agrária no Sudeste Paraense nas Páginas do Jornal O Grito da PA 150: Terra e Liberdade (1980-1987) / Wellington Jhemerson Costa da Conceição Jhemerson. — 2023. 168 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha.

Coorientador(a): Prof. Dr. Fábio Tadeu de Melo Pessôa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de PósGraduação em História, Belém, 2023.

1. Imprensa Alternativa; Conflitos pela Terra; Reforma Agrária; Sudeste paraense. . I. Título.

CDD 981

TERMO DE APROVAÇÃO

WELLINGTON JHEMERSON COSTA DA CONCEIÇÃO

A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO SUDESTE PARAENSE (1980-1987)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha (UFPA)
Orientador

Prof.^a. Dra. Leira Mourão (UFPA)
Examinador interno

Prof. Dr. Antonio Maurício Dias Costa (UEPA)
Examinador interno

Prof. Dr. Fábio Tadeu de Melo Pessôa (UFPA)
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

*Em memória à minha mãe, Edna
Maria da Silva Costa (1979-2021).*

*Em memória às inúmeras pessoas
mortas pelo Covid-19.*

*Amo a história. Se não a amasse não
seria historiador.*

(Lucien Febvre, 1989).

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a conclusão deste trabalho, que começou a ser pensado em 2015 (no segundo semestre da graduação), ao conhecer o acervo da Comissão Pastoral da Terra de Marabá (CPT). Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Edna Maria da Silva Costa, por ter tido um papel fundamental na minha formação pessoal e acadêmica. Ela foi a responsável por, embora diante das dificuldades financeiras, fazer com que eu enxergasse nos estudos, e no ingresso na Universidade Pública, uma forma de resistir.

Às minhas irmãs, Jacqueline Costa e Jeniffer Costa, pelo incentivo à conclusão deste trabalho de pesquisa e, principalmente, pela união durante a superação da ausência física de nossa mãe, que enfrentamos ao longo dos últimos três anos.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por conceder, durante 12 meses, uma bolsa de estudos, que fora fundamental no desenvolvimento e amadurecimento da escrita deste trabalho.

Aos trabalhadores da CPT de Marabá e de Belém, colaboradores fundamentais para que essa pesquisa fosse escrita, diante as diversas fontes preservadas e catalogadas ao longo dos anos, fontes essas essenciais para que eu pudesse conhecer de perto a luta pela terra no sul e sudeste do Pará.

Ao orientador desta dissertação, o professor Dr. Pere Petit, por sua paciência diante as minhas limitações e por estar sempre disposto em ajudar no crescimento da pesquisa, enviando textos, chamando atenção para alguns erros analíticos, e na colaboração da crítica documental.

Ao professor Dr. Fábio Pessôa, coorientador do trabalho, por ter contribuído para que eu pudesse compreender melhor o objeto de pesquisa. É impossível citá-lo sem elucidar que a reflexão sobre o jornal alternativo começou em 2015, na cidade de Marabá, sudeste paraense e nessa época, eu participava de um grupo de estudo a respeito dos *Movimentos sociais no sudeste paraense*, sob a sua coordenação. Ao final do curso, fomos até a sede da CPT de Marabá conhecer o acervo documental e, a partir daquele momento, as reflexões sobre o papel do ofício do historiador foram sendo estimuladas e amadurecidas.

Agradeço ao professor Dr. Antonio Maurício Dias Costa, uma vez que leu atentamente o trabalho e fez contribuições pertinentes durante a defesa.

O professor Dr. Cássio Augusto também tem contribuição neste trabalho, por compartilhar comigo o seu acesso do acervo do jornal *Estadão*. Encontrei muitos editoriais pertinentes para a pesquisa, que o leitor (a) poderá encontrar ao longo da escrita.

Gostaria de agradecer também aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST – UFPA), pela sensibilidade diante do momento que vivemos durante a pandemia da covid-19.

E encerro agradecendo à minha esposa, Lidyanne Monteiro, pelo apoio fundamental durante a pesquisa e a escrita deste trabalho. Apesar dos momentos de dificuldades que vivemos por conta da vida adulta, juntos, conseguimos enfrentá-los e superá-los. Muito obrigado, amo-te!

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado foi analisar a luta pela reforma agrária no sudeste paraense, tendo como fonte principal o jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. O jornal alternativo era editado pela Diocese de Marabá (PA) entre 1980 e 1987, sendo uma das principais vozes nesse período de informação, mobilização e formação política dos trabalhadores rurais. Por conta do seu conteúdo em favor da reforma agrária durante o processo de transição da ditadura militar (1964-1985) para a Nova República, *O Grito da PA 150* acabou despertando o ódio e a perseguição de fazendeiros, jagunços, autoridades civis e militares que atuavam na região. No entanto, isso não impediu que o jornal alternativo continuasse divulgando os conflitos e mobilizasse os camponeses em campanhas pela reforma agrária, nas Assembleias do Povo de Deus, Associações de Bairros, CEB's, Oposições Sindicais e nos partidos de oposição à ditadura. Além de analisar o jornal *O Grito da PA 150* e a bibliografia especializada sobre o tema, outras fontes de interesse para o desenvolvimento da pesquisa foram inseridas, como as fontes hemerográficas (jornais e revistas), a documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), documentos judiciários, boletins, cartilhas, atas de reuniões, cartas e relatos orais.

Palavra-chave: Imprensa Alternativa; Conflitos pela Terra; Reforma Agrária; Sudeste paraense.

ABSTRACT

The aim of this master's thesis was to analyze the ongoing struggle for the agrarian reform in southeastern Pará, using the newspaper O Grito da PA 150: Terra e Liberdade as its main source. The alternative newspaper was published by the Diocese of Marabá (PA) between 1980 and 1987, and was one of the main voices in this period of information, mobilization and political training for rural workers. Because of its content in favor of agrarian reform during the transition process from the military dictatorship (1964-1985) to the country's New Republic, O Grito da PA 150 ended up arousing the hatred and persecution of farmers, jagunços, civil and military authorities who were active in the region. However, this didn't stop the alternative newspaper from continuing to publicize the conflicts and mobilize the peasants in campaigns for agrarian reform, in the Assembly of the People of God, Neighbourhood Associations, Basic Ecclesial Communities (CEBs), Trade Union Oppositions and in the parties opposing the dictatorship. In addition to analyzing the O Grito da PA 150 and the specialized bibliography on the subject, other sources of interest for the development of the research were inserted, such as hemerographic sources (newspapers and magazines), documentation produced by the National Information Service (SNI), judicial documents, bulletins, booklets, minutes of meetings, letters and oral reports.

Keyword: Alternative Press; Land Conflicts; Agrarian Reform; Southeast Pará

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Reforma Agrária: radical e imediata.....	21
Imagem 2: As áreas em conflitos.....	36
Imagem 3: Francisco Jacinto de Oliveira.....	73
Imagem 4: Termo do Acordo.....	74
Imagem 5: Boletim da Comissão Pastoral da Terra.....	83
Imagem 6: O Grito da PA 150 – Terra e Liberdade.....	85
Imagem 7: Querem calar o “Grito ameaçando e prendendo lavradores	88
Imagem 8: Carta da CPT em apoio ao advogado Paulo Fonteles.....	111
Imagem 9: Prenderam Fogoió mas o grito não cala	114
Imagem 10: Querem calar o “Grito” ameaçando e prendendo lavradores.....	115
Imagem 11: Comemorando as lutas e vitórias.....	115
Imagem 12: Unidos somos mais fortes.....	116
Imagem 13: Paulo Fonteles denuncia assassinato do posseiro Sinhôzinho em Conceição do Araguaia.....	117
Imagem 14: UDR e violência no campo.....	117
Imagem 15: Olha o GETAT-PM.....	118
Imagem 16: Declaração.....	119
Imagem 17: Declaração.....	119
Imagem 18: Casa queimada dos posseiros em lugar do sudeste paraense.....	120
Imagem 19: Carta denuncia.....	121
Imagem 20: Getat: queimando o último cartucho.....	123
Imagem 21: Política de terras.....	123
Imagem 22: Reforma Agrária.....	124
Imagem 23: Trabalhadores fundam sindicato.....	125
Imagem 24: Mais uma do GETAT.....	125
Imagem 25: Assembleia.....	126
Imagem 26: Gordos e magros.....	128
Imagem 27: Chega de exploração	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura física do jornal e a radiografia da violência.....	35
Tabela 2: Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo - série histórica (1970/2006).....	52
Tabela 3: Assassinatos em decorrência dos conflitos agrários: 1971-2013.....	71

SIGLAS UTILIZADAS

ACB – Ação Católica Brasileira.
ADETUNI – A Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá.
ALEPA – Assembleia Legislativa do Pará.
CEB – Comunidade Eclesial de Base.
CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano.
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CPT – Comissão Pastoral da Terra.
ENCLAT – Encontro Estadual das classes trabalhadoras do Pará.
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.
I PNRA – I Plano Nacional da Reforma Agrária.
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Secundarista Católica
JOC – Juventude Operária Católica.
JUC – Juventude Universitária Católica.
MEB – Movimento de Educação de Base.
MPLA – Movimento Pela libertação dos Presos do Araguaia
PAPIM – Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro.
MDB – Movimento Democrático Brasileiro.
PC do B – Partido Comunista do Brasil.
PCB – Partido Comunista Brasileiro.
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PF – Polícia Federal.
PM – Polícia Militar.
PT – Partido dos Trabalhadores.
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SNI – Serviço Nacional de Informações
SPVEA – Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia.
STM – Superior Tribunal Militar.
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais.

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.

TL – Teologia da Libertação

UDN – União Democrática Nacional

UFPA – Universidade Federal do Pará.

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CAPÍTULO: O Grito da PA 150:Terra e liberdade, um jornal em defesa dos direitos humanos.....	27
1.1 A construção de um jornal combativo: entre a informação e a formação política	27
1.2 A ditadura militar e a Amazônia Oriental em cena	42
1.3 A Igreja Católica e a questão da terra.....	54
2. CAPÍTULO: Terra e Liberdade	67
2.1 Justiça e Liberdade.....	67
2.2 Repressão ao jornal O grito da PA 150: Terra e Liberdade	81
2.3Trabalhadores, uni-vos: a mobilização pela reforma agrária.....	91
3. CAPÍTULO:Entre o conservadorismo, o verbal e não verbal e o jornal enquanto fonte	102
3.1 A Reação Patronal contra a reforma agrária: práticas antigas e novas estratégias	102
3.2 A Linguagem verbal e não verbal do jornal.....	113
3.3 A imprensa brasileira como espaço cultural, político e de lutas sociais	130
REFERÊNCIAS.....	147

INTRODUÇÃO

É preciso gritar, gritar alto, gritar juntos, gritar de peito aberto, gritar sem parar até o último suspiro de vida. É melhor morrer gritando do que morrer calado no silêncio da covardia (*O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, nº 5, janeiro de 1985).

Antoine Prost no livro *Doze lições sobre a história* refletiu diversas questões referentes ao nosso ofício de historiador. Problematizou também que em muitos casos “a história depende da posição social e institucional de quem escreve”¹. Concordo com o historiador e por isso compreendo que seja pertinente reconstituir o meu interesse intelectual de pesquisa pela reforma agrária discutida nas páginas do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade (1980-1987)*², cuja pretensão durante o seu tempo de circulação foi ser “um veículo de informação de tudo aquilo que acontece na Pa-150”³. Desse modo, o jornal tinha uma intenção política de atuação e ao longo das suas edições manifestou “claramente sua posição a favor da classe trabalhadora, da classe oprimida”⁴.

Revelava a preocupação político e social dos editores em transformar o jornal em uma ferramenta contra o latifúndio⁵ e o combate às ações de algumas instituições do Estado em favor dos interesses dos grandes proprietários de terra na região do sudeste paraense. Embora *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* tivesse a pretensão de registrar todos os acontecimentos da região, não temos o mesmo objetivo, visto que durante a

¹ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. – 2ª ed.; 4. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (Coleção História e Historiografia, 2), p. 07.

² Essa documentação está disponível no Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Marabá. Fiz o levantamento de 30 números, produzidos na seguinte ordem: 7 edições em 1980; 11 edições em 1981; 4 edições em 1982; 3 edições em 1983; 2 edições em 1984, 1 edição em 1985, 1986 e 1987.

³ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Apresentação**. Ano I, nº1, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Um ano gritando contra a opressão**. Ano II, nº13, Diocese de Marabá/PA, maio de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁵ Notamos nas páginas do jornal que o latifúndio não era entendido e associado apenas com a grande propriedade, visto que era percebido também como o causador da degradação da natureza por conta da transformação do seu recurso natural (as madeiras, animais, seus frutos). Quando o jornal abordou a grande propriedade estava questionando a comercialização da natureza e a exploração da mão de obra – muitas vezes em condições análogas com a escravidão – realizada por empresas, particulares e as multinacionais com conluio do Estado.

escrita da história reconstituímos apenas fragmentos do passado, vestígios que foram deixados por meio de experiência de homens e mulheres no tempo⁶.

Ao longo do trabalho, além do nome do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, a expressão *jornal alternativo* será utilizado como sinônimo. O motivo foi que o impresso era um veículo de comunicação não ligado a política dominante, não tinha a intenção de acumulação de capital e estava inserido em um momento particular da história local e regional em que muitas pessoas, entidades e partidos políticos de oposição⁷ lutavam pela democracia, os direitos humanos e a reforma agrária.

Parte do nosso entendimento a respeito do conceito de *jornal alternativo* partiu das ideias do jornalista e cientista político Bernardo Kucinski, compreendendo que a expressão apresenta quatro interpretações:

A primeira de “algo que não está ligado a políticas dominantes”; a segunda, “o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes”; a terceira, “o de única saída para uma situação difícil” e a quarta, o “desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam⁸.”

O jornal *O Grito da PA 150* manifestava o desejo para sair de uma situação difícil em um momento marcado por diversas manifestações de violências no campesinato paraense na década de 1980. Nesse sentido, jornal alternativo esteve do lado dos sujeitos excluídos de políticas públicas que lutavam contra a violação da dignidade humana e, ao mesmo tempo, protagonizavam a transformação social da realidade no qual estavam submetidos.

⁶ CERTAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982; Thompson, E. P. **Costumes em Comum**. Revisão Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; BLOCH, Marc. Análise histórica. In: **Apologia da História ou ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 e KEITH, Jenkins. **A História repensada**. Trad. Mário Viela, 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

⁷ Nesse contexto, os principais partidos de oposição eram o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Todavia, é importante algumas considerações, pois ambos os partidos, pelos menos até 1985, atuavam como “frentes”, porque existiam nos seus interiores “partidos dentro de partido”. Como assim? Na sigla do MDB, por exemplo, atuavam lideranças políticas de partidos que estavam na clandestinidade durante a ditadura militar, a exemplo do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). No caso do PT, organizações como do Partido Revolucionário Comunista (PRC) e Convergência Socialista (CS), por exemplo, atuavam nos bastidores do partido como uma via institucional para seus trabalhos. Para saber mais, ver: SIVA, Antonio Ozaí da Silva. **História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)**. São Paulo: 2ª Ed. (revisada e ampliada), 1987, p.102-148. Pensando o sudeste do Pará, o advogado da CPT, Gabriel Sales Pimenta, era militante do MR-8. Já o advogado Paulo Fonteles, por sua vez, foi militante do PC do B, mas este estava na ilegalidade. A estratégia encontrada foi participar pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sendo eleito deputado estadual em 1982. Ambas as lideranças dos direitos humanos foram assassinadas pelo latifúndio, como veremos ao longo do trabalho.

⁸ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. Editora Página Aberta Ltda. 2 eds., revista e ampliada, 2001, Edusp, p. 05.

Segundo Sônia Virgínia Moreira, a imprensa alternativa era também “os jornais e revistas que nasceram nos últimos vinte anos e não estavam ligados, via cordão umbilical, à chamada grande imprensa ou imprensa oficial”⁹. Para a historiadora Maria Aparecido de Aquino, a imprensa alternativa apresentava mais uma característica importante, posto que:

Não se pretende neutra, assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos como, por exemplo, partidos, sindicatos, associações, minorias raciais e sexuais, e mesmo entidades religiosas. Faz um jornalismo engajado, orientado a não separar a informação da opinião¹⁰.

Assim sendo, é importante mencionar que o jornal alternativo *O Grito da PA 150*: apresentava tanto a tarefa de informar a população a respeito de diversos temas quanto formar politicamente o seu público alvo: posseiros¹¹, agentes de pastorais, professores, padres, irmãs e o bispo da diocese de Marabá (este último era dom Alano Maria Pena). Como parte do seu público alvo não era alfabetizado ou pouco letrado, eram utilizadas práticas de leituras coletivas em que um *mediador*, isto é, o responsável pela leitura do *texto* – que poderia ser um animador de pastoral: padre, freira ou o bispo – problematizava a importância da reforma agrária utilizando a linguagem verbal e não verbal presente nas páginas do jornal alternativo para melhor atingir criticamente o leitor e a leitora.

Desse modo, Roger Chartier ao advertir sobre a importância para “o historiador, de refletir sobre as formas e os meios que permitem abordar este ato sempre efêmero e misterioso que é a apropriação de um texto”, argumentou que a “cultura do impresso”, presente na cultura ocidental, era que:

[...] o escrito está perceptível em todas as partes, através da presença do escrito impresso, que cria condições de presença de uma *cultura de empréstimo*, mesmo para os analfabetos, que contam aí com **mediações** para poder estabelecer uma relação com esta cultura impressa: mediação da leitura coletiva em voz alta, mediação de um deciframento do texto a partir da imagem [...] e outras¹².

⁹ MOREIRA, Sônia Virgínia. Retratos Brasileiros: 20 Anos de Imprensa Alternativa. **Antologia Prêmio Torquato Neto**. Rio de Janeiro, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, 1984, ano II, p. 17.

¹⁰ AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1969-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 122.

¹¹ *O Grito da PA 150* se utiliza o conceito de *posseiro* como sinônimo de lavrador e também camponês. Nesse sentido, utilizarei as expressões da mesma forma, compreendendo que são cultivadores de pequena “extensão de terra, às quais controla diretamente com sua família” (Cf. MOURA, Margarida Maria. Um ofício subalterno. **Camponês**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 12).

¹² CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Soborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001, p. 35. apud CORSO, João Carlos. **Herdeiros da Terra Prometida**: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra nas décadas de 1980/1990. *Tese* (Doutorado em História Social). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

O meu interesse em estudar os conflitos pela terra e a luta pela reforma agrária na região durante a ditadura militar (1964-1985) e início da Nova República foi estimulado entre 2014 e 2015 nas disciplinas História de Vida, História do Sul e Sudeste do Pará e História Social e Econômica da Amazônia, quando cursei a graduação em História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

Aprofundi os debates teóricos e metodológicos acerca desse complexo regional¹³ ao participar do grupo de estudo sobre os *Movimentos Sociais no Sudeste Paraense*, vinculado ao Laboratório de História Social da Amazônia e como bolsista do Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica (PAPIM). O primeiro projeto de pesquisa teve como objetivo analisar “O uso de fontes como estratégia para o ensino e a pesquisa em história, a partir do Acervo Documental da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar”. Enquanto o segundo tinha a tarefa de estudar a “História, Memória e Narrativa: a importância do uso de biografias para o ensino e a pesquisa na Educação Básica em Marabá”.

Foi no desenvolvimento dessas pesquisas, incentivada pela Universidade Pública, que tive o meu primeiro contato com a documentação existente na sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Marabá: acervos fotográficos, boletins da CPT e o informativo da campanha Pela libertação dos Presos do Araguaia (MPLA). Ainda na CPT, entrei em contato com a documentação do jornal alternativo *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, do mesmo modo que nesse espaço de trabalho e formação política de lideranças sindicais, trabalhadores do campo, agentes de pastorais e religiosos iniciei o estudo com a fonte histórica.

Em vista disso, os jornais são importantes fontes e objetos de pesquisa para os historiadores, como frisaram Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, pois:

Os periódicos são fontes magníficas para os historiadores que quase sempre os utilizam, como abundância, quando fazem suas pesquisas. Diversos jornais e revistas, com posições políticas diferentes, permitem ao historiador avaliar como importantes veículos de formação de opinião

¹³ Compreendo que tal “aprofundamento” ainda é limitado, uma vez que o conhecimento é um processo de construção contínua. Desse modo, concordo com Carlo Ginzburg ao ressaltar que “o acúmulo do conhecimento sempre ocorre assim: por linhas quebradas em vez de contínuas; por meio de falsas largadas, correções, esquecimentos, redescobertas; graças a filtros e esquemas que ofuscam e fazem ver ao mesmo tempo” (GINZBURG, Carlo. Os Europeus descobrem (ou redescobrem) os Xamãs. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falsos, fictício**. Tradução de Rosa Freire d’ Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 111).

noticiavam determinado evento, em um dado momento, principalmente quando ele tem a envergadura de uma rebelião ou revolução¹⁴.

O jornal alternativo em estudo não tinha um viés revolucionário de incentivo da luta armada, mas almejava a justiça social que a reforma agrária poderia proporcionar, visto que terra no Brasil “é sinônimo de poder político” e o acesso à terra em condições dignas “é a pré-condição básica para democratização da vida social no campo”¹⁵.

Desse modo, como bem destacou Celso Castro, o processo de pesquisa em arquivos “não se esgota no *arquivo*, mas continua para além dele”¹⁶. Essa observação do historiador foi fundamental para o estudo, pois ao longo da pesquisa no arquivo da CPT acabamos percebendo experiências de homens e mulheres testemunhas oculares de diversos episódios na região. Além disso, ao folhear as páginas do jornal alternativo buscamos compreender as experiências desses sujeitos, bem como “seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas”¹⁷. Portanto, concordamos com Paul Ricoeur ao ressaltar que “o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social”¹⁸.

Quando bolsista nos projetos já citados iniciei também o estudo com os documentos oficiais, ao analisar e catalogar parte dos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), como os registros que versam sobre os litígios de terras no Pará, jornais alternativos e os inúmeros documentos intitulados como “atividades subversivas”. O jornal *O Grito da PA 150* esteve incluída nesta última categoria de documentações por parte do serviço de inteligência militar, visto que era compreendido como um impulsionador de “propaganda adversa contra o governo e o regime” militar¹⁹.

Na região do sudeste paraense estudamos a atuação de sujeitos engajados na luta pela terra (na disciplina de História do Sul e Sudeste do Pará), como do padre Paulo Joanil

¹⁴ DE CASTRO GOMES, Angela; FERREIRA, Jorge. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura Militar no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, 2014, p. 12.

¹⁵ ABRAMOVAY, Ricardo. Reforma Agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. In: **Reforma agrária da Nova República: contradições e alternativas**. Org. Laurindo Leal. – São Paulo: Cortez: Educ, 1986, p. 19.

¹⁶ CASTRO, Celso. Como pesquisar em arquivos. In: **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 57.

¹⁷ BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: Fontes Históricas. PINSKY, Carla Bessanezi (org.). São Paulo: Contexto, 2008. 2ª edição, p. 24.

¹⁸ RICOEUR, Paul. Fase Documental: A Memória Arquivada. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 177.

¹⁹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Agência de Belém, Inf. nº 2119, de 08/06/1982. Assunto: **O Grito da PA 150 – terra e liberdade**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 01.

e Emanuel Wamberg, o “Mano” – este último foi o primeiro coordenador da CPT de Marabá, em 1976. Foram pessoas que ajudaram na criação do jornal *O Grito da PA 150*, cujo propósito central de circulação nas florestas, estradas e vicinais era externar o grito “abafado no peito do nosso povo”, de homens e mulheres em condições de sofrimento por conta dos grandes projetos direcionado à Amazônia Oriental na segunda metade de 1960²⁰.

Algumas das pessoas relatadas no jornal alternativo eram formadas por nordestinos que vieram à região com a promessa de conseguir terra, trabalho e dignidade. A disciplina que cursei na graduação, “História de Vida”, exigia como entrega final um trabalho discorrendo sobre o percurso social da nossa história de vida. Isso acabou contribuindo para entender um pouco a respeito da minha trajetória familiar por parte da minha mãe. Os meus avós eram nordestinos, os quais vieram para Amazônia Oriental e trabalharam durante certo tempo como *meeiros*²¹ em uma fazenda localizada na zona rural de Aurora do Pará. Por conta das dificuldades para criar os filhos e o desejo que eles tivessem um futuro melhor, alguns membros do núcleo familiar foram morar em casa de outras pessoas, como foi o caso da minha mãe que se mudou para Ananindeua e trabalhou como empregada doméstica por certo tempo.

Essa questão relatada era bastante comum na zona rural e se fez presente em parte de histórias de homens e mulheres narradas nas páginas de *O Grito da PA 150*. Percebo que isso seja importante em ser mencionado para o leitor e a leitora em uma espécie de memorial, visto que, conforme Prost, “as questões são formuladas a partir de determinado lugar”²².

Foi o jornal alternativo que motivou a reflexão. Aliás, vale ressaltar, os jornais são importantes atores políticos e tiveram destacada influência em apoio ao golpe de Estado de 1964 e à instauração da ditadura militar (1964-1985), o que ocasionou diversos problemas para o sul e sudeste do Pará. São classificados ora por *grande imprensa, imprensa comercial ou jornais empresariais*. Jornais os quais, segundo a historiadora Tania Regina de Luca, apresentavam maior “circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”²³.

²⁰ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Editorial**. Ano V, nº 32, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1985, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²¹ Aquele ou aquela que trabalha em terras alheias e entrega metade do que produz para o proprietário do imóvel. Prática bastante comum na zona rural.

²² PROST, Antoine. Op. cit. 2017, p. 84.

²³ LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: **História da imprensa no Brasil**. – 2. Ed 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018, p. 149-150.

O surgimento do jornal alternativo *O Grito da PA 150* esteve relacionado às profundas transformações estruturais que a Amazônia Oriental vivenciou a partir do golpe-civil militar, pois acabou ocorrendo a chegada de milhares de pessoas à região. Alguns órgãos foram constantemente citados pelo jornal por conta das suas atuações na região, a exemplo da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criado em 1966; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado na década de 1970 e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado em 1980. Tais instituições estiveram estritamente relacionadas com os conflitos fundiários, conforme os estudos de Pere Petit²⁴, Otávio Velho²⁵ e Alfredo Wagner²⁶.

Desses órgãos, a SUDAM teve um papel importante nos conflitos agrários, posto que criou a política dos incentivos fiscais²⁷. Isso acabou fomentando a especulação fundiária e a instalação de diversas empresas e particulares na região paraense. Segundo Jean Hébette, as facilidades fiscais contribuíram para as alterações entre o homem e a natureza na região amazônica, visto que:

Não era costume fazer comércio de terra, o chão não tinha preço; as riquezas eram as casas, o gado, a borracha, a castanha, a madeira, isso era o que se comercializava. [...] A terra não era uma mercadoria, era um sinal de poder, um meio de controle político, não era uma mercadoria a comercializar²⁸.

A construção de estradas, como a rodovia Belém-Brasília (concluída na década de 1960), a Transamazônica e a Estadual PA-150 favoreceram a chegada de milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida que a terra e o trabalho poderiam proporcionar. No entanto, ao chegar na região, uma parcela das pessoas que saíram de suas casas não imaginavam o que estava por acontecer, como foi noticiado na grande imprensa em 27/08/1980, dado que muitos homens e mulheres “chegaram sonhando com terra, paz e

²⁴ PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

²⁵ VELHO, Otávio Guilherme. A transamazônica. In: **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1981, pp. 145-160.

²⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). LÉNA, Philip et al. (orgs.). **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992, pp. 259-290.

²⁷ Foi um “imposto de renda não pago à Receita Federal com a condição de que parte do seu montante fosse investido em projetos econômicos na Amazônia Legal”, sendo que a maior parte foi direcionada à produção agropecuária PETIT, Pere; PEREIRA, Airton; PESSÔA, Fábio. Camponeses, Fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990. **Tempos Históricos**, vol. 18, 2014, p. 340.

²⁸ HÉBETTE, Jean. Abre-se o portão da Amazônia. In: **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume II, EDUFPA, 2004, p. 37.

riqueza. Encontraram violência, dor, miséria” e “mais da metade já abandonou suas terras e voltou para o Nordeste”²⁹.

O que a região vivenciou com a quantidade de pessoas vindo de todas as partes – sobretudo do Nordeste – foi o crescimento de conflitos agrários com a presença de “mortes, torturas de inocentes, massacres”³⁰. Segundo o estudo do historiador Airton Pereira, esses homens e mulheres eram formados...

por muitos trabalhadores rurais sem-terra e sem empregos que, sem perspectiva, passaram não só a disputar simultaneamente as áreas de terras devolutas com comerciantes, empresários e fazendeiros [...] como aconteceu na PA-150 [...], mas juntaram-se a muitos trabalhadores rurais [...] a ocuparem, conjuntamente, grandes imóveis improdutivos³¹.

É importante salientar que a rodovia da PA-150 não facilitava de forma digna o escoamento da produção familiar dos lavradores em virtude das constantes chuvas em determinada época do ano, fazendo com que a carestia de vida aumentasse e as viagens fossem “via fluviais ou em lombos de cavalos e de burros por caminhos estreitos no meio da mata ou dos chapadões”³². Os camponeses já sofridos por não conseguir terra e trabalho para viver uma vida mais digna, ainda eram explorados pelos comerciantes locais e o Estado por conta da carestia dos alimentos e dos preços dos produtos que subiam³³.

É importante dizer ainda que nas estradas não trafegavam somente automóveis e mercadorias, dado que as muitas pessoas que circulavam nas rodovias realizavam trocas culturais, buscavam diversos sonhos: como uma casa própria e plantar suas benfeitorias para a produção familiar. Nas estradas e em seus arredores havia ainda circulações de ideias e reivindicações sociais, como as que eram noticiadas em *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Segundo o jornal alternativo a respeito da PA 150, considerava que era:

Uma estrada muito movimentada e na sua margem, são milhares de lavradores que vivem trabalhando com suas roças e nos centros das matas são outros tantos. Para cá vieram em busca de melhoria para suas vidas e criarem suas famílias. São pessoas. Sem estradas vicinais etc. De repente

²⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Estreito, o lugar onde nasceu a odisséia**. 27/08/1980, p. 11. Repositório Digital.

³⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Ali acontece tudo: mortes, torturas, massacres.**, 27/08/1980, p. 11. Repositório Digital.

³¹ PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015; e PEREIRA, Airton dos Reis, p. 224.

³² *Ibidem*, p. 38.

³³ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Produto do lavrador precisa ser valorizado**. Ano II, nº 23, Diocese de Marabá/PA, Abril de 1982, p. 05-06, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

chegou o inverno e tudo para, porque a estrada nunca é conservada no verão³⁴.

O jornal alternativo foi um veículo de comunicação que propagou ideias e chamava à luta ao longo da rodovia da PA 150, contando com o engajamento de padres, freiras, camponeses e agentes de pastorais. O apoio de religiosos foi fundamental para a organização e a mobilização dos lavradores pela reforma agrária, haja vista que manifestaram sensibilidade e empatia com a vida dos lavradores na região.

O apoio espiritual e temporal dos religiosos, como de dom Alano Maria Pena, padre Paulo Joanil da Silva, Imã Dorothy Stang e o seminarista Eduardo Pedrosa, estiveram relacionados com as transformações na Igreja Católica após o Concílio Vaticano II, as Conferências de Medelín (1968) e de Puebla (1979), conforme estudo de Helena Salem³⁵, Michel Lôwy³⁶ e de Fábio Pessôa³⁷.

Scott Mainwaring, por outro lado, não compreendeu as mudanças na Igreja por via institucional e nem da análise marxista, pois compartilhou em seus estudos reflexões a partir da ideia de “modelos de Igreja”, onde cada grupo dentro da Igreja compreendia de forma distinta o papel do evangelho e seu compromisso social e teológico³⁸. Seja como for, foi inegável o papel assumido por setores da Igreja Católica em defesa da vida e a sensibilidade diante da causa da luta pela terra no sudeste paraense.

A Igreja Católica em um primeiro momento concedeu apoio ao golpe de Estado em 1964. Porém, a partir de 1968 com a instauração do Ato Institucional nº5³⁹, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou oposição as Forças Armadas. Alguns religiosos, como dom Evaristo Arns e Jaime Wright, coordenaram um projeto na década de 1980 para que os crimes políticos durante a ditadura militar não fossem perdidos como ocorreu na ditadura do Estado Novo (1937-1945). Assim, acabaram

³⁴Idem, p. 02.

³⁵ SALEM, Helena et al. *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

³⁶LÖWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina* – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

³⁷ PESSÔA, Fabio Tadeu de Melo, 1975- *O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia-1975/1985* Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História. – 2013 (Dissertação de Mestrado); PESSOA, Fábio. T. M. Bispo Comunista, Padres Subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no Sul do Pará durante o período militar. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014, p. 61-82.

³⁸ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa de Oliveira Prieto. – São Paulo: Brasiliense, 2004.

³⁹ Para compreender as origens e motivações do AI-5, ver (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018).

reunido um grupo de pesquisadores que analisaram em torno de 850 mil processos judiciais que transitavam na Justiça Militar entre abril de 1964 a março de 1979, sobretudo a documentação que abordava sobre os presos políticos e “desaparecidos”, que circulou na esfera do Superior Tribunal Militar (STM).

À frente da Arquidiocese de São Paulo, dom Evaristo Arns compreendia que “as angústias e esperanças do povo devem ser compartilhadas pela Igreja” e considerou que a violência praticada contra homens, mulheres e crianças durante a ditadura era “desumana, é o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar à paz”⁴⁰.

O jornal intitulado *O São Paulo*, da diocese de São Paulo, documentou sobre a PA 150 e a luta dos trabalhadores pela reforma agrária na região, dizendo que:

Na PA-150, área de grande interesse dos grileiros e grupos capitalistas, tem sido bastante tensa a questão da terra. Os lavradores têm passado por muitos apertos, perseguições, espancamentos, prisões, torturas e até assassinatos, e tudo isso com a cobertura do governo, que nada faz para que o homem do campo possa gozar dos direitos que lhes pertence⁴¹.

O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* foi criado para denunciar a pobreza e a violação dos direitos humanos no sudeste paraense, mobilizar os camponeses nas campanhas pela reforma agrária em passeatas, nas Comunidades Eclesial de Base (CEB's), Associação de Bairros e Oposições Sindicais. José de Souza Martins, ao prefaciá-lo, ressaltou que para conhecer o espaço agrário de uma forma crítica era necessário “ler boletins mimeografados, publicados a duras penas no interior do país inteiro, que registram a história do povo no dia a dia”⁴².

O jornal alternativo era um desses boletins que circulou de maneira mimeografada. A luta pela reforma agrária narrada nas suas páginas não era simplesmente ter o acesso à terra de qualquer jeito, mas deveria existir condições para que as famílias pudessem permanecer nela com uma infraestrutura adequada às suas necessidades, tais como moradia, hospital, transporte, escola e por um lote de terra para plantar e desenvolver a agricultura familiar.

A fim de compreender essas demandas e a luta pela terra, outros jornais da grande imprensa (*O Liberal*, *Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*) e até mesmo da imprensa alternativa (como *Resistência* e *O São Paulo*) tinham *O Grito da PA 150* como fonte de seus artigos, visto que identificamos em alguns editoriais matérias que eram primeiro

⁴⁰ ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Editora Vozes, 2022., p. 11. (Vozes de Bolso).

⁴¹ O SÃO PAULO, 31/08/1981, p. 08. **Centro de Documentação Dom Tomás Balduino** (CEDOC).

⁴² KOTSCHO, Ricardo. **O massacre de posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 10.

publicados no jornal *O Grito da PA 150* e somente depois na grande imprensa e em outros jornais alternativos. Desse modo, o jornal *O Grito da PA 150* foi um veículo de comunicação para compreender a luta de homens e mulheres “testemunhas de uma história viva e humana”⁴³.

O jornal *O Grito da PA 150* estava inserido em um contexto em que os jornais já estavam bastante diversificados e popularmente mais difundidos na sociedade. Claro que cada um deles, a exemplo das imprensas alternativas, apresentavam certas dificuldades para a fabricação dos seus textos e rodagens, pois sofriam com a censura e não visavam obter lucros como os jornais comerciais. A temática central nas páginas do jornal alternativo era a luta pela reforma agrária, sendo classificada como a maior bandeira de luta dos trabalhadores do campo no sudeste paraense (imagem 1, p. 21).

A terra era o lugar social para a atividade familiar e não da empresa capitalista, porquanto que era na terra que o “trabalhador rural [...] planta[va] o feijão, arroz mandioca, milho, fruteiras, etc.”⁴⁴. Nesse sentido, a luta pela reforma agrária era também a luta contra o latifúndio e os camponeses tinham o direito “de defender a sua posse contra todos aqueles que quiserem expulsá-lo da sua terra: (soldado da Polícia, comissário, sargento ou delegado, grileiro, jagunço)”⁴⁵, mesmo com o uso de “armas se for preciso”⁴⁶.

Os camponeses não assistiram a luta e a morte dos seus companheiros de maneira indiferente, uma vez que, por vezes, pegaram em armas para defender o seu direito de posse quando os canais de diálogos com as autoridades competentes (o Estado) não entendiam as suas demandas; quando realizavam conchavos com pistoleiros; quando vaziam “vista grossa” com a grilagem de terras, ou quando eram todas essas questões ao mesmo tempo.

A denúncia sobre a grilagem de terras era muito comum no jornal alternativo, como ocorreu em outubro de 1981 em uma área habitada por diversas famílias e que se descobriu que “havia títulos de posse de quase cem anos” expedido em favor de Marcelino José Ferreira Goes, em 19 de dezembro de 1892. Isso mesmo, durante o século XIX. Quem

⁴³ FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à partida. In: **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, Ltda. 1989, p. 31.

⁴⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O que é a UDR?**, Ano VII, nº 35, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1987, p. 4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴⁵ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O direito de adquirir o título da terra**. Ano II, nº17, Diocese de Marabá/PA, Setembro de 1981, p. 6-7. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Encontro de lavradores**. Ano I, nº 06, outubro de 1980, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

utilizou esse argumento para ter a propriedade foi Humberto Galvão, Everaldo Galvão e Salvador Galvão, pois alegavam que tinham adquirido a área disputada.

Segundo o GETAT, ao consultar o INTERPA, o documento era passível de legitimidade em favor da família Galvão, pois eram os “donos da terra”⁴⁷. Em um primeiro momento pensávamos que se tratava de uma sobreposição de título de propriedade (entre a esfera estadual e federal), mas quem de fato concedeu o documento em favor da família Galvão foi a “advogada e chefe do setor jurídico do posto fundiário do GETAT de Tucuruí”; A terra nunca tinha sido adquirida em 1892 e a família Galvão não havia comprado de terceiros, neste caso, de Marcelino José Ferreira⁴⁸.

Para Wilson Rodrigues Ataíde, a grilagem era um tipo de conflito em que o Estado era um dos responsáveis pelos problemas fundiários. Houve diversos casos de omissões em benefício da “indústria da grilagem”, o que intensificou a “venda fraudulenta da terra, ou da venda de terras com posseiros legítimos” morando nela⁴⁹.

Imagem 1: Reforma Agrária – radical e imediata.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Capa.** Ano II, nº15, Diocese de Marabá/PA, Julho de 1981, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴⁷ O Grito da PA 150: Terra e Liberdade. **Título de 1892**, Ano II, nº 18, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1981, p. 08. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴⁸ Ibidem, p. 08.

⁴⁹ ATAÍDE JUNIOR, Wilson Rodrigues. A violência e os diferentes tipos de conflitos na região. In: **Os direitos humanos e a questão agrária no Brasil**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 251.

Ainda, não podemos esquecer sobre a questão da ditadura militar que perpassou as páginas do jornal alternativo. Há uma série de debates entre os historiadores, cientistas políticos, sociólogos e nas próprias Forças Armadas sobre o golpe civil-militar de 1964 e os anos que se seguiram. É um consenso compreender que o golpe foi civil-militar, em razão que contou com a participação de partidos políticos, do empresariado, fazendeiros, a grande imprensa – com exceção do jornal *Última hora* –, da classe média e alta hierarquia da Igreja Católica⁵⁰. Entretanto, os anos subsequentes geram diversas análises e interpretações entre pesquisadores e pesquisadoras, uma vez que para alguns a ditadura foi somente militar.

Segundo tal corrente de pensamento, muito embora parte da sociedade civil os apoiasse, eles não estavam a frente das decisões políticas de fato, pois foram as forças armadas que dirigiram o país⁵¹. Outra corrente, por outro lado, compreendeu que os setores da sociedade civil contribuíram não apenas para o golpe que culminou na deposição do presidente João Goulart em 1964, como também para a estruturação e manutenção da ditadura, daí a utilização do termo ditadura civil-militar⁵².

Há ainda os que compartilham a visão entendendo que os eventos de 1964 e seus desdobramentos representam um golpe de caráter essencialmente empresarial-militar. A justificativa foi por conta do financiamento de grandes empresas para com a ditadura, como atestou René Dreifuss e Pedro Henrique Pedreira Campos⁵³. Houve grupos, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que atuou a partir de 1962 em campanhas contra João Goulart ao associar a sua imagem ao comunismo. O outro órgão foi o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado ainda em 1959, que desempenhou importante papel político na deposição de Goulart.

⁵⁰ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 16-132.

⁵¹ Ver, por exemplo, NAPOLITANO, Marcos, 2014; Fico, Carlos. **Como eles agiam** – Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; FICO, Carlos. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: editora FVG, 2014; PATTO, Rodrigo. et al. (orgs), **O golpe e a ditadura militar**, 40 anos depois (Bauru: EDUSC, 2004) e GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

⁵² Segundo o historiador Daniel Aarão Reis a ditadura havia iniciado em 1964, mas encerrou-se em 1979 com o processo de abertura política. A partir disso o Brasil seguiu um processo de transição política até a Constituição Federal de 1988 REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁵³ DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p. 361-397 e CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Eduf, 2014.

É interessante notar que algumas pessoas que ocupavam cargos no IPES passaram posteriormente a trabalhar no governo de Castelo Branco (1964-1967) exercendo funções burocráticas, a exemplo do general Golbery do Couto Silva, que criaria o Serviço Nacional de Informações (SNI)⁵⁴.

O general Golbery do Couto Silva e Ernesto Geisel manifestaram durante parte da ditadura militar a preocupação diante da crítica crescente da Igreja Católica ao regime, conforme Alfred Stepan⁵⁵. Parte dessas questões foi evidenciada no presente estudo, pois os militares do serviço de informações elaboraram uma série de documentos sobre a atuação de membros da Igreja em algumas localidades por onde circulou o jornal alternativo, classificando os religiosos muitas vezes por comunistas, subversivos ou agitadores do espaço agrário. Em 23 de outubro de 1985, durante a Nova República, foi elaborado um relatório sobre o padre Ricardo Rezende nas seguintes palavras:

Merece registro o fato, amplamente sabido, de que o Pe Ricardo Rezende é ferrenho adepto do clero “progressista” atuante naquela área, onde, justamente com outras entidades ligadas ao esquerdismo, vem desenvolvendo atividades contestatórias aos poderes constituídos da Nação⁵⁶.

A luta por justiça social era entendida por inúmeras vezes como prática comunista e como um problema a ser enfrentado. Assim sendo, para os militares, segundo o historiador Celso Castro, 1964 simbolizou visões que as forças armadas foram chamadas pela sociedade civil brasileira a intervir, de modo a impedir que uma “ditadura” sindicalista/comunista⁵⁷ se implantasse no país, denominando suas atuações não como um golpe, mas uma “revolução”⁵⁸.

⁵⁴ DREIFUSS, René. Op. Cit., 1981, p. 361-397.

⁵⁵ STEPAN, Alfred C. **Os militares: da abertura à nova república**. Trad. de Ádriana Lopez e Ana Luíza Amendola – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 48.

⁵⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência de Belém, Inf. nº 5599, de 23/08/1985. Assunto: **Ajuda governamental à Comissão Pastoral da Terra Tocantins/Araguaia**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

⁵⁷ Segundo Marcelo Badaró, entre os presidentes de 1945 a 1964, João Goulart foi aquele que “mais abriu espaços políticos para a discussão das propostas do sindicalismo, em especial nos últimos meses de seu governo, em que pareciam fracassar suas tentativas de conciliação com os setores mais à direita” MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003 (Descobrimo o Brasil), 2003, p. 46. Visão compartilhada por Caio Navarro de Toledo ao dizer que entre 1961 a 1963 o sindicalismo brasileiro havia crescido significativamente e militantes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) eram recebidos “em Palácio pelo presidente da República e reconhecidas como interlocutores de importantes dirigentes partidários” (TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47, p. 20).

⁵⁸ CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares. In: **Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**, Organizadores Carlos Fico...[et al.]. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp. 119-141.

As fontes de pesquisas para compreender as ações de homens e mulheres na transição da ditadura militar para a Nova República foram diversas. Procuramos fazer uma crítica documental a partir dos postulados do saber histórico da História Social⁵⁹, o que acabou contribuindo para questionar juízos de valores, visões preconceituosas e enviesadas sobre a luta em favor da reforma agrária e dos direitos humanos. Parte do nosso entendimento foi também seguindo as orientações de Roger Chartier, ao analisar as percepções humanas durante a leitura do tempo, pois o saber histórico “pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas”⁶⁰.

Utilizamos os recursos metodológicos da história oral a partir das reflexões de Verena Alberti. A autora salientou que a vantagem em utilizar os relatos orais era pelo motivo que podemos acessar de perto a “experiência vivida pelo entrevistado, o qual torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informação sobre o que aconteceu”⁶¹. No Brasil, de modo particular, a pesquisa com a história oral está estritamente relacionada com a história do tempo presente ao estudar os documentos recentes que registraram, muitas vezes, o trauma, a violência política, a tortura e o sofrimento de pessoas que muitas vezes ainda estão vivas⁶². Questão que foi abordada e problematizada por François Dosse ao destacar que o estudo do tempo presente é um trabalho sensível e por isso é fundamental a ética como um dever social, pois existe...

testemunhas em sua construção, ainda mais se definirmos os limites dessa história como tendo que coincidir com a presença de seus atores, isto é, com a duração da vida humana. Pelo fato de ainda existirem testemunhas vivas dos fatos relatados⁶³.

Foram inseridas ainda no desenvolvimento da pesquisa as fontes hemerográficas (jornais e revistas) e a documentação produzida pelo SNI. Esta última, conforme Carlos Fico, é um acervo importante para a pesquisa histórica, dado que:

Ao longo dos anos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) constituiu-se em fontes bastante profissional de informações para os gerais-

⁵⁹ Ver: CASTRO, Hebe. História Social. In **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 79-99 e IANNI, Octávio. A questão social. **Revista USP**, Setembro, Outubro e Novembro, 1989, p. 145-154.

⁶⁰ CHARTIER, Roger. As relações no passado. In: **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. – 2ª Ed.; 4ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 24.

⁶¹ ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). São Paulo: Contexto, 2008. pp. 155-202.

⁶² FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

⁶³ DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012, p. 15.

presidentes. [...] Desse modo, a comunidade de informações gerou situações muito sérias, com consequências gravíssimas para a sociedade brasileira⁶⁴.

A produção da informação por parte do SNI seguia uma lógica de construção e apresentava interesses por trás que foram problematizados ao longo da pesquisa. Os arquivos judiciais, boletins, cartilhas, atas de reuniões e cartas somam-se a escrita no texto. Desse modo, entendemos que não há fontes superiores a outras, uma vez que as diferentes fontes históricas se complementam nas suas singularidades.

Esperamos ao longo da pesquisa ter respondido as seguintes questões: qual era a reforma agrária que o jornal alternativo defendia? Até que ponto ela se articulava com outras lutas dos trabalhadores do campo pelo país? Como se deu a mobilização dos posseiros pela reforma agrária? Qual era a radicalidade da luta que o jornal alternativo defendia?

O primeiro capítulo da dissertação foi destinado a problematizar o contexto da criação do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, um momento histórico em que o país ainda estava sob o comando das Forças Armadas. Por que surgiu o jornal? Qual o papel de setores da Igreja Católica na sua criação? E quais foram as transformações na Amazônia Oriental que contribuíram para o nascimento do jornal alternativo?

No segundo capítulo problematizamos a violência que sofreram os trabalhadores do campo durante a luta pela reforma agrária. A partir da análise realizada, percebemos a violência física e psicológica sofrida pelos lavradores, bem como os religiosos. Eram constantes as denúncias de tentativas de assassinatos, intimidações, torturas e assassinatos. O jornal alternativo foi apreendido, sendo considerado inimigo pelo Estado e latifundiários na região, haja vista que em suas páginas era presente a crítica ao governo, assim como, a formação política dos seus leitores, o que acabou gerando o ódio de autoridades civis e fazendeiros.

No terceiro capítulo apresentamos a entidade que para o jornal alternativo foi o grande obstáculo para a reforma agrária: a União Democrática Ruralista (UDN). A entidade conservadora não tinha nada de democrática, dado que foi a grande responsável por chacinas e organizações de milícias armadas. Assim, o jornal tinha um papel importante em externar para a sociedade civil tais problemas. Para isso, utilizou de

⁶⁴ FICO. Carlos. **Como eles agiam** – Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 74-75.

diversos recursos, a exemplo dos textos verbais e não verbais que era bastante presente nas suas páginas para um público de leitores essencialmente analfabeto ou pouco letrado. Por conseguinte, apresentamos e problematizamos a importância da imprensa como objeto e fonte de estudos pelos historiadores e historiadoras.

1. CAPÍTULO: O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, um jornal em defesa dos direitos humanos.

*E a tal de Reforma Agrária
Que é tanto comentada
Quantos políticos se elegeram
Falando na lei sagrada
Pois faz mais de quinze anos
Que essa lei foi aprovada
Mas não se aplica na terra
Continua engavetada
Eu até já tenho medo
Que essa lei teja estragada
De tanto tá nas gaveta
Deve tá embolorada [sic] (O
GRITO DA PA 150: TERRA E
LIBERDADE, nº 13, maio de
1981).*

1.1 A construção de um jornal combativo: entre a informação e a formação política

Quando jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* foi criado ainda não tinha esse nome que se tornaria referência importante na luta pela reforma agrária no sudeste paraense, posto que inicialmente se chamava na sua primeira edição em 1º de maio de 1980 por *Informativo da PA 150*. Seu lançamento foi em uma data mundialmente especial da luta das classes trabalhadoras e quando do seu lançamento, foram sugeridos aos leitores quatro nomes para que escolhessem, por meio de escolha num espaço para votação que poderia ser destacado e entregue à equipe editorial, numa relação dialógica entre leitores e editores que seria a marca democratizante do jornal em tempos de luta pela democracia no país. As sugestões para o nome do jornal alternativo foram: *Êxodo*, *O Grito da PA 150*, *Corrente* e *O Camponês*. Após ouvir os trabalhadores do campo e os representantes de algumas das comunidades existentes ao longo da PA 150 atendidas pelos religiosos, religiosas e por agentes de pastorais da Diocese de Marabá⁶⁵, decidiu-se pelo título *O Grito da PA 150* veiculado a partir do seu segundo número, em junho de 1980.

Em maio de 1981 o jornal alternativo completou um ano de existência e foi acrescentado como subtítulo *Terra e Liberdade*. Desde então passou ser divulgado nos anos subsequentes por *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, chegando a tiragem máxima

⁶⁵ Para compreender o crescimento e as relações econômicas (castanha e a borracha) na cidade de Marabá a partir da instalação do Burgo de Itacaiúnas, de onde derivou a cidade, ver: EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: NAEA, 1988, p. 27-77

por volta de 500 exemplares, tendo seu tempo de circulação, com periodicidade irregular, entre os anos de 1980 a 1987, momento marcado pelos anos finais da ditadura militar (1964-1985) e o início da “Nova República”.

Inicialmente seu custo financeiro era entre 2 a 5 cruzeiros “pra ajudar na compra do papel e da tinta”⁶⁶. Para o seu primeiro número não foi necessária a contribuição financeira, dado que a equipe editorial da Diocese de Marabá recebeu doações para o lançamento, mas salientava aos leitores que o “informativo dependerá muito de sua colaboração [...] e aos poucos poderá assumir uma melhor forma” para a circulação no sudeste paraense⁶⁷. Sua intenção era circular mensalmente nas comunidades das proximidades da PA 150, tendo a contribuição intelectual e ética dos posseiros como elemento fundamental nesse trabalho informativo e também investigativo, uma vez que os lavradores atuavam como “repórteres”, chegando muitas vezes nas cenas dos crimes antes mesmo da Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Federal. Os camponeses, nesse sentido, tinham importância substancial nas reportagens presentes nas páginas do jornal “mandando notícias, algum caso ou problemas que acontecem nas comunidades”⁶⁸.

Essa informação é importante para compararmos com o jornal *Resistência*, criado na capital paraense, sendo um dos poucos jornais alternativos que chegavam aos municípios do interior do Pará, como na cidade de Marabá “e arredores por membros da Prelazia, seguindo a orientação de D. Alano”⁶⁹. O bispo dom Alano Maria Pena foi um líder religioso importante em apoiar a luta pela reforma agrária, como mais adiante.

O jornal *Resistência* era editado pela Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), entidade criada em agosto de 1977 ao conceder apoio aos posseiros envolvidos na morte do fazendeiro norte-americano John Davis. O primeiro número do jornal *Resistência* foi distribuído no dia 08 de fevereiro de 1978, sendo dirigido por militantes de organizações e partidos de esquerda com notável influência de membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Contava com um corpo editorial mais especializado para a execução do trabalho de propagação da informação entre aqueles que eram responsáveis pelo aspecto visual do jornal (como as charges, ilustrações e fotografias) e os que

⁶⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Apresentação**. Ano I, nº1, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 01.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 01.

⁶⁹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Agência de Belém, Inf. nº 2119, de 07/05/1979. Assunto: **Invasões de terras no sul do Pará**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

trabalhavam como jornalistas investigativos, a exemplo de Luiz Maklouf Carvalho (o primeiro editor), tendo como primeiro presidente Paulo Fonteles de Lima⁷⁰, assassinado em 1987⁷¹. Desse modo, muitos dos que trabalhavam para o jornal *Resistência* receberam educação formal, sendo o periódico como a primeira oportunidade de emprego para muitos homens e mulheres engajados na luta pela democracia e em defesa dos direitos humanos.

O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, por outro lado, não contava com isso porque quem realizava o trabalho de coletar as informações, distribuir o informativo, denunciar os despejos de famílias, as intimidações e os assassinatos na região eram, na maioria das vezes, os próprios trabalhadores do campo e alguns na cidade engajados na luta pela terra. Por isso que o jornal solicitava a contribuição desses sujeitos com o envio de relatos acerca do que acontecia nas comunidades, assim como informar “quando tiverem qualquer coisa que achar interessante” para ser noticiado “nesse jornalzinho”, do mesmo modo que “também seria muito bom que mandassem suas críticas e sugestões, se tá bom, se tá ruim, se precisa melhorar [...] para que cada vez mais possa ser um instrumento de serviço de todos”⁷².

Os camponeses atuavam nas palavras do padre Paulo Joanil da Silva – um dos fundadores do jornal e religioso da ordem do Oblatos de Maria Imaculada –, como uma espécie de “mini-jornalistas”, uma vez que “coletavam e relatavam o acontecimento” e enviavam para ser editado⁷³. É por conta disso que compreendemos que o trabalho realizado por esses homens e mulheres era crucial à investigação do litígio no campesinato e ao mesmo tempo era um trabalho ético do testemunho, haja vista que caso as informações não fossem fidedignas, ou não pudessem ser verificadas com provas materiais ou com testemunhas, certos grupos antagônicos aos modos de vida desses sujeitos poderiam realizar (como já faziam) o descrédito das notícias coletadas e publicadas no jornal alternativo. Assim, para a organização das informações o trabalho contava com a colaboração dos lavradores e dos agentes de pastorais espalhados ao longo da PA 150, sendo que estes últimos:

[...] nunca ficavam dentro de uma casa, da casa pastoral e da sacristia. As equipes andavam onde estava o povo na luta. Quer encontrar o irmão e o

⁷⁰ RESISTÊNCIA. **Documento:** como nasceu a sociedade. Nº 00, fevereiro de 1978, p. 01. Acervo: Centro de Memória da Amazônia – CMA.

⁷¹ Veremos isso no terceiro capítulo.

⁷² O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. Op. Cit., **Apresentação**, Maio de 1980, p. 01.

⁷³ Paulo Joanil da Silva. Depoimento [janeiro de 2017]. Entrevistador: Welington Jhemerson Costa da Conceição. Belém, janeiro de 2017.

padre? Não vai na cidade que não tá. Nosso trabalho era permanente junto do povo, seja na celebração, seja nos cursos, reuniões e seminários. [...] A outra maneira eram as CEB's, associações e delegacias sindicais que relatavam. Escrevia-se em um caderno: colocam-se nomes, localização, dia, hora e os atores do acontecimento, da violência e do ataque⁷⁴.

Conforme a fala do padre, as matérias publicadas no jornal seguiam uma ordem metodológica de trabalho a ser documentada e denunciada: o registro do local do litígio, o dia do ocorrido, hora e as pessoas envolvidas no conflito fundiário. Podemos constatar ao longo da pesquisa que *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* manteve a forma de trabalho em todas as suas edições ao informar seu público alvo, isto é, os homens e as mulheres do espaço agrário e alguns que moravam na cidade que de modo quase que constante tinham a sua dignidade humana violada por agentes do Estado, (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e o Exército), bem como por particulares, tais como fazendeiros e jagunços, “aqueles que não cansam de oprimir e sugar os trabalhadores”⁷⁵.

Mas veremos essas questões de modo mais detalhado no segundo e terceiro capítulo. A partir dessas questões podemos entender que a criação do jornal *O Grito da PA 150* esteve relacionada com entidades ligadas de alguma maneira com a Igreja Católica, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), na medida em que:

...nós da equipe da CPT, com alguns trabalhadores rurais, posseiros da região e também com o olhar do MEB. [...] Percebemos que na região não existia nenhum órgão informativo, de informação, e também de denúncia. E aí, então, surgiu nos nossos papos a ideia, quem sabe, sonhar fazer um informativo popular para informar os acontecimentos e circular os acontecimentos na região. Claro que a ideia foi imediatamente aceita e, então, com os agentes do MEB, da CPT – estava o Mano, Ademir Martins, a Beta, o Eduardo Pedroso -, começamos [...] a colocar essa ideia para ser refletida com os posseiros e também com outros agentes de pastoral: irmãs, padres e o Bispo. Até então não existia nenhum organismo, algum veículo de comunicação para circular a luta do povo. Nós tínhamos a consciência de que a luta não poderia ficar isolada. Se lá em Goianésia tivesse algum acontecimento, alguma violação dos direitos humanos dos posseiros; tivesse lá em São Geraldo do Araguaia; tivesse lá na Palestina. Colocar isso em comum era uma maneira de conscientizar, informar, fortalecer a luta. Conscientizar e botar pra fora, pra sociedade essa violação de direito, essa injustiça feita aos posseiros. Imediatamente [fizemos] um esboço de um primeiro informativo que veio o primeiro número pra teste. A ideia era que fizéssemos o primeiro, espalhasse para

⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁵ Idem, Maio de 1981, p. 02.

todas as regiões da diocese de Marabá e escutar como foi a recepção desse informativo. Todo mundo gostou muito⁷⁶.

O surgimento do impresso teve como objetivo central, conforme a fala do padre, “conscientizar, informar, fortalecer a lutar”, cujo intuito era “botar pra fora, pra sociedade essa violação de direito, essa injustiça feita aos posseiros”. Ao procurar externar para a sociedade essas questões que assolavam o meio rural e que muitas vezes não tinham a devida atenção crítica nos grandes veículos de comunicações na época foi o que acabou contribuindo para o seu surgimento com a finalidade de “circular a luta do povo”, porquanto que “a luta não poderia ficar isolada”, ou somente registrada na memória social daquelas pessoas humildes. A documentação era uma ferramenta importante porque possibilitava aos “camponeses a aumentar sua consciência e organização de sua classe, a acreditar no seu valor e na sua classe e na sua força”, com a finalidade que os trabalhadores formassem “uma classe unida e organizada, ativa na luta pelos seus direitos” políticos e sociais na batalha pela reforma agrária⁷⁷.

Emanuel Wambergue, o Mano – membro também da ordem dos Oblatos de Maria Imaculada na condição de irmão –, de origem francesa e que também trabalhava com a terra no norte da França, veio para o Brasil e chegou em 1975 na Amazônia Oriental, sendo eleito o primeiro coordenador da CPT regional Norte II na cidade de Marabá em 1976. Segundo ele, a criação de *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* “nasceu da ideia de divulgar o que estava acontecendo para as comunidades, um meio de comunicação” com o intuito “de repassar as notícias nas comunidades existentes na PA 150”, tendo o papel do editor do jornal alternativo, Eduardo Pedroso⁷⁸, como sujeito fundamental na produção do jornal porque “ele tinha um jeito de desenhar e escrever espetacular e [...] fazia parte da equipe do Movimento de Educação de Base, que tinha um escritório em Marabá muito avançado na época com máquinas e mimeografo”⁷⁹.

⁷⁶ Paulo Joanil da Silva. Depoimento [janeiro de 2017]. Entrevistador: Welington Jhemerson Costa da Conceição. Belém, janeiro de 2017.

⁷⁷ *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. **25 de Julho**. Ano I, nº1, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁷⁸ Depois de um certo tempo o seminarista Eduardo Pedroso deixou o trabalho de editor do jornal *O Grito da PA 150* por questões de saúde.

⁷⁹ Emmanuel Wambergue: depoimento [abril de 2023] Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Marabá-Belém, 2023.

Quem ajudava também na edição do jornal alternativo era a irmã Dorothy Stang⁸⁰, também conhecida por irmã Dorotéia nos documentos do SNI. A religiosa era membro da Congregação das irmãs de Notre Dame e teve participação central na construção dos textos não verbais (que será analisado no terceiro capítulo), tendo como influência pedagógica no desenvolvimento dos seus trabalhos junto aos posseiros na região a educação popular de Paulo Freire, conforme depoimentos de padre Paulo Joanil e Emanuel Wambergue.

Ao compor o momento histórico do nascimento do jornal alternativo e de mencionar algumas pessoas que ajudavam na construção dos editoriais podemos compreender que as mensagens transmitidas pelo impresso problematizou didaticamente o problema da terra, sendo entendido como um dos aspectos mais delicados na região do sudeste paraense, pois:

Entre todos os problemas que existe aqui um dos mais sérios é o problema da terra para trabalhar, porque tem muitos lavradores sem terra e tem muitas glebas de terras devolutas do Estado vigiadas por grileiros e seus pistoleiros, e não deixa os pobres dos pais de famílias tirar um pedacinho de chão para tirar o pão para seus filhos e com isto causa um sério atraso e pobreza para a região⁸¹.

Para denunciar os sérios problemas sociais, como presente na citação acima, era preciso comercializar o jornal alternativo para ser impresso e propagado na região. Assim, embora cobrasse um valor simbólico para circular, o jornal *O Grito da PA 150* não buscava a acumulação de capital e nem tinham um perfil de jornal empresarial. A finalidade da venda seria para custear a compra do papel e da tinta para melhor difundir ideias libertárias e a “organização como forma de luta”⁸². Aliás, o subtítulo do jornal *Terra e Liberdade* estava relacionado, conforme Emmanuel Wamberg, com a saída da subalternidade, pois como...

⁸⁰ A missionária foi assassinada aos 73 anos em 12 de fevereiro de 2005 no município de Anapu, região situada entre Altamira e Marabá, cidade que tem suas origens ligadas com a rodovia da transamazônica e com o Programa de Integração Nacional (PIN). A sua luta em Anapu foi pela implantação de Projetos de Desenvolvimentos Sustentável (PDS) para que existissem melhores condições de bem-estar e trabalho “a família sem-terra, posseiros e extrativistas da região”. A religiosa acabou denunciando junto com lideranças sindicais a grilagem de terra, extração ilegal de madeiras e as ameaças e expulsões de famílias por fazendeiros. As denúncias contribuíram para que fosse aberto o Processo Administrativo no Ministério Público Federal, tendo como as terras denunciadas por conta da grilagem o lote 55, onde ela foi assassinada, cujo “dono” era de Viltalmeiro Bastos de Moura, conhecido também por Bida, o mandante do assassinato. MELO, João Alfredo. Consórcios financiam violência e crimes ambientais. In: **Reforma agrária quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília, 2006, p. 311

⁸¹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Nosso problema**. Ano I, nº 07, Diocese de Marabá/PA, Novembro de 1980, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁸² O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Mini-Assembleia**. Ano I, nº 04, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1980, p.06 Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

... a grande maioria dos posseiros que vinha [...] era gente que não tinha terra ou trabalhava de meeiro nos coronéis do nordeste. Então, imagina, sempre se falava “a gente vem pra cá porque a gente não é mais sujeito”. Eu escutei muito isso aqui, então terra e liberdade é a mesma coisa. Tem que lembrar também que muitos vinham pra cá aonde tem, por exemplo, esse povoado como Palestina, alguns vieram junto com as *Bandeiras Verdes*, eram chamados. Era gente que vinha do nordeste seguindo a profecia – dizia eles do padre Cícero – de que do outro do grande rio é a terra prometida pra todo mundo. Muitos interpretaram o outro lado do rio: é o rio Araguaia [como o lugar da] independência de fazer o que tu quer, de plantar o que tu quer⁸³.

A relação de terra prometido como sendo a região Amazônica associada com a questão das *Bandeiras Verdes* nos fez lembrar e refletir acerca do estudo de Maria Antonieta da Costa Vieira presente na sua tese de doutorado sobre as *Bandeiras Verdes*. A profecia era entendida como uma direção que muitos camponeses buscavam e migraram em romarias com o propósito de “uma terra livre, abundante, aparentemente inesgotável”⁸⁴. Segundo a autora:

A profecia das *Bandeiras Verdes* é atribuída ao Padre Cícero. Ele teria dito a seus fiéis que no *fim dos tempos* deveriam *procurar as Bandeiras Verdes*, que foram identificadas com as *matas* amazônicas. A crença na profecia é compartilhada por camponeses nordestinos e do centro-oeste, tendo sido para muitos, o elemento desencadeador da migração para a Amazônia⁸⁵.

Nesse sentido, *Terra e Liberdade* partia do principio da busca de homens e mulheres que desejavam sair da condição de humilhação para torna-se sujeitos da sua própria história. Para isso, enfrentaram o sertão Amazônico com a tarefa de ser donos dos seus próprios destinos dispostos a encontrar um espaço mais justo para viver com dignidade. Isso seria, conforme a fala do Mano, a independência que muitos lavradores buscavam: o direito de plantar, colher e comercializar parte dos produtos para o sustento da rede familiar, e não trabalhar mais em situação degradante para fazendeiros. Foram esses sujeitos de vida humilde que o jornal alternativo tomou partido, manifestando “claramente sua posição a favor da classe trabalhadora, da classe oprimida”⁸⁶.

⁸³ Emmanuel Wambergue: depoimento [abril de 2023] Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Marabá-Belém, 2023.

⁸⁴ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das Bandeiras Verdes, missão e romaria** – movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Campinas, SP: [s.n], 2001. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 116.

⁸⁵ Ibidem, p. 113.

⁸⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Um ano gritando contra a opressão**. Ano II, nº13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

As ideias de Antônio Gramsci nos ajudou pensar a importância do posicionamento diante das mazelas sociais que assola a vida das pessoas mais humildes em distintas temporalidades. Na sua juventude militando pelo Partido Socialista Italiano (PSI), Gramsci escreveu uma série de textos os quais foram publicados em 1917 nos jornais *La Città Futura* [A Cidade Futura], *IL Grido del Popolo* [O Grito do Povo] e *L'Ordine Nuovo* [A Nova Ordem]. Em *A Cidade Futura* expressou sua aversão as pessoas indiferentes com as questões da política do seu tempo, uma vez que “quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo”. Ainda reforçou que “a história se assemelha a um terremoto que a todos vítima, os desejantes e não desejantes”, até mesmo os que ignoram os acontecimentos dizendo: “que não são responsáveis por eles”. Concluiu o seu pensamento expressando: “vivo, tomo partido. Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes”⁸⁷.

O jornal alternativo tomou um partido diante dos mais pobres e fortalecia seus votos diante dos lavradores a cada ano. Em um editorial de 1985 enfatizou dizendo que “o Grito da PA 150 é explosão do grito abafado no peito de nosso povo. É o Grito na escuridão quando tudo parece sem saída”. Era ainda “o Grito dos posseiros que teimam em permanecer em suas terras resistindo contra todas as ameaças”. Nesse sentido, para lutar contra as humilhações e a violência durante a ditadura militar era “preciso gritar, gritar alto, gritar juntos, gritar de peito aberto, gritar sem parar até o último suspiro de vida”, tendo em vista que era “melhor morrer gritando do que morrer calado no silêncio da covardia”⁸⁸. Assim, o jornal não estava indiferente aos mais necessitados, ao contrário, informava “o clamor reprimido de nosso povo aos ouvidos dos responsáveis na administração pública, até que aconteça a vitória final”⁸⁹ com fim da ditadura e a volta da democracia.

A pretensão de *O Grito da PA 150* era circular mensalmente, no entanto, não foi isso que acabou ocorrendo, pois percebemos que o tempo histórico de sua atividade jornalística no sudeste paraense se deu de forma irregular, como podemos perceber pelo quadro a seguir:

⁸⁷ GRAMSCI, Antônio. Indiferentes. In: **Odeio os indiferentes**: escrito de 1917. Trad. Daniela Mussi, Alvaro Biachi. – 1ª Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020, p. 31-33.

⁸⁸ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Editorial**. Ano V, nº 32, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1985, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 01.

Tabela n 3: estrutura física do jornal e a radiografia da violência.

Ano	Número de edições	Páginas
1980	7	60
1981	11	100
1982	4	3
1983	3	15
1984	2	10
1985	1	6
1986	1	4
1987	1	4
Total	30	202

Nota-se que durante oito anos de circulação o jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* foi diminuindo o número das suas edições, assim como a quantidade de suas páginas, entretanto, esteve sempre preocupado em denunciar os conflitos pela terra, sendo que as localidades de Marabá, Goianésia, Jacundá, São Geraldo, Xambioá, Pau Seco, Xinguara, Ipixuna do Pará, Redenção, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia eram consideradas áreas do campesinato paraense⁹⁰ de intensa guerra no campo, como podemos visualizar também pelo mapa publicado pelo jornal alternativo (imagem 2, p. 36). Desse modo, além de localizar os conflitos e as regiões com a finalidade de externar à sociedade civil a turbulência social, fazia parte de um projeto do jornal alternativo de “seguir o objetivo a que se propôs que é estar a serviço dos lavradores, sendo seu porta-voz”⁹¹.

⁹⁰ A região sul do Pará (Araguaia), até 1960 tinha apenas o município de Conceição do Araguaia. Após seu desmembramento deu origem a diversos municípios a partir daquele ano, como Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Floresta do Araguaia, Redenção, Pau D’ Arco, Rio Maria, Xinguara, Sapucaia, São Geraldo do Araguaia e Piçarra CANUTO, Luzia de Oliveira Pereira. **Terras e Natureza: Assentamentos Rurais de Rio Maria (1974-2004)**, p. 29.

⁹¹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Um ano gritando contra a opressão**. Ano II, nº13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Imagem 2: As áreas em conflitos.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Capa.** Ano II, nº 17, Diocese de Marabá/PA, Setembro de 1981, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

A pretensão buscada pelo impresso em todas as 30 edições analisadas foi a de ser um “um porta-voz das causas populares da região como de outras”⁹². Desse modo, muito embora circulassem em uma esfera local e regional, suas discussões estavam conectadas com o cenário nacional e até mesmo internacional, a exemplo os rumos da revolução na Nicarágua⁹³, frequentemente noticiada no jornal. Ao comemorar um ano de existência, em maio de 1981, o jornal reforçou seus votos diante dos seus leitores e salientava a importância de documentar sobre as lutas dos grupos subalternos de outras regiões do país que buscavam também subverter as mazelas sociais:

Informando sobre o que acontece em outros cantos, onde há luta do povo por liberdade e justiça, e instruindo as comunidades adormecidas, para que se levantem e se façam presente no dia a dia de nossa vida sofrida e violentada. E hoje, nosso jornalzinho, é bastante procurado e lido nas nossas comunidades, ele é espalhado por todos os cantos do Brasil, levando nossas angústias e nossas esperanças⁹⁴.

⁹² O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Apresentação**, 1980, p. 01.

⁹³ Em 19 de julho de 1979, guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) tomaram as ruas da capital da Nicarágua, Manágua, e iniciaram uma das mais importantes revoluções do Século XX. Para saber mais ver: ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaragüense**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

⁹⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Um ano gritando contra a opressão**. Ano II, nº13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Em sua apresentação em 1º de Maio de 1980 o jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* revelava logo nas suas páginas iniciais a sua identidade e convidava os posseiros para reivindicar seus direitos, denunciando e ao mesmo tempo chamando para a luta contra as injustiças sociais que marcava o campesinato com as seguintes palavras:

... companheiros, este jornalzinho pretende ser um veículo de informação de tudo aquilo que acontece na PA-150. Não só informar, como também estar a serviço, denunciando as violências e injustiças cometidas contra o povo, impedindo-o de crescer e desenvolver nos seus direitos e dignidade⁹⁵.

Sabemos que o jornal não abordou todos os acontecimentos como pretendia, conforme sua edição de apresentação. Nesse sentido, as reflexões do historiador Jenkins Keith nos ajudaram entender durante a problematização deste estudo de que maneira reconstituímos e problematizamos fragmentos do passado, uma vez que nunca conseguimos acessar a totalidade do que aconteceu, mas alguns fragmentos que os homens e as mulheres deixaram espalhados no tempo⁹⁶. A intenção e a preocupação do jornal em informar “tudo aquilo que acontece na PA-150” compreendemos também, pois esse desejo está inserido em um momento de profundas transformações em que a Amazônia Oriental foi palco por conta das privatizações de terras durante a ditadura militar (1964-1985), como veremos mais adiante. Os posseiros, agentes de pastorais, padres, bispos e freiras ao escolherem o nome do jornal não escondiam que a sua luta era contra a opressão que acometia os mais pobres. Para isso era necessário externar sem medo e covardia o “grito abafado no peito de nosso povo”, mesmo quando “tudo parece[sse] sem saída”.

Muitas vezes a informação era primeiro publicado nas páginas do jornal alternativo e posteriormente em outros veículos de comunicação da grande imprensa. Um exemplo foi a carta que o bispo de Marabá, dom Alano Maria Pena, escreveu em 25 de maio de 1980 ao general Manoel de Jesus e Silva, também conhecido por general do “8”⁹⁷. Parte do conteúdo dessa carta foi reproduzida em 28 de agosto de 1980 no jornal *O Estado de S. Paulo*, que na ocasião realizava uma série de reportagens sobre o sudeste paraense, classificando o lugar como “uma região perigosa e tensa [onde] registram-se os mais violentos conflitos pela posse da terra no País”⁹⁸. As reflexões do bispo por meio da carta

⁹⁵ Ibidem, Maio de 1980, p. 01.

⁹⁶ KEITH, Jenkins. **A História repensada**. Trad. Mário Viela, 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

⁹⁷ Faz referência ao Batalhão de Polícia localizada no quilômetro 08 de Marabá.

⁹⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Ali acontece tudo: mortes, torturas, massacres**. 27/08/1980, p. 11. Repositório Digital.

que foi endereçada ao general do “8” eram denunciando a repressão na região, sobretudo as pessoas humildes desta maneira:

Os posseiros vivem sempre sob a mira dos fatores da lei, sempre ameaçados, porque não tem como falar com qualquer autoridade, e lá, no fundo da mata, estão expostos a todo tipo de crueldade, vendo a morte de alguns companheiros permanecer impune⁹⁹.

A fala do bispo nos apresentou algumas questões fundamentais para se pensar o sudeste paraense e a luta pela reforma agrária naquele momento em particular, uma vez que “no fundo da mata”, conforme a fala do bispo, acabava ocorrendo uma série de atividades os quais fazia parte do dia a dia dos trabalhadores do campo, tais como a caça, a criação de galinhas, porcos, a plantação do arroz e outros gêneros alimentícios. A floresta, desse modo, é o lugar habitacional e de sociabilidades dos lavradores onde eram praticadas reuniões políticas, o lazer, encontros amorosos, a escolarização, celebrações religiosas e uma economia agrária voltada essencialmente para a subsistência. Não obstante, era na floresta que os posseiros eram também “expostos a todo tipo de crueldade, vendo a morte de alguns companheiros permanecer impune”¹⁰⁰. Por isso a indignação e o clamor social do bispo dominicano dom Alano Maria Pena ao general Manoel de Jesus e Silva.

A floresta já foi estudada e melhor refletida por outros historiadores, como pelo E. P Thompson durante as transformações no século XVIII vivenciadas na Inglaterra, nos possibilitando melhor compreender esse espaço com relações de trabalhos e funcionamentos complexos. Para o historiador a floresta apresentava particularidades próprias, dado que era entendida como um espaço múltiplo para diversos grupos, seja para a aristocracia e os camponeses. Estes últimos utilizavam as matas para extrair seus meios de subsistências, as quais eram praticadas por gerações de modo consuetudinário, mas que passou ser modificada com o processo de privatizações de terras. Nas palavras do historiador ao analisar as dinâmicas praticadas pelos camponeses na floresta de Windsor, salientava que:

Para o observador desprevenido, uma floresta aparece simplesmente como uma área inculta – uma extensão de arvoredos e charnecas que se manteve “selvagem”, onde animais selvagens, inclusive os cervos, podem correr à vontade. Mas uma floresta tem a sua complexa economia própria; onde se multiplicaram os povoamentos, as reivindicações

⁹⁹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Carta do Bispo ao General**. Ano I, nº1, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 05.

concorrentes dos gamos e veados, caças menores, porcos, reses e carneiros submetidas a uma intrincada regulamentação¹⁰¹.

As concepções acerca do acesso e uso das áreas florestais de Windsor foi modificada com a aprovação da “Lei Negra” em 1723, só anulada cem anos depois, em 1823. A legislação aprovada sem “ter ocorrido qualquer debate ou divergência séria”¹⁰² tinha a função de penalizar os que infligissem a nova lei em mais de cinquenta tipos de crimes, sendo que alguns deles condenavam a pena de morte. Desse modo, era uma “lei má, formulada por maus legisladores e ampliada pelas interpretações de maus juízes”¹⁰³. No entanto, é importante ressaltar que houve profundos descontentamentos por parte dos camponeses ao novo direito de propriedade que passou a ser imposto, pois alterava costumes compartilhados pelos camponeses, fazendo com que ocorresse “tumultos, ataque a guardas, cartas e conduta ameaçadoras”¹⁰⁴.

Karl Marx foi outro intelectual que pensou a floresta de modo crítico ao escrever para o jornal *Gazeta Renana* entre 25 de outubro e 3 de novembro de 1842. A problematização de Marx presente na imprensa era acerca da aprovação de uma legislação acerca do furto de madeira, a divisão do solo e outros produtos da floresta debatida na Dieta Renana (parlamento prussiano). O projeto de lei foi sem qualquer consideração aos direitos dos mais pobres e “ao bem comum oferecido pela natureza”¹⁰⁵, dado que capturar madeiras passou ser considerado crime florestal. Mas quais eram as penalidades? Eram variados, dependia se o furto fosse cometido durante a noite ou feriado, caso o autor estivesse agasalhado ou enegrecido o rosto, ou mesmo tivesse fornecido informações falsas a respeito da sua identidade. A penalização, assim sendo, era em multas e trabalhos forçados para o proprietário florestal “de todos os condenados insolventes”¹⁰⁶. Essas questões fizeram Karl Marx questionar as práticas em gestação do capitalismo, dizendo que “se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada?”¹⁰⁷ O jornal *Gazeta Renana* passou a sofrer com a censura e depois os ministros prussianos autorizaram o seu fechamento em 1843 e Karl Marx optou pelo exílio na França.

¹⁰¹ THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. Trad., Denise Bottman. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História; v, 7), p. 31-32

¹⁰² Ibidem, p. 21.

¹⁰³ Ibidem, p. 359.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 101.

¹⁰⁵ MARX, Karl. **Os despossuídos:** debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Trad. Daniel Bensaid, Mariana Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017, p. 21.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 15-16.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 18.

A partir dessas percepções a respeito da floresta compreendemos que o interior das matas na Amazônia Oriental não pode ser percebido apenas como um amontoado de árvores de diversas espécies, uma vez que homens e mulheres, camponeses, grupos indígenas, desenvolviam modos de trabalhos no espaço florestal de modo complexo, e que passou ser transformada por conta do avanço do capitalismo ao cercar por arames farpados certos lugares em nome da propriedade privada. Um exemplo foi Goianésia, “um povoado cercado de arames”, pois no “meio passa[va] a estrada e nos fundos, dos dois lados, está cercada de arames”¹⁰⁸.

As questões acerca da luta pela terra e a reforma agrária nas páginas do jornal alternativo foram debatidas de forma relacional. Contudo, é importante situá-las no tempo e no espaço, pois, conforme Sonia Regina de Mendonça ao citar Bernardo Mançano Fernandes, observou que:

Primeiro porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições. Na realidade, a diferenciação da luta pela terra, da luta pela reforma agrária é fundamental, porque acontece independentemente da segunda¹⁰⁹.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a *Longa Marcha* do campesinato brasileiro está alicerçada na luta pela terra. Desde a luta de Palmares, Canudos, Contestado e as greves nos cafezais paulista houve tensões em torno da terra. No século XX o litígio no campo manifestou resistências contra o pagamento da terra institucionalizado com a Lei de Terras de 1850. Tensões pela posse da terra também ocorreram entre 1940 e 1950 em Trombas e Formosa, na cidade de Goiás; sem contar a guerrilha de Porecatu no Paraná¹¹⁰.

Em 1955 surgiu em Pernambuco a *Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco*, mais tarde chamada de Liga Camponesa da Galiléia. Seu objetivo era “fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõezinhos de madeira destinados às crianças”¹¹¹, que haviam morrido naquela região. Os camponeses acabaram criando no “Engenho da Galiléia”, composta por 140 famílias, a sociedade

¹⁰⁸ INFORMATIVO DA PA 150. **Goianésia**. Ano I, nº1, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁰⁹ MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**; João Pedro Stedile (org.). 2. Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 80.

¹¹⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos avançados, 2001, pp. 185-206.

¹¹¹ JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas. In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1/organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 24.

agrícola, com Presidente, vice-presidente, Tesoureiro e convidaram Oscar Beltrão (o senhor de engenho) pra compor a Presidência da entidade. Outros latifundiários acabaram o advertido, pois na carta convite dizia que na ocasião seria também a posse do advogado da *sociedade* e a instalação de uma escola. Assim, os grandes proprietários de terras entendiam que isso era a instalação do “comunismo em seus domínios”, fazendo com que Oscar Beltrão não quisesse mais ser o Presidente da *sociedade* e exigia a sua extinção. Os camponeses acabaram se dividindo, sendo que uma parte ficou sob a liderança de José Francisco de Souza, um camponês e ex-administrador da Galiléia.

Em decorrência desse conflito social, os trabalhadores de Galiléia buscaram um advogado ou um político que estivesse comovido com as suas histórias de vidas e que pudessem os defender diante das intimidações de autoridades civis e particulares, entre os quais os grandes latifundiários. Foi nesse contexto que surgiu o nome de Francisco Julião – que, nesse momento, além de advogado, era deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro. Francisco Julião acabou aceitando o convite, sendo recebido pelos trabalhos da *sociedade* “sob pételas de rosas e espocar de foguetes” e, num curto espaço de tempo, a luta dos trabalhadores do Engenho da Galiléia transformou-se numa bandeira de vários trabalhadores rurais do Nordeste e do Brasil: a luta pela reforma agrária¹¹².

Entre os seus líderes existia também João Pedro Teixeira, camponês que denunciava a concentração da terra e o trabalho precário no campo. Embora sofrendo com perseguições e ameaças, continuou mobilizando os trabalhadores diante da pauta social da reforma agrária. Em 1962 foi assassinado por pistoleiros ao voltar de uma viagem de João Pessoa, na Paraíba, sendo eternizado como o mártir da luta pela reforma agrária nacionalmente¹¹³.

Foi a partir de 1950 com a formação das Ligas Camponesas que a luta pela reforma agrária ganhou destaque no Brasil de modo mais intenso, mas foi sufocada com o golpe civil-militar de 1964. Os ideais da reforma agrária estenderam-se para outros lugares do país e foi a principal questão reivindicada pelos camponeses nas páginas do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. O jornal alternativo desenvolveu um trabalho fundamental denunciando a violência e difundido ideias para mobilizar a luta dos

¹¹² Ibidem, p. 25.

¹¹³ ANDRADE, Manuel Correia de. As tentativas de organização das massas rurais – As ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1/organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 73-96. .

camponeses em um momento que a Amazônia Oriental sofria os impactos da privatização de terras iniciado na década de 1960, como veremos a seguir.

1.2 A ditadura militar e a Amazônia Oriental em cena

Em 31 de março de 1982 o jornal *O Grito da PA: Terra e Liberdade* rememorou golpe civil militar de 1964. Naquela ocasião o país convivia com 18 anos de ditadura militar e o jornal alternativo indagava seus leitores quem havia de fato melhorado de vida, posto que “os ricos fizeram a revolução deles, para garantir sua fortuna e sua boa vida”, enquanto que “o povo ficou humilhado”¹¹⁴. A ditadura militar buscou ao longo dos seus sucessivos governos¹¹⁵ que os trabalhadores, seja do campo ou da cidade, tivessem que “se calar na força e na marra”¹¹⁶.

O golpe buscou interromper um movimento de organização dos trabalhadores da área rural em favor da reforma agrária – como foi o caso da organização política das Ligas Camponesas – em que homens e mulheres lutavam para “exigir terra, assistência médica, estradas, preço justo nos produtos e liberdade do sindicato”. Mas nem todos sofreram da mesma forma os efeitos do autoritarismo praticado pelo Estado porque alguns conseguiram por suas relações de favorecimento com os militares e poderes locais aumentar ainda mais seus patrimônios, como o grupo políticos dos fazendeiros que “cresceram cada vez mais as suas fazendas, até com empréstimos do dinheiro do governo”¹¹⁷.

Nesse sentido, existia um caráter seletivo da suposta “revolução”, haja vista que beneficiou certos grupos sociais. O jornal *O Grito da PA 150* ao realizar o ato da lembrança naquele momento em particular nos proporcionou refletir a partir das ideias de Paolo Rossi ao estudar as questões sobre o passado, a memória e o esquecimento. Segundo o autor, a reevocação de certos elementos do passado não pode ser compreendido como recortes de certos acontecimentos da vida sem relação com a realidade social porque “voltar a lembrar implica um esforço deliberado da mente; é uma espécie de escavação” da

¹¹⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **1964: Quem fez esta revolução?**. Ano II, nº 22, Diocese de Marabá/PA, Março de 1982, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹¹⁵ Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967); Artur Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e João Baptista Figueiredo (1979-1985).

¹¹⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **1964: Quem fez esta revolução?**, p. 02. Op. Cit., 1982, p. 02.

¹¹⁷ Idem, p. 02.

memória que acaba evitando o esquecimento de certos momentos da vida acompanhado, muitas vezes, com a dor e a censura, quando não, com atos que possibilitam a vergonha¹¹⁸.

O jornal alternativo buscou lembrar um momento que deixou marcas físicas e psicológicas em muitas pessoas, como religiosos, trabalhadores do campo e da cidade, pois “no dia 1º de abril de 1964, desrespeitando todas as leis do país, os generais derrubam o Presidente da República eleito pelo povo e instalaram uma Ditadura Militar. [...] Para esse golpe eles deram o nome de revolução de 31 de março”¹¹⁹. O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* narrou da seguinte forma a preparação do golpe civil-militar lembrando aos seus leitores que:

Quando chega perto de 1964, os opressores ligados às multinacionais começam a preparar o bote da cascavel: organizam uma grande confusão, dizendo que o Brasil ia cair no comunismo, que o Presidente da República era comunista e que o comunismo mata até menino de colo. E quem financia toda essa campanha de [...] são os opressores dos Estados Unidos (as multinacionais americanas) e os donos das indústrias ligadas a esses opressores¹²⁰.

O golpe civil-militar e a ditadura militar imposta foram motivados por “impulsos contraditórios, provenientes de setores que tinham projetos diferentes”¹²¹. Embora as três armas posicionassem contra João Goulart não podemos inferir que eles estavam sozinhos na movimentação golpista, visão já bastante consolidada na historiografia, mas é sempre pertinente recordar, dado que, como já argumentava o historiador Marc Bloch, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”¹²²

O impresso reforçou essa questão ao ressaltar que o golpe de 1964 contou com participação civil, visto que alguns grupos haviam realizado a sua “revolução” para proteger seus interesses políticos, cuja referência era direcionada aos latifundiários¹²³. Em 15 de abril de 1964 o deputado Reis Ferreira, presidente da Federação das Associações Rurais do Pará, escreveu um ofício ao Aurélio do Carmo, na época governador do Estado. O representando dos ruralistas agradeceu a posição política do governador para salvar o

¹¹⁸ ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Monlin. – São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 16-33.

¹¹⁹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O Golpe Militar**. Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, junho de 1981, p. 09. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹²⁰ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Preparação do golpe militar**. Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, junho de 1981, p. 9. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹²¹ Ibidem, p. 128.

¹²² BLOCH, Op. Cit., 2001, p. 65.

¹²³ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **1964: Quem fez esta revolução?** Ano II, nº 22, Diocese de Marabá/PA, Março de 1982, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA, p. 02.

país da “comunização”, classificando seu ato como uma atitude nobre e patriótica, pois “estavam em jogo os destinos da democracia”¹²⁴. Segundo a visão do ruralista:

Como testemunha ocular da galharda atitude tomada por vossa Excelência no Estado da Guanabara, manifestando-se de público, em memoráveis pronunciamentos, sobre a política nacional, mal orientada pelo ex-Presidente João Goulart, cometera grave falta perante minha consciência cívica, se por comodismo ou indiferença, não viesse expressar ao eminente Governador e prezado amigo a satisfação das classes rurais do Estado, em face da tomada de posição contra a comunização que se pretende implantar no Brasil. Receba pois, a mensagem de solidariedade e de confiança que tenho a honra de encaminhar a V. Exa., como demonstração inequívoca de que o rurícola paraense não está alheio à nobre e patriótica atitude assumida pelo ilustre Governador, precisamente na honra em que estavam em jogo os destinos da democracia em nossa pátria¹²⁵.

Podemos notar que Reis Ferreira manifestou posição favorável ao golpe de 1964 ao proferir que o governador recebesse a sua mensagem como um ato de “solidariedade e de confiança”, uma vez que o comportamento assumido “pelo ilustre governador” acabou salvando a democracia e a nação brasileira. Ainda, é importante ressaltar, o ato de assinar o documento não pode ser interpretado apenas à personificação de sua pessoa a autoria do manifesto publicado na imprensa paraense. Enquanto presidente da Federação das Associações Rurais representava também as vozes e os anseios dos grandes proprietários de terras espalhados no Estado do Pará. Por isso enfatizou que a classe rural “paraense não está alheio à nobre e patriótica atitude assumida pelo ilustre Governador”¹²⁶.

Para os historiadores Caio Navarro de Toledo e Marcus Dezemone, as classes rurais apoiaram o golpe para resguardar seus interesses e não modificar a estrutura agrária brasileira¹²⁷. Tal visão já havia sido problematizada por Caio Prado Jr ressaltando que entre os fatores que culminou para o golpe era “o crescente interesse que então começava a despertar a questão agrária e os primeiros sintomas de séria pressão popular no sentido da efetivação de medidas tendentes à reforma de nossas estruturas agrárias e relações de trabalho rural”¹²⁸.

¹²⁴ O LIBERAL. **Classes rurais satisfeitas com posição de Aurélio**. 15/04/1964, p. 03. Acervo Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

¹²⁵ Ibidem, p. 03.

¹²⁶ Ibidem, p. 03.

¹²⁷ TOLEDO, Caio Navarro de, Op. Cit., 2004 e DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

¹²⁸ PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 284.

Segundo Pere Petit, o governador do Pará na época, Aurélio do Carmo, eleito em 1960 pelo Partido Social Democrático (PSD), sucessor de Magalhães Barata (1955-1959), concedeu apoio ao golpe civil-militar. No dia do golpe Aurélio do Carmo estava no Rio de Janeiro e aceitou que seu nome fosse incluído no “Manifesto ao Povo do Pará”, documento este simbolizando a união entre civis e militares ao golpe¹²⁹. Seu vice, Newton Miranda, estava na capital paraense e relatou que a “situação no Pará está calma. Tranquila”¹³⁰. O prefeito de Belém, Moura de Carvalho (1961-1964), em apreço ao golpe disse que “eu e o meu amigo governador Aurélio do Carmo, posição idêntica já havíamos assumido no Rio”¹³¹. Nas palavras do partidário do PDS salientava que:

O que resta agora é consolidar a nova situação, garantindo o regime democrático, através da eleição, o mais depressa possível, de um presidente democrático, cristão e sobretudo, ponderado, mas de inabalável decisão cívica. Nesse sentido, o PSD paraense, juntando-se as grandes forças democráticas do país, está firme no seu propósito de quebrar lanças em torno do nome do general Humberto Castelo Branco¹³².

De acordo com o jornal *O Liberal* a posição de Aurélio do Carmo acabou colocando-o na vanguarda do movimento no Estado, visto que era entendido que a sua posição foi em “favor dos princípios democráticos e da sobrevivência do regime de liberdade”¹³³, pois era presente um “movimento esquerdista visando implantar no Brasil um regime de força, totalitário, um verdadeiro acinte à nossa constituição”¹³⁴. O historiador Carlos Fico enfatizou que a deposição de João Goulart “não pressupunha, necessariamente, a ditadura que se seguiu”¹³⁵. Isso ficou evidente na fala de Moura de Carvalho, pois se imaginava que aconteceria eleições “o mais depressa possível”.

No Pará houve manifestações algumas semanas após o golpe ser consolidado em alguns pontos da cidade, como na Praça Brasil, Praça da República e em São Braz. Populares compareceram aos locais estabelecidos “logo ao amanhecer, embora com

¹²⁹ PETIT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, 2012, 29-30.

¹³⁰ O LIBERAL. **Pronunciamento de Aurélio**. Governo e povo paraenses ao lado dos patriotas contra violências e ilegalidades. Belém, 01/04/1964, p. 08. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

¹³¹ O LIBERAL. **P.S.D Paraense ao lado das forças democráticas para garantia do Regime**. 04/04/1961, p. 08. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

¹³² *Ibidem*, p. 08.

¹³³ O LIBERAL. **Aurélio na vanguarda do movimento democrático recebe manifestações de solidariedade**. 08/04/1964, p. 09. Acervo da Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 08.

¹³⁵ FICO, Carlos. *Op. Cit.*, 2014, p. 07.

ameaças de chuvas”¹³⁶. Segundo a cobertura da imprensa local foi possível notar alguns cartazes com palavras de ordem contra a “comunização”, como:

“Vermelhos por fora, traidores por dentro”, “Brasil, sim, Rússia, não”, “Cadeira para os traidores, tranquilidade para os nossos lares”, “Vimos, sentimos e vencemos” [...] “Para um Palácio Vermelho, basta um Castelo Branco”, “comunismo nunca, Democracia sempre”, “Abaixo a corrupção, o contrabando e o comunismo”, “Com Deus e Religião, teremos Liberdade”, “...E o martelo foi-se”, “Brasil livre agradece as Forças Armadas”, “Sem tua ajuda o Cristo, para onde iríamos nós?”, “Nesta bandeira, não há lugar para foice e martelo”,[...] “Queremos um Brasil sem vermelhos”, “Clube dos Servidores Federais do Pará, vanguardeiros da Democracia, com as famílias e Deus pela liberdade” e o grande cartaz da Federação do Comércio que apareceu em frente a grande marcha: “O Brasil nasceu ao pé da Cruz. Renasce, agora, pela Liberdade para o seu autêntico destino”¹³⁷.

João Goulart durante seu exílio no Uruguai concedeu entrevista ao jornal *El Debate* relatando que a reforma de base e, em particular, a reforma agrária, pretendia mudar a vida de “quarenta milhões de brasileiros” que “são analfabetos e passam fome”. Na sua visão era “nessas condições [...] que o comunismo tenha um campo de ação favorável”. Disse ainda que as reformas de base “por seu sentido e seu significado prático, eram reformas que impediriam justamente o avanço comunista”¹³⁸. Todavia, a visão de João Goulart não foi interpretado dessa forma, pois as reformas de base acabaram polarizando a arena social entre 1963 a 1964 entre as direitas brasileiras.

Antes do comício das reformas é importante recordar que em 17 de novembro de 1961 realizou-se a primeira proposta de reforma agrária unitária dos lavradores e trabalhadores agrícolas em Belo Horizonte, contando com a participação do próprio João Goulart no encontro. A atividade organizada pelos trabalhadores do campo acabou lançando o lema “Reforma agrária na lei ou na marra”, cuja reivindicação visava rever o artigo 141 da Constituição de 1946, em seu parágrafo 16, posto que exigisse para a desapropriação de terras por interesse social a “indenização prévia, justa e em dinheiro”. Exigia-se ainda a aplicação de parte da legislação trabalhista já existente na área urbana

¹³⁶ O LIBERAL. **Família paraense saiu à rua para saudar democracia**. 22/04/1964, p. 5-6. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

¹³⁷ Ibidem, p. 05.

¹³⁸ O LIBERAL. **Entrevista de João Goulart ao “El Debate” de Montevidéu**. 09/04/1964, p. 05. Acervo da Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

aos trabalhadores agrícolas, bem como o direito de sindicalização livre e a elaboração de um estatuto e a proibição da concessão de terras públicas para fins especulativos¹³⁹.

O encontro realizado em Minas Gerais apresentou o *slogan* muito difundido nas páginas do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, revelando a conexão entre o jornal alternativo e o encontro camponês de Belo Horizonte por meio da expressão “Radical e Imediata”. Para Karl Marx, ser radical seria “agarrar as coisas pela raiz”¹⁴⁰. Desse modo, utilizando de empréstimo a frase do autor, ser radical nas páginas do jornal alternativo seria distribuir a terra de forma justa aos mais necessitados por meio da reforma agrária a fim de sanar muitos problemas no campesinato brasileiro. “E qual é essa Reforma Agrária radical e imediata?”, perguntou o jornal para seu público alvo. Respondeu em seguida que seria:

Resistir na posse, ocupar as terras públicas e improdutivas, lutar pela titulação e desapropriação só não basta. Reforma Agrária radical e imediata é essa que além de distribuir as terras para os trabalhadores rurais, se acabe de uma vez com todo latifúndio, que se acabe com a especulação da terra e com a grilagem; que haja boa assistência técnica para usar melhor a terra [...] crédito fácil para os lavradores trabalharem e aumentarem sua produção; que tenha escolas no campo para os filhos dos lavradores; que tenha postos médicos e hospitais no campo grátis para o povo da roça; que haja estradas e vicinais para os lavradores escoarem seus produtos e melhores preços para os produtos e melhores preços para os produtos da roça. Enfim, que a Reforma Agrária Radical e Imediata, tenha a participação dos trabalhadores rurais, seja discutida nas bases, que comece e termine com data marcada¹⁴¹.

Para o padre Paulo Joanil, o radicalismo não poderia ser confundido com as ações guerrilheiras. Ser radical para ele era é no sentido do direito da terra, uma vez que era um “direito inalienável ao camponês e ao trabalhador”. Nas suas palavras podemos compreender melhor as suas ideias:

Na luta pela terra não tem passo atrás, ou a gente vai e conquista, ou na moleza não se conquista, fazendo média não se conquista. O radical vem pela raiz, mas não era aquele radicalismo revolucionário da luta armada não. O radical é no sentido do direito. A terra é direito inalienável ao camponês e ao trabalhador e pra isso tem que haver radicalismo; clareza e radicalismo e consequência imediata. Não se pode esperar pra amanhã, o

¹³⁹ STEDILE, João Pedro. Primeira proposta de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil. In: **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**– Belo Horizonte – 1961. – 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 73-79.

¹⁴⁰ MARX, Karl, 1818-1883. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843**. Trad. de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]; prefácio à terceira edição Alysson Leandro Mascaro. 3ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 09.

¹⁴¹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Reforma agrária radical e imediata**, Op. Cit., 1981, p. 02-03.

estomago não espera amanhã, a saúde não espera amanhã, então tem que ser hoje¹⁴².

A frente do poder executivo o militar Castelo Branco em 18 de outubro propôs uma emenda à constituição que modificasse o dispositivo da Constituição de 1946, revogando o dispositivo da *indenização em dinheiro*. Em 30 de novembro de 1964 era promulgada a primeira lei de reforma agrária, conhecida por Estatuto da Terra¹⁴³. Na visão de José de Souza Martins os militares buscaram concentrar para si a questão fundiária ao realizar a sua reforma agrária, com o propósito de militarizar a questão agrária e conseguir “o esvaziamento político do campo”, visto que era entendido como “condição necessária da sobrevivência da ditadura militar”¹⁴⁴.

O Estatuto da Terra embora defendesse a reforma agrária visando a “distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender ao princípio de justiça social”¹⁴⁵, acabou não se concretizando. Segundo o jornal *O Grito da PA 150* seu objetivo “ficou apenas no papel”, visto que “cada vez mais o número de pequenos proprietários e posseiros tem diminuindo bastante, para dar lugar às grandes fazendas e empresas”, contribuiu em larga escala na região à “expulsão do homem do campo que vai inchar o subúrbio das grandes cidades”¹⁴⁶.

Os militares direcionaram vários órgãos para atuar na Amazônia Oriental, os quais desempenharam transformações estruturais na paisagem da região por conta do avanço do capitalismo. Nas palavras do ministro Helio Beltrão, ministro do planejamento do general Costa e Silva (1967-1969), os projetos tinham enquanto objetivo:

A integração da Amazônia é uma das permanentes preocupações do presidente Costa e Silva [a fim de] propiciar a efetiva ocupação dos espaços vazios e zonas de fronteiras, mediante projetos de colonização e povoamento orientados [...] possibilitando a real ocupação da Amazônia em pontos estratégicos e criando condições para que essa ocupação se irradie até a total integração da região¹⁴⁷.

Ao consultar o documento *Operação Amazônia* – que está localizado no prédio da SUDAM em Belém –, percebemos como a região foi posta à venda para pequenos grupos

¹⁴² Paulo Joanil da Silva. Depoimento [janeiro de 2017]. Entrevistador: Welington Jhemerson Costa da Conceição. Belém, janeiro de 2017.

¹⁴³ MARTINS, José de Souza. Op. Cit., 1986.

¹⁴⁴ MARTINS, José de Souza. Op. Cit., 1985, p. 56.

¹⁴⁵ STEDILE, João Pedro. **Primeira lei de reforma agrária no Brasil** - 1964. In: A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição 2012, p. 126.

¹⁴⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Política de terras**. Op. Cit., 1980, p. 02.

¹⁴⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Apressa-se integração da Amazônia**. 07/08/1968, p. 05. Repositório Digital.

econômicos, pois foi registrado que os militares reuniram-se com empresários do setor agrícola e industriais a fim de propagar as possibilidades econômicas que a Amazônia poderia proporcionar em uma viagem a bordo do navio “Rosa da Fonseca”, pelo rio Amazonas. O documento apresentava um tópico intitulado *Instalação da Sudam*, com um discurso do General Mário de Barros Cavalcanti durante a I reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, realizada 5 de dezembro em 1966, a bordo do navio. Foi salientado a “Amazônia como uma das maiores áreas despovoadas do globo”¹⁴⁸ e que:

Povoando, desenvolvendo e conquistando de modo efetivo a Amazônia, estaremos fazendo uma guerra pela paz, desarmando os espíritos e convidando todos os homens para um trabalho conjunto em favor dos povos mais necessitados¹⁴⁹.

Em outro documento intitulado *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*, foi dito que o desenvolvimento traria para a região a “sua ocupação territorial, o fortalecimento das suas áreas de fronteira e a integração do vazio ao todo nacional”¹⁵⁰ por meio dos “incentivos fiscais concedidos à iniciativa privada com objetivo de trazer a colaboração do empresariado nacional ao desenvolvimento econômico”¹⁵¹. Mas essa visão acerca da Amazônia Oriental já havia sido expressada por Getúlio Vargas no teatro do Amazonas, Manaus, em 10 de outubro de 1940 na *Macha para Oeste*. O discurso proferido sobre a Amazônia, presente no documento *Operação Amazônia*, partiu de uma visão de conquista, cuja tarefa era “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”, uma vez que assim poderia “às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar”¹⁵². Quem fazia parte dessa suposta civilização? Segundo Getúlio Vargas, “estrangeiros, técnicos e homens de negócio” que iriam colaborar com o comércio e a indústria, visando “formar latifúndios e absorver a posse da terra”¹⁵³.

Foi nesse contexto de ditadura militar que surgiu em 1966 a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição da Superintendência do

¹⁴⁸ BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Operação Amazônia (Discursos)**. Serviço de Documentação e Divulgação, Belém – PA, 1968. Acervo da SUDAM, Tombo 4213, p 73.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 75.

¹⁵⁰ BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Belém, Departamento Administrativo, Serviço de Documentação e Divulgação, 1968, Tombo 1551, p. 03.

¹⁵¹ Ibidem, p. 04.

¹⁵² BRASIL, Op. Cit., 1968, p. 09.

¹⁵³ Ibidem, 10.

Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Em 1970 era foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁵⁴ e dez anos mais tarde, em fevereiro de 1980, nascia o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT).

O GETAT, criado para regularizar a questão fundiária, foi órgão federal que mais recebeu críticas nas páginas do jornal alternativo *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, pois era compreendido como um instrumento contrário aos interesses dos lavradores e por isso “os posseiros aprenderam que o órgão não foi criado para defender seus direitos”; aprenderam também que “a única maneira de lutarem e exigirem o direito à terra é pela organização e união”¹⁵⁵. Nas páginas do jornal o GETAT teve até a sua sigla ressignificada para “Governo Expulsa Trabalhadores do Araguaia-Tocantins”¹⁵⁶, pois nada mais era que um obstáculo para a verdadeira reforma agrária. Tamanha era a indignação contra o GETAT que em 10 de novembro de 1980, uma equipe composta por 42 posseiros, fretaram um caminhão e partiram até a capital do Estado. O motivo de ir até Belém era para encontra-se com o governador Alacid Nunes e “exigir dele uma situação imediata” sobre a questão fundiária na região, pois havia lavradores morando “3 anos numa área e estão ameaçados a ser expulsos de suas posses”. Após estenderem algumas faixas em direção ao palácio do governador ficaram aguardando ser recebido, só ocorrendo pela 18:00 horas do dia 11. No entanto, nada foi resolvido porque o governador atribuiu a responsabilidade para Pedro Iris e Carneiro Leão, este último era o representante do GETAT de Marabá¹⁵⁷.

Somados a esses órgãos é importante citar a construção das estradas para a região, pois esteve conectado com os conflitos fundiários, como o eixo rodoviário da Belém-Brasília finalizada na década de 1960, a construção da Transamazônica ao ligar o Nordeste

¹⁵⁴ Esse órgão foi criado pelo decreto-lei de número 1.110, em 09 de julho de 1970 pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. “A previsão do governo era de instalar, sob a coordenação do” INCRA “100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974, em lotes hectares cada, nos denominados Programas Integrados de Colonização (PIC) Marabá, Altamira e Itaituba”. Além disso, “prometiam-se a cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, dois hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra de produção e uma casa na agrovila” PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. *Clio. Série História do Nordeste* (UFPE), v. 2, 2014, p.02.

¹⁵⁵ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE, **GETAT: Queimando o último cartucho**. Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1980, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁵⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Governo Expulsa Trabalhadores do Araguaia-Tocantins**. Ano I, nº 05, Diocese de Marabá/PA, Setembro de 1980, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁵⁷ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Nosso problema**. Ano I, nº 7, Diocese de Marabá/PA, novembro de 1981, pp. 2-3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

à Amazônia em 1970 e a rodovia Estadual da PA-150 no início da década seguinte. Segundo o documento do Departamento de Estradas de Rodagem acerca do Sistema Rodoviário do Estado do Pará referente a rodovia PA 150, observamos que:

Essa rodovia está localizada na micro-região de Marabá e possui 105 km. de rodovia implantada. O atual projeto justifica-se pela necessidade de dar a essa região inexplorada melhores condições de transporte e servir ao complexo implantado na Serra dos Carajás para extração de minérios e que por força de Convênio assinado com o DER-PA a mesma deveria após implantada fazer parte do sistema rodoviário¹⁵⁸.

Assim como o texto da *Operação Amazônia*, o plano de integração estadual apresentava algumas justificativas para integrar o interior do Estado ao cenário nacional, mas com estereótipos sobre a Amazônia Oriental e seus habitantes. Para o jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, por outro lado, a rodovia estadual foi motivo de muitos problemas no espaço agrário, posto que:

Desde que iniciou, tem sido um palco de arbitrariedades, violências, mortes e todo tipo de desmando criando grande tensão social na região. E em sua maior parte, é a questão da terra, que não teria tanto sentido sem aqueles que nela trabalham, que são os camponeses¹⁵⁹.

A partir de 1960 a Amazônia foi palco de profundas transformações entre o homem e a natureza. Desse modo, como bem destaca Bertha Becker, “a ocupação passa a ser contínua no tempo e em maior extensão [...] através de uma política deliberada de integração regional”. Ainda segundo a autora, o Estado passou, desde então, a conceder e estimular “subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e crédito de baixos juros, indução de fluxos migratórios para o povoamento e formação de um mercado regional”¹⁶⁰. Nessa mesma linha de raciocínio, como ressaltou Octavio Ianni, mas pensando as transformações da cidade de Conceição do Araguaia, o que modificou “na calma social e nos ritmos tradicionais da Amazônia” foi a “construção da Belém-Brasília e a decisão da SUDAM [...] de conceder a projetos agropecuários incentivos fiscais”¹⁶¹. Visão compartilhada por Pere Petit sobre as grandes transformações na Amazônia Oriental,

¹⁵⁸ Governo do Estado do Pará, Departamento de estradas de rodagem. Sistema Rodoviário do Estado do Pará. Biblioteca Pública Arthur Viana. Acervo: Obras do Pará.

¹⁵⁹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. 25 de Julho. Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1980, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁶⁰ BECKER, Bertha. “Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio”. In: MENDES, Armando Dias (Org). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos.** 2ª Ed. ver. – Belém: Banco da Amazônia, 2004, p. 117-121.

¹⁶¹ IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1978, p. 91.

pois a partir de 1966 a intervenção federal na região “não tem paralelo com nenhum outro momento anterior”, fruto da política dos incentivos fiscais¹⁶². O que era esse incentivo fiscal? Jean Hébette explicou na seguinte forma:

Não paga seus impostos quem quiser aplicá-los para praticar pecuária em grande escala na Amazônia. Vê-se, então, todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados, tornaram-se pecuaristas: Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil, Tecelagem Parahiba e tantos outros¹⁶³.

Podemos observar que a atividade pecuária cresceu com a instalação da SUDAM ao conceder vantagens fiscais a partir do quadro abaixo que produzimos utilizando o Sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de *Recuperação Automática – SIDRA*. A partir da plataforma extraímos dados significativos acerca da quantidade de gados presente no Pará, muitos deles espalhados no sul e sudeste paraense entre os anos de 1970 a 2006.

Tabela 4: Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo - série histórica (1970/2006).

Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo - série histórica (1970/2006)						
Variável - Efetivo de animais (Cabeças)						
Espécie da pecuária – Bovinos						
Brasil e Unidade da Federação	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Brasil	78.562250	101.673753	118.085872	128.041757	153.058275	176.147501
Rondônia	23.125	55.392	251.419	770.531	3.937291	8.542726
Acre	72.166	120.143	292.190	334.336	847.208	1.736100
Amazonas	263.487	203437	355.748	425.053	733.910	1.170638
Roraima	238.761	246.126	313.881	306.015	399.939	536.396
Pará	1.043.648	1.441.851	2.729.796	3.478.875	6.080.431	13.933883
Amapá	64.990	62.660	46.079	46.986	59.700	78.815
Tocantins	3.603.813	5.218.142	6.565729

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

No documento já citado, *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*, há um tópico intitulado *O Boi precede o homem* e diz que:

¹⁶²PETIT, Pere. O Pará na época das grandes transformações sócio-econômicas na Amazônia: da criação da Sudam ao “Ciclo do Minério”. In: **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 65.

¹⁶³ HÉBETTE, Jean. “A velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária da colônia até hoje” ____ **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004, vol. 2, p. 38.

...a SUDAM vem estimulando a ocupação do território amazônico pela agropecuária, atividade que menos recursos financeiros e humanos exige por área recuperada. Desde as condições características – vastidão territorial e rarefação demográfica, a Amazônia terá, durante anos ainda, redutos industriais apenas nos seus grandes centros urbanos. Os espaços vazios terão de ser ocupados com rebanhos selecionados e culturas diversas, que representarão a contribuição de áreas ao abrandamento de um problema de âmbito mundial: a fome ¹⁶⁴.

A fome não acabou, pelo contrário, para o jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* as políticas para o suposto desenvolvimento da Amazônia agravaram negativamente ainda mais a situação dos lavradores e dos povos indígenas, já que contribuiu para os litígios agrários na região. Assim sendo, as ideias de Caio Prado Jr. sobre o que é desenvolvimento é pertinente para este trabalho, posto que:

O nosso real desenvolvimento, para ter sentido em profundidade, consistirá em outra coisa, a saber, na superação das atuais situações socioeconômicas, herdadas do passado, e sobretudo e em particular, as estruturas agrárias que mantêm uma parte considerável da população [...] em miseráveis condições de vida, materiais, culturais, sociais – humanas em suma, podemos dizer ¹⁶⁵.

Na região do sudeste do Pará, o conservadorismo sobre a concentração das estruturas agrárias era visível, mantendo, assim sendo, uma parte considerável da população na miséria social. Segundo o jornal *O Grito da PA 150*, “o boi era mais importante” que as pessoas, dado que, na visão do lavrador: “a gente planta. Ele [o latifundiário] põe o boi em cima querendo expulsar a gente da terra que nós amansamos no braço”¹⁶⁶.

Setores da Igreja Católica ao longo do tempo manifestaram preocupação com a questão da terra na região, uma vez muitos camponeses foram expulsos das suas terras para dar lugar para pastagem para que o gado pudesse circular, entretanto, muitos resistiram a todo custo. Padres, freiras e o bispo defenderam os mais necessitados durante e após os casos de violências que os lavradores sofriam e questionaram a concentração da terra porque era percebida como uma violação aos direitos humanos, questão que será abordada em seguida.

¹⁶⁴ BRASIL, Op. Cit., 1968, p. 56.

¹⁶⁵ PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 289.

¹⁶⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O boi era mais importante**. Ano I, nº09, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 09. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁶⁶O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Preparação para o golpe**. Op. Cit., 1982, p. 08.

1.3 A Igreja Católica e a questão da terra

Como visto até o momento, setores da Igreja Católica desempenharam um importante papel no golpe civil-militar em 1964. Para Scott Mainwaring, setores da Igreja utilizaram de estratégias porque estavam “preocupados com a ameaça do comunismo ou com a desintegração e desordem social, aliaram-se a forças antiesquerdistas”¹⁶⁷ para que o comunismo não tivesse espaço no país. O golpe de Estado consumado, acabaram comemorando a vitória em nome da família, da pátria e de Deus. Entretanto, a instituição é bastante complexa e isso deve ser levado em consideração na leitura do tempo naquele momento em particular, uma vez que, conforme o jornal alternativo, uma parte da Igreja concedeu apoio ao golpe de 1964, ficando outra parte ao lado dos oprimidos, através JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JAC (Juventude Agrária Católica). No entanto, na visão do jornal “infelizmente o apoio decisivo para derrubar o presidente da república foi da igreja”¹⁶⁸.

Além da Igreja outros grupos participaram na derrubada da democracia, como empresários, a maior parte dos jornais da grande imprensa e na política externa os EUA. Desse modo, não entendemos apenas a Igreja Católica como única instituição que ajudou na derrubada do Estado democrático de Direito. O apoio também não se sustentou durante os 21 anos de ditadura militar, visto que após 1970 a CNBB se posicionou oficialmente contra os militares, contudo “essa postura não se deu de maneira unânime e sem disputas internas” entre os setores que compunham a hierarquia da Igreja católica¹⁶⁹, pois uma ala dessa complexa instituição colocou-se diretamente na resistência democrática; outros participaram até da resistência revolucionária em guerrilhas urbanas, como foi o caso dos Dominicanos em São Paulo ao conceder apoio e proteção à organização de Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ANL), assassinado pelos militares em 1969¹⁷⁰.

¹⁶⁷ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa de Oliveira Prieto. – São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 103.

¹⁶⁸ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Preparação para o golpe**. Op. Cit., 1982, p. 02.

¹⁶⁹ GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 21.

¹⁷⁰ BETTO, Frei. **Batismo de sangue: guerrilha e morte de Marighella**. Rocco Digital; 1ª edição (1 agosto 2006), p. 252-402.

Na concepção de Rodrigo Peixoto, o “endurecimento político do regime e a agressão violenta a religiosos atingiu em cheio o espírito e corpo da Igreja e direcionou o clero, inclusive alguns bispos [...] a se posicionarem contra o Governo”¹⁷¹. Daí, por exemplo, a elaboração do documento “Brasil: Nunca mais”, que denunciou a violação dos direitos humanos praticada no país. Mas não houve um rompimento total entre Igreja Católica e as forças armadas, como observou o historiador norte-americano Kenneth Serbin ao analisar os encontros nos bastidores entre alguns Bispos e Militares na *Comissão Bipartite* ao longo da década de 1970¹⁷².

Outros religiosos e religiosas não pegaram em armas em ações revolucionárias, mas estavam com a cruz, o terço e a bíblia ao lado dos mais necessitados na Amazônia Oriental. O Bispo dominicano da Diocese de Marabá, dom Alano Maria Pena, foi um importante líder na luta pela reforma agrária em favor dos trabalhadores do campo e protegendo – por sua posição de Bispo – padres, freiras e seminaristas nas páginas do jornal alternativo *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Esses religiosos estavam na luta diária junto aos posseiros na defesa da reforma agrária e por conta disso eram acusados por grandes proprietários de terras como comunistas e subversivos. A posição do Bispo era fundamental para continuar o trabalho pastoral e denunciar a violência praticada na região. Desse modo, entre as falas direcionadas aos trabalhadores do campo nota-se sua postura contra fazendeiros e agentes do Estado que enxergavam a posição de membros da Igreja de Marabá como comunista por defender a justiça social. Nas concepções de dom Alano Maria Pena:

Quero dizer a vocês também que muito me alegrou e animou o testemunho do Evangelho que estão dando no meio de vocês os nossos irmãos, Pe. Humberto, Pe. Paulo, irmã Dórote, ir. Zilma, ir. Rosa e o Eduardo, todos consagrando o melhor de suas energias para servir vocês todos, buscando com vocês os caminhos do Senhor, os caminhos da justiça e da verdade. Eles têm todo o meu apoio para prosseguir seu trabalho, ai de quem levantar sobre eles a calúnia de serem comunistas, agitadores, subversivos. Deus haverá de punir severamente os que assim pensarem [*sic*]¹⁷³.

O Bispo por conta das suas manifestações tanto nas missas como escrevendo para o *Grito da PA 150* teve seus passos vigiados e seu nome constava nos relatórios do SNI,

¹⁷¹ PEIXOTO, Rodrigo. **Memória Social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 6, n. 3, set. – dez., 2011, p. 151.

¹⁷² SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**, tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

¹⁷³ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Fala do Bispo**, Op. Cit., 1980, p. 05.

sendo classificado pelos militares vinculado a “Igreja progressista”. O documento confidencial produziu uma linha do tempo dos caminhos trilhados pelo Bispo desde 7 de março de 1955 a 16 de outubro de 1984, em assuntos como a sua ordenação religiosa, participação em cursos e passeatas; a transferência para a Igreja de Conceição do Araguaia e posteriormente à Diocese de Marabá. O relatório frisou o apoio que o Bispo prestou à Caravana do Araguaia em 25 de outubro de 1980, organizada pelos familiares dos guerrilheiros “mortos e desaparecidos” durante a guerrilha do Araguaia (1972-1975). No decorrer da missa em memória dos militantes o pontífice fez comentários sobre o desaparecimento dos jovens, proferido palavras de “críticas ao governo, tachando-o de corrupto, torturador e antidemocrata”¹⁷⁴.

Em outra ocasião foi mais uma vez vigiado por agentes do serviço secreto quando realizou uma palestra em Porto Xavier, situado no Rio Grande do Sul, em 1982. Segundo o relatório o Bispo havia compartilhado partes das suas experiências vividas na cidade de Marabá, denunciando “a miséria e a fome que o povo está passando”¹⁷⁵. Ainda, conforme o documento:

Sendo conhecedor da intervenção federal naquela área, para lá se dirigiu, levando alimentação e a palavra do senhor, construiu um galpão para rezar missas, mas o Governo Federal através da Polícia Federal não deixou o povo seguir suas vocações, passando a ameaçar o povo e usando até a força física contra aqueles que se reunissem com os sacerdotes. Afirmou também que o Governo Federal não dá apoio algum. Ao contrário, tira os moradores de suas casas e os abandona nas margens das rodovias, sem ter o que comer e onde se abrigar. [Criticou] a distribuição da renda, afirmando que “a maioria não tem, enquanto poucos têm muito”. [Denunciou que] a Polícia Federal proíbe o povo cristão de assistir às suas missas, sob alegação de que ele prega assuntos comunistas¹⁷⁶.

A intervenção da Polícia Federal (PF) citada por dom Alano Maria Pena durante o encontro no Rio Grande do Sul foi denunciada primeiro nas páginas jornal alternativo *O Grito da PA 150*. A repressão se deu em 1º de agosto de 1981 quando quatro agentes da PF e mais um pistoleiro chamado Carlos Galvão foram até a residência do animador de comunidade chamado Zuino, não encontrando-o acabaram ameaçando a sua companheira.

¹⁷⁴ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, AGÊNCIA DE BELÉM, Inf. nº 2352, de 21/08/1985. Assunto: **Antecedentes de D. Alano Maria Pena**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 07.

¹⁷⁵ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – Agência de Belém. Inf. Nº 2588, de 25/10/1982. Assunto: **Palestra proferida pelo bispo dom Alano Maria Pena, em porto Xavier/rs**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 01-05.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 01-05.

O motivo da intimidação foi pelo fato de que Zuino estava formando uma comunidade do Km 56 e o ato repressivo, segundo o jornal alternativo, não era apenas para o casal, mas representava também a perseguição a própria Igreja Católica, posto que “a comunidade é a própria Igreja”¹⁷⁷.

Dom Alano Maria Pena recebeu o relatório da comunidade perseguida produzida pelo Padre Paulo Joanil no dia 11 de agosto do mesmo ano, expressou profundas críticas ao Estado dizendo que “a Polícia Federal não é mais forte do que Jesus [...] Ela não poderia acabar com a comunidade. A comunidade tem a força de Deus”¹⁷⁸. Em carta aos posseiros o Bispo procurou confortar o coração e as mentes dos lavradores para que não deixassem de reunir em comunidade e lutasse pela reforma agrária, acrescentando ainda que: “podem dizer para a Polícia que é uma ordem do seu Bispo, do seu pastor. Que eles venham aqui para se entender comido”, haja vista que “uma polícia que faz isso, que toma o partido dos poderosos e dos maus, não pode merecer respeito e não está cumprido seu dever”¹⁷⁹.

Ao tomar partido em favor dos posseiros e manifestar sensibilidade com a situação vivida na região denunciando nas páginas do jornal alternativo e em outros veículos de comunicação da grande imprensa o ambiente de guerra no campo, nos revela certa posição privilegiada do Bispo construída culturalmente pela Igreja Católica ao longo do tempo. Segundo Abdias Vilar de Carvalho, os pronunciamentos orais ou escritos que os Bispos realizavam em documentos à sociedade civil carregavam um poder de forma intrínseca, visto que “seu discurso é síntese de orientação e de poder”. O Bispo não representa qualquer corpo dentro da hierarquia da Igreja, mas é o próprio “pastor que dirige o rebanho, portanto, guia e autoridade”¹⁸⁰.

Segundo Helena Salem, por conta da posição de dom Alano Maria Pena diante do latifúndio e as denúncias da violência na PA 150, o religioso foi convocado a comparecer em agosto de 1980 ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Segundo a autora, “era a primeira vez que o DOPS notificava um bispo, e o acontecimento mobilizou todas as

¹⁷⁷ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Polícia federal ameaça Igreja**. Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 03, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁷⁸ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Caríssimos irmãos das comunidades do 48 e do 56 da PA-150**. Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 03, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 03-04..

¹⁸⁰ CARVALHO, Abdias Vilar de. **A Igreja Católica e a questão agrária**: alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-’964. In: Igreja e questão agrária. (Org.) Vanilda Paiva. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

forças de oposição da área”¹⁸¹. Mesmo assim, a Igreja de Marabá não se intimidava, quando uma comunidade era perseguida lá estava a Igreja reunida em manifestação de solidariedade, como ocorreu na celebração de uma missa em Morada Nova (km 12) realizada por dom Alano Maria Pena. O objetivo do encontro era mostrar apoio aos posseiros da comunidade de Pau Seco e do km 12 “que há dias vinha sendo perseguida pelas artimanhas terroristas comandada por Nelito e companhia”¹⁸². Segundo *O Grito da PA 150* o Bispo encorajou os camponeses “a prosseguir na luta pela liberdade” e “pedia forças para resistir às opressões que hora sofre” a população¹⁸³.

Ricardo Rezende foi outro líder religioso importante que nos ajudou a pensar e compreender o papel da Igreja em favor dos mais pobres na região, chegando em dezembro 1976 na Amazônia Oriental inspirado pela Teologia da Libertação. Algum tempo depois se mudou para Conceição do Araguaia em 10 de maio de 1977, compreendendo ao longo do tempo que a “Reforma Agrária parecia[va] ser um caminho urgente e necessário para enfrentar a fome, a violência e os assassinatos”¹⁸⁴ e que a solidariedade, a união e a presença nas comunidades perseguidas era fundamental para não deixar a luta social esvaziar. Nas palavras do defensor dos direitos humanos podemos perceber que:

Com regularidade provocávamos reuniões de camponeses de áreas de conflito fundiário, quando se fazia análises de conjuntura, se discutia a necessidade da realização da Reforma Agrária, era criado uma oportunidade para [...] realizar trocas de experiências: a) de resistências aos pistoleiros, aos policiais e aos fazendeiros; b) de roças comunitárias no decorrer dos conflitos. Se discutia o direito possessório, o habeas corpus, os mecanismos legais disponíveis para a sobrevivência às ameaças. E fortalecia uma leitura bíblica na perspectiva de um Deus que escuta o grito do seu povo e não aceita a injustiça¹⁸⁵.

As questões que envolvem a celebração de uma missa não podem ser entendidas apenas para discussão essencialmente da fé, já que existia a articulação junto com a *política* a fim de orientar os lavradores para lutar pela reforma agrária e fortalecer a

¹⁸¹ SALEM, Helena. Dos palácios à miséria da periferia. In: **A Igreja dos Oprimidos**. São Paulo. – São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981, p. 137.

¹⁸² O personagem “Nelito” será abordado mais detalhado no tópico “Justiça e Liberdade”, no capítulo II.

¹⁸³ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Missa de solidariedade no km 12 PA 70**. Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 06, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁸⁴ Ricardo Rezende Figueira: depoimento [abril de 2023] Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Rio de Janeiro-Belém, 2023

¹⁸⁵ *Ibidem*, 2023.

organização coletiva. Mas na visão do SNI a relação entre texto bíblico e o questionamento da realidade vivida pelos camponeses era motivo de preocupação, visto que “a atuação do clero ‘progressista’ se faz sentir principalmente nos problemas relativos à posse de terras, onde se destaca o trabalho do representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Agente Pastoral Ricardo Rezende, sempre ajudado por Paulo Fonteles”¹⁸⁶.

Os debates envolvendo *fé e política* esteve presente nas páginas do jornal *O Grito da PA 150*, como nas discussões que se deu na comunidade de Arraias com a participação de cerca de 50 pessoas que, em dois dias, se discutiu por meio de um curso bíblico a história de vida dos profetas Isaías e Jeremias. Estes eram compreendidos como “aquele que fala em nome de Deus, que grita contra as injustiças que o povo sofre”¹⁸⁷. Nesse sentido, por conta da posição tomada pelos profetas eram “sempre perseguido, preso e morto” [*sic*]. Assim, Concluiu o jornal dizendo que: “E hoje são Dom Oscar Romero, Gringo, Zé Piau” são os novos profetas¹⁸⁸. Segundo Emmanuel Wambergue sobre a leitura do texto sagrado para os cristãos:

A leitura da Bíblia é fato marcante das comunidades de base; os estudos bíblicos permitem [...] colocar os textos no seu contexto histórico, o que evita interpretações puramente aleatórias, subjetivos ou até mesmo apenas moralistas. A leitura dos eventos bíblicos de forma não individual, mas coletiva faz reviver a história e a caminhada do povo de Deus onde as camadas populares de hoje se reconhecem¹⁸⁹.

A analogia da história de vida dos profetas com o percurso social de Gringo e Zé Piau luta e a luta destes por justiça social buscou situar os textos bíblicos e contextualizar com o momento vivido pelos trabalhadores do campo, com a intenção de “reviver a história e a caminhada do povo de Deus”. Para Fábio Pessôa, “uma missa realizada em uma comunidade significava não apenas um espaço para oração”, uma vez que “Era um momento também em que as pessoas podiam se reunir para debater questões relacionadas à terra, à organização e à luta por direitos”¹⁹⁰.

¹⁸⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Agência de Belém, Inf. nº 2119, de 07/05/1979. Assunto: **Invasões de terras no sul do Pará**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 04

¹⁸⁷ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Curso Bíblico sobre os profetas - Arraias**. Ano II, nº 19, Diocese de Marabá/PA, Novembro de 1981, p. 07, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 07.

¹⁸⁹ WAMBERGUE, Emmanuel. **A Saga dos Possesiros no Araguaia-Tocantins**. Marabá, s/d, p. 15. (mimeo).

¹⁹⁰ PESSÔA, Fábio. *Op. Cit.*, 2013, p. 142.

Assim sendo, a posição da Igreja nas páginas do *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* passou incomodar diversos segmentos da sociedade civil, sejam fazendeiros, jagunços, agentes do Estado, militares e políticos. No Estado do Pará o coronel e senador Jarbas Passarinho (1974-1995)¹⁹¹ concedeu uma entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, sendo republicada na no jornal *O Liberal*. Na entrevista comentou acerca da postura de “uma facção da Igreja”, que por meio dos seus discursos manifestam “uma opção pelo socialismo”. O coronel disse ainda que durante algumas celebrações de missas realizadas no interior do Estado presenciou manifestações político-partidárias, pois, certa vez, sequer conseguiu rezar na Igreja, pois “o altar, estavam com faixas cruzadas e você não via mais nem a figura de cristo. E algumas faixas diziam: “oprimidos de todo o campo, uni-vos”¹⁹².

O jornal alternativo criticou a entrevista concedida por Jarbas Passarinho e do militar dizer que “parte da Igreja Católica fez uma clara opção pelo socialismo e com isso está estimulando a luta de classe” na região. Não era bem assim, pois as críticas que a Igreja fazia eram contra as grandes empresas capitalistas que ocasionaram a expulsão dos lavradores do campo e o problema maior era a ausência da reforma agrária¹⁹³. A relação entre membros da Igreja Católica e a questão da reforma agrária datam antes de 1980 narradas nas páginas do jornal alternativo. Na década de 1950, na cidade de Minas Gerais, o Bispo Diocesano de Campanha Dom Inocêncio Engelke elaborou um texto intitulado “*Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*”. A reunião foi fruto da Primeira Semana Ruralista envolvendo 60 párocos, 270 professores rurais e 250 fazendeiros. O encontro refletiu a respeito da migração de trabalhadores rurais para as grandes cidades, pois muitos deles poderiam torna-se comunistas e “longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à revolução”¹⁹⁴.

Os fazendeiros apresentavam a preocupação com a perda da mão de obra que o êxodo rural poderia ocasionar, uma vez que “mesmo precária, a situação do trabalhador

¹⁹¹ Eleito no Estado do Pará em 1974 pela ARENA e para o cargo de governador ganhou nas eleições Aloísio Chaves, pelo mesmo partido. Op. Cit., PESSÓA, 2022. p. 254. Parte da trajetória política de Jarbas Passarinho pode ser verificada em [Senador Jarbas Passarinho - Senado Federal](#). Acesso em 10/08/2022.

¹⁹² O LIBERAL. **Jarbas sustenta a polêmica e vai comprovar denúncia**. 23/09/1981. Acervo da Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca

¹⁹³ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Em defesa do latifúndio**. Ano II, nº 17, Setembro de 1980, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

¹⁹⁴ STEDILE, João Pedro. **Primeira proposta de reforma agrária da igreja católica no Brasil – 1950. A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003**. 2. ed.— São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 32.

rural ainda é incomparavelmente melhor do que a do operário das cidades”¹⁹⁵. Embora o documento abordasse diversas vezes sobre os trabalhadores do campo do município de Campanha, dizia também que era um problema comum em todo o Brasil a questão agrária. A reforma agrária, por sua vez, “ou se fará nos termos da mensagem social da Igreja, ou será fatal para a nossa terra e o nosso futuro de povo cristão”¹⁹⁶. Para reforçar seus argumentos e preocupação, dom Inocêncio Engelke rememorava o pensamento de Pio XI quando o pontífice disse que: “já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”¹⁹⁷.

Conforme José de Souza Martins, havia receio da Igreja a perda do seu rebanho para os comunistas e para a rotina dos centros urbanos. O documento apresentava preocupação com a questão social, no entanto, deixava de lado a crítica com profundidade com a questão agrária vigente. Na sua interpretação o texto era conservador e de direita, não preocupado com a transformação social de fato, pois “estava preocupada com a questão social do campo, mais do que com a questão agrária, em posição oposta à do Partido Comunista e por oposição a ele”¹⁹⁸. Para Marcio Moreira Alves, por outro lado, o documento mesmo parecendo retrógrado, “era um progresso da Igreja, simplesmente porque representava um primeiro passo no sentido das preocupações sociais”¹⁹⁹.

Diante desse cenário de transformações no século XX em setores da Igreja Católica, parte da CNBB vinculou-se a Teologia da Libertação ou Cristianismo de Libertação²⁰⁰. Muitos outros documentos pastorais começam a circular a partir de 1970. Em 1971 foi produzido pelo dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Felix do Araguaia, situado em Mato Grosso do Sul (MT), o texto intitulado *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*. Para o historiador Fábio Pessoa a reflexão traçada pelo Bispo foi em relação às denúncias da vida sofrida dos lavradores, o trabalho escravo contemporâneo e a política seletiva do suposto desenvolvimento da região

¹⁹⁵ Ibidem, p. 31.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 35.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 31.

¹⁹⁸ MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**; Ver. Sociologia. USP, S. Paulo, out. 1999 (editado em fev. 2000), p. 103.

¹⁹⁹ ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1975.

²⁰⁰ Foi uma série de textos que começaram a ser publicados a partir de 1970, problematizando o papel da Igreja Católica diante dos problemas sociais. Alguns desses textos ajudavam a refletir sobre a América Latina, tais como do dominicano peruano Gustavo Gutiérrez (Peru), Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto (Brasil) e outros. Os textos acabaram influenciando padres, ordens religiosas, bispos e grupos pastorais da Igreja, a exemplo da JUC, JOC, JAC e as CEBs, bem como grupos de mulheres, associações de moradores, oposição sindical de camponeses e o operariado urbano, como se pode ver em LÔWY, 2016, p. 74-76

Amazônica que impactou drasticamente a vida de muitas pessoas por conta da exploração física e mental. O texto evidenciou a pobreza extrema e a labuta do:

...peão, depois de suportar este tipo de tratamento, perde sua personalidade. Vive, sem sentir que está em condições infra-humana. Peão já ganhou conotação depreciativa por parte do povo das vilas, como sendo pessoa sem direito e sem responsabilidade. Os fazendeiros mesmo consideram o peão como raça inferior, com o único dever de servir a eles, os “desbravadores”. Nada fazem pela promoção humana dessa gente. O peão não tem direito à terra, à cultura, à assistência, à família, a nada. É incrível a resignação, a apatia e paciência destes homens, que só se explica pelo fatalismo sedimentado através de gerações de brasileiros sem pátria, dessas massas deserdadas de semiescravos que se sucederam desde as Capitâneas Hereditárias²⁰¹.

No Centro-Oeste brasileiro os Bispos – D. Pedro Casaldáliga, D. Estevão Cardoso de Avelar e D. Tomás Balduino – criaram em 1973 o documento intitulado *A marginalização de um povo – Grito das Igrejas*. O texto contestou a política de incentivos fiscais que “beneficia a aquisição de terras na região por grandes empresas do Centro-Sul”²⁰². Para Helena Salem, parte da explicação da proximidade da Igreja Católica com as camadas populares seu deu por conta do Concílio Vaticano II realizado em 1962 e da II Assembleia Geral da Conferência Episcopal Latino-americana realizada em 1968, na cidade de Medellín, na Colômbia, pois possibilitou trazer “para dentro da Igreja o leigo”, como a sua organização nas CEB’s. Assim, “Igreja deixa os palácios, sua moradia tradicional, e mergulha na periferia das cidades, nas favelas, nos mocambos, no meio rural”²⁰³.

Em 6 de maio de 1973, durante o governo de Garrastazu Médici, foi produzida outra carta pastoral assinada por 13 Bispos do Nordeste intitulada *Ouvi os clamores do meu Povo*. Segundo Salem, o documento foi inspirado no texto bíblico de Êxodo, na luta de Moisés e seu povo contra o domínio egípcio, em momento de bastante repressão política e censura no país. O texto manifestou que:

Diante dos sofrimentos da nossa gente, humilhada e oprimida há tantos séculos em nosso país, vemo-nos convocados pela Palavra de Deus a tomar posição. Posição ao lado do povo. Posição juntamente com todos aqueles que, com o povo, se empenharam pela sua verdadeira libertação²⁰⁴.

²⁰¹ PESSÔA, Fábio Tadeu. “Ao cristão é proibido ter medo” [livro eletrônico]: a trajetória da comissão pastoral da terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a Ditadura Militar (1975/1985). – Ananindeua: Cabana, 2022, p. 152.

²⁰² Ibidem, p. 153.

²⁰³ SALEM, Helena. Op. Cit., 1981, p. 53.

²⁰⁴ Ibidem, p. 53.

O documento acrescenta ainda que:

Irmãos, a palavra de Jesus, no sermão escatológico, é de uma força incomparável para nós, nesta hora obscura, mas também carregada de promessas: ‘Reanimai-vos e levantai as vossas cabeças, porque se aproxima a vossa libertação’²⁰⁵.

O jornal *O Grito da PA 150* tinha entre as propostas para o seu nome a expressão *Êxodo*. Desse modo, existiam ligações entre a passagem bíblica e a história de vida das pessoas narradas nas páginas do jornal alternativo. Outra questão que nos chamou atenção em relação ao documento *Ouvi os clamores do meu povo* foi o “sermão escatológico”, pois salientava que os sujeitos erguessem a cabeça mesmo diante do sofrimento. A passagem nos lembrou a mensagem de dom Alano Maria Pena em 25. 01. 1981 em memória de José Manoel, “mais uma vez o sangue de um justo é derramado criminosamente em nossa terra [...] deixando na dor e no desamparo uma viúva e seus filhinhos”²⁰⁶. A carta endereçada aos lavradores clamava por justiça, contudo, também reiterava que a população levantasse a cabeça e gritasse, mesmo com o coração estivesse ferido nas seguintes palavras:

Erguemos hoje nossa prece para Deus, nosso Pai, como um Grito que sai do fundo do nosso coração tão duramente ferido por mais este golpe. Suplicamos a Ele, Deus todo poderoso, que se desperte o seu Braço Santo, como diz o profeta Isaías, e que venha fazer Justiça a seu povo. [...] Erguemos hoje, deste chão que só pode pertencer a quem nele trabalhar honestamente, para fazer prosperar a sua Família, um grito de dor para o resto deste nosso Brasil: JUSTIÇA, JUSTIÇA PARA O POVO DE DEUS! ESTÃO MATANDO O POVO, ESTÃO MATANDO LAVRADORES INOCENTES!²⁰⁷.

Dois anos mais tarde do texto *Ouvi os clamores do meu povo*, em 1975, foi criada de modo oficial a CPT, entidade que luta até o tempo presente em favor dos mais pobres²⁰⁸. Outro documento importante para o trabalho foi *Igreja e os Problemas da Terra*, resultado da 18ª Assembleia da CNBB realizada em fevereiro de 1980, em Itaici (SP). O texto condenou a exploração econômica da terra fruto dos incentivos fiscais direcionada à Amazônia Oriental a partir da problematização da *Terra de Exploração e Terra de Trabalho*. Dizia ainda que se comprometia condenar, em comum acordo com o documento

²⁰⁵ Ibidem, p. 56.

²⁰⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Mensagem do bispo dom Alano**. Ano I, nº 09, Diocese de Marabá/PA, Dezembro de 1981, p. 03, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²⁰⁷ Ibidem, p. 09.

²⁰⁸ Para saber os motivos que levaram o surgimento da CPT, ver COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). **CPT: 40 anos de fé, esperança e rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

de Puebla, o capitalismo e seus efeitos devastadores diante da natureza e dos trabalhadores do campo, bem como o marxismo²⁰⁹.

A referência ao texto de Puebla se deu pela II Conferência dos Bispos Latino-Americanos realizada no México, em 1979. Na ocasião foi consagrada a “opção preferencial pelos pobres”²¹⁰, ideia central da Teologia da Libertação, sendo que esses “pobres são os agentes de sua própria libertação e o sujeito de sua própria história” e não simplesmente “objeto da atenção caridosa”, como entendia a doutrina tradicional da Igreja²¹¹.

Para o documento de Itaici de 1980 *A Terra de Exploração* era entendida com um fim lucrativo porque “o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre e novos lucros” por meio da “exploração daqueles que perderam suas terras e seus instrumentos de trabalho”, ou mesmo da “especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade”²¹². Enquanto que a *Terra de Trabalho*, de origem familiar, era concebida como o espaço destinado para quem nela trabalha e praticava o uso comunitário, diferentemente da concepção capitalista que passaram a negociar “um bem dado por Deus”²¹³.

Desse modo, segundo o documento *Igreja e os Problemas da Terra*, “a terra é uma dádiva de Deus”, um bem natural que não podia ser vendido. Era isso que posseiros entendiam “quando se concedem o direito de abrir suas posses em terras livres, desocupadas e não trabalhadas”, já que compreenderam que a “terra é um patrimônio comum e que, enquanto trabalharem nela, não poderão ser expulsos”²¹⁴. Assim, a missão da Igreja era de “apoiar os esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária, em várias oportunidades já definida, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo”, assim como “uma política agrária, trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população”²¹⁵.

²⁰⁹ STEDILE, João Pedro. Igreja e o problema da terra. In: **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 301.

²¹⁰ LÖWY, Michael. A Teologia da Libertação e o Cristianismo da Libertação. In: **O que é Teologia da Libertação: religião e política na América Latina**. 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016, p. 76.

²¹¹ Ibidem, p. 76.

²¹² STEDILE *apud* Igreja e os problemas da terra. Op. Cit.,2012, p. 297.

²¹³ Ibidem, p. 297.

²¹⁴ Ibidem, p. 299.

²¹⁵ Ibidem, p. 301.

A terra de trabalho era o modelo que o jornal *O Grito da PA 150* defendia nas suas páginas, pois a visão que se tinha era que a terra era um Dom de Deus e por isso não poderia ser comercializada, pois:

A terra é de todos, [...] a terra é de quem trabalha. A terra foi confiada aos homens para ser cultivada e produzir frutos necessários ao seu sustento. A terra é um dom de Deus. A terra é um bem coletivo, quer dizer, de todos. Essa é uma maneira de pensar, de viver a grande maioria dos lavradores da nossa região²¹⁶.

Em um artigo presente no jornal foi problematizado como era enxergada as concepções sobre a terra envolvendo a visão do lavrador e do capitalista latifundiário, visto que ambos apresentavam visões distintas sobre uma mesma questão: a terra. Para os camponeses a terra era “parte do mato que vai roçar e plantar, é o quintal, é o lugar para criar porcos, patos e galinhas”. Contudo, esses homens e mulheres não faziam isso de forma solitária uma vez que havia organização em comunidade a fim de “produzir aquilo que o homem precisa para viver”. Desse modo, a terra para os lavradores não era um bem mercadológico, pois o seu cultivo era entendido para “subsistência e de sua família, atendendo as necessidades dos vizinhos, parentes e amigos”²¹⁷. É importante frisar ainda que o lavrador

[...] não procura[va] se elevar acima de seus companheiros. Ele pensa: “Ninguém tem direito de se apossar daquilo que pertence a todos. O fruto do nosso trabalho é NOSSO. A terra que não trabalham é nossa. Não é de um dono só. Mas é de todos aqueles que trabalham nele”²¹⁸.

Enquanto que para o fazendeiro que monopolizava a terra “principalmente para negociar, para revendê-la por um preço muito alto”²¹⁹, transformando-a em um grande negócio capitalista a “onde outros peões trabalham para ele [o latifundiário] ficar mais rico”²²⁰. Desse modo, a terra de negócio proporcionava também ao

Latifundiário lutar (aluga pistoleiros, dá dinheiro aos advogados, à polícia, ao juiz, procura ser amigo de prefeitos e políticos) para sempre

²¹⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **A terra é um dom de Deus**. Ano I, nº 06, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1980, p. 05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²¹⁷ GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Como pensam os exploradores?; como pesam os explorados?**. O, Ano I, nº 10, Diocese de Marabá/PA, Fevereiro de 1981, p. 11, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²¹⁸ Ibidem, p. 11.

²¹⁹ GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Terra, objeto de negócio**. O, Ano I, nº 10, Diocese de Marabá/PA, Fevereiro de 1981, p. 02, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²²⁰ Ibidem, p. 11.

conquistar mais terra. Ele quer viver uma vida fácil. Vai morar na capital, é candidato para deputado e não se importa com quem trabalha e vive na miséria²²¹.

O texto da CNBB apresentava ideias bastantes positivas em relação a defesa dos direitos humanos: a luta pela moradia e o fim da fome; a luta contra a ditadura militar e a violência aos mais pobres, visão que era compartilhada pelo jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Segundo Scott Mainwaring, os bispos entendiam que “Deus deu a terra e seus recursos à humanidade como um recurso coletivo”, nesse sentido, a terra deveria ser utilizada para o “bem comum em vez de ser usada como um investimento especulativo”. Por isso que os “posseiros deveriam ter o direito à terra que, caso contrário, estaria ociosa”²²². O documento concluiu que para solucionar a problemática da terra era necessário ocorrer a transformação da “mentalidade e a estrutura em que funciona a nossa sociedade”²²³, isto é, do sistema capitalista, visto que:

Enquanto o sistema político-econômico estiver a favor dos lucros do pequeno número de capitalistas, e enquanto o modelo educacional servir de instrumento de manutenção desse sistema, inclusive desestimulando a vida rural e seus valores, então não terá solução verdadeira a situação de injustiça e de exploração de trabalho da maioria²²⁴.

Helena Salem destacou que os bispos como dom Scherer e dom Eugênio, “identificados com o poder dominante”, votaram em favor do texto²²⁵. Na visão de José de Souza Martins a explicação pode ser entendida pelo motivo que “uma parte desses bispos vem do campo, vem de famílias de pequenos agricultores”. Nesse sentido, isso pode ajudar compreender que bispos considerados conservadores “votaram um documento que não era conservador”²²⁶.

Nós historiadores devemos analisar com cuidado essas questões. Embora os bispos aprovassem o texto de 1980, não podemos interpretar que as suas histórias de vida estavam traçadas para isso. Isso foi problematizado por Pierre Bourdieu, ao discutir as construções de biografias, em razão que em parte delas ocorre o que o autor chamou de *ilusão biográfica*, que seria em compreender de maneira cronológica “o fato de que a vida

²²¹Ibidem, p. 11.

²²² MAINWARING, Scott. Op. Cit., 2004, p. 177.

²²³ STEDILE *apud* Igreja e os problemas da terra. Op. Cit., 2012, p. 303.

²²⁴ Ibidem, p. 303.

²²⁵ SALEM, Helena. Op. Cit., 1980, p. 62.

²²⁶ MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado. In: **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República**. Editora Hucitec, São Paulo, 1986, p. 72.

constitui um todo, um conjunto coerente e orientado”²²⁷. O pensador advertiu que quem entende dessa maneira visa construir uma biográfica com a finalidade de “atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica” nas etapas da vida²²⁸.

2. CAPÍTULO: Terra e Liberdade

Antes de mais nada
 Todo e qualquer democrata
 Lutará por liberdade
 Completa e imediata
 Contra o regime que prende
 Bate, persegue e mata (*O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE*, nº 22, Junho de 1982).

2.1 Justiça e Liberdade.

Em 2012 foi criada a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), fruto do *Encontro Unitário dos Trabalhadores e Povos do Campo, das Águas e das Florestas*. O evento contou com diversos trabalhadores do espaço agrário, organizações partidárias e movimentos sociais que reuniram-se na cidade de Brasília em memória ao 1º Congresso Camponês realizado em 1961, em Belo Horizonte. O relatório da CCV buscou investigar uma série de violações aos direitos humanos entre 1946 a 1988, sendo que o foco central do estudo foi a violência praticada durante os anos da ditadura militar (1964-1985). A partir de uma vasta pesquisa foi publicado o relatório final em 2014, o qual documentou os crimes cometidos pelo Estado e particulares (fazendeiros e pistoleiros) contra homens e mulheres camponeses violentados por lutarem pela terra e a realização da reforma agrária²²⁹.

Alguns desses casos o relatório utilizou como fonte de pesquisa *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* que, como já sabemos até aqui, foi um impresso importante na denuncia de assassinatos no Estado do Pará. O relatório da CCV citou alguns casos que ocorreram no Estado, como de Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”; José Manoel, o “Zé Piau”; Belchior Martins Costa (p. 86); Francisco Jacinto de Oliveira, o “Sinhozinho” e

²²⁷ BOURDIE, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 74.

²²⁸ Ibidem, p. 75.

²²⁹ COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final: violações de direitos no campo – 1946 a 1988**. Brasília, dezembro de 2014, p. 30.

Sebastião Souza Oliveira, o “Mearim”. Todas essas pessoas e o processo que culminou em seus assassinatos foram documentados nas páginas do jornal alternativo.

Raimundo Ferreira Lima tinha 42 anos, era casado com Maria Oneide Lima e pai de seis filhos. A sua morte esteve relacionada com a sua atuação na luta pela terra, pois o lavrador era uma liderança sindical importante, em razão que além de “animador da Comunidade de Itaipavas, do distrito de São Geraldo do Araguaia, era agente de pastoral”²³⁰. Em 1980, o líder sindicalista pela chapa de oposição voltava de um encontro ocorrido em São Paulo com outros representantes sindicalistas operários antes da realização da eleição do sindicato em Conceição do Araguaia, mas acabou sendo assassinado em 29 de julho daquele ano em Araguaína (atualmente Tocantins) por José Antônio, filho de fazendeiro morto em conflito com posseiros na região de São Geraldo²³¹.

Nas páginas do jornal alternativo *O Grito da PA 150* foi abordada a cronologia da luta sindical em Conceição do Araguaia. Na época existiam duas chapas concorrendo às eleições: a Chapa 1 era “encabeçada pelo pelego Bertoldo Siqueira de Lira e dirigida pelo GETAT e a polícia Federal”. A chapa 2, por outro lado, pertencia a Oposição Sindical, sendo “encabeçada e dirigida por trabalhadores com apoio de entidades democráticas”²³². Nesse momento político o GETAT era vinculado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, órgão ligado diretamente ao Presidente da República, a qual concedeu apoio à Chapa 1, vinculada aos grandes proprietários de terras.

Os militares acompanharam atentamente o andamento da eleição sindical, documentando desta maneira os bastidores do processo eleitoral, conforme consta no relatório do SNI:

Visando as eleições para o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, verificou-se uma intensa campanha eleitoral das chapas concorrentes. De um lado, a Chapa 1, da situação, sendo apoiada pelo Conselho de Segurança Nacional, que através do GETAT, colocou na região, desde Set 80, uma equipe composta de médicos, dentistas e pessoal de apoio, objetivando levar assistência médica e odontológica aos trabalhadores rurais, através de "Operações ACISO", e colaborar na organização administrativa do sindicato. De outro lado, a Chapa 2, de oposição, sendo apoiada por membros do clero “progressista”, da CPT e por militantes comunistas, tendo à frente PAULO FONTELES, que objetivam conquistar o Sindicato, visando transformá-lo em instrumento para implantação da luta de classes na região. O principal

²³⁰ REIS, Airton. Op. Cit., 2015, p. 267.

²³¹ PESSÔA, Fábio. Op. Cit., 2022, p. 267.

²³² GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Conceição do Araguaia: Polícia Feral, GETAT e PM comandam as eleições sindicais.** O, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

órgão de divulgação e propaganda da chapa 2, tem sido a Rádio Araguaia Ltda, de propriedade da Diocese Local²³³.

Segundo o jornal *O Grito da PA 150*, manifestações antidemocráticas foram presenciadas por parte dos sujeitos que compunham a Chapa 2 durante o decorrer da eleição, chegando alguns nomes dos trabalhadores do campo não constarem na lista de votação e sequer “enviaram urna para São Geraldo, região do Baixo Araguaia”, onde a maior parte da população iria votar na Chapa 2. No dia da eleição outro caso curioso, visto que “a PM foi de fato a que mais apareceu, [...] estava dentro e fora das delegacias, dirigindo e dando ordens, expulsando fiscais da Chapa 2 de dentro das delegacias”. Após as eleições as irregularidades não cessaram, em virtude que:

As urnas deveriam ser acompanhadas pelos presidentes de mesa e fiscais competentes, mas quem se apoderou das urnas indevidamente e as levou para a Sede em Conceição, foi um batalhão da Polícia Militar armados até os dentes, numa afronta [...] aos direitos dos trabalhadores²³⁴.

Os atos antidemocráticos acabaram dando certo para os grupos que desejavam conter as reivindicações sociais dos trabalhadores do campo, porque as eleições não foram concretizadas por falta de 2/3 de eleitores aptos para votar. Novas eleições foram marcadas e a Chapa 1 contou com reforço da “Presidência da República, através de seu famoso representante, Dr. Curió”²³⁵. Sebastião Rodrigues de Moura, o “Curió”, foi agente do Exército brasileiro e um dos principais responsáveis pelo fim e a morte dos militantes vinculados ao PC do B durante a Guerrilha do Araguaia²³⁶.

Segundo Maria Oneide, a Guerrilha trouxe alguns problemas para seu companheiro, porque o “Gringo” era perseguindo por causa do movimento revolucionário e por conta de outro conflito ocorrido em 1976, que ficou conhecido por Guerra de Perdidos²³⁷. Nas palavras de Maria Oneide foi relatado que:

²³³ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 1428, de 14/05/1981. Assunto: **Movimento subversivo no sul do Pará**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 08.

²³⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Conceição do Araguaia: Polícia Feral, GETAT e PM comandam as eleições sindicais**. Op. Cit., 1981, p. 03.

²³⁵ GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Novas eleições**. O, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²³⁶ Para conhecer e estudar sobre a atuação de “Curió”, ver NOSSA, Leonencio. **Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. A obra foi amparada a partir de entrevistas orais, análise de documentos oficiais e de jornais da grande imprensa.

²³⁷ Em 27 de outubro de 1976, alguns técnicos do INCRA, com apoio de 18 policiais foram realizar um trabalho de demarcação de uma área que era ocupada por posseiros no Sul do Pará. Na ocasião ocorreu um conflito armado, o que resultou na morte de dois policiais. O caso ficou conhecido por Guerra de Perdidos,

Nós soubemos que a polícia ia prender o Gringo por causa da Guerrilha sem ele ter nenhuma ligação, entendeu? A nossa casa foi invadida, foi virada, foi levado livros que ele tinha e lia. Então o Gringo teve que fugir para Conceição. De lá para São Felix do Mato Grosso [...]. Foi a época que Dom Pedro Casaldáliga tava chegando em São Félix – foi Sagrado Bispo lá. Na igreja lá o Gringo trabalhava como fazendo móveis e alguma fazenda que chamava para fazer alguma coisa com relação a prática veterinária dele. Nós ficamos lá em São Félix no Mato Grosso²³⁸.

Segundo o jornal *O Grito da PA 150*, o Major “Curió”, com interesse em aglutinar pessoas para votarem na Chapa 1 prometia aos camponeses que “iriam receber terras”, e quem não votasse em seu candidato indicado perderia o lote de terra onde morava com a sua família²³⁹. Para o jornal alternativo, tal prática era comum durante as épocas de eleições e classificava o ato como *voto de cabresto*, que era “conseguido através daquelas ajudas na época das eleições. E até hoje eles tem conseguido segurar o povo, usando o voto de cabresto”²⁴⁰

Essa informação é muito importante a ser considerada e que foi problematizada por Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto*, ao problematizar em seu estudo como o poder de mandonismo local – muito presente na Primeira República (1889-1930) – era manifestado no espaço agrário brasileiro em benefício de fazendeiros e lideranças políticas, um jogo político envolvendo relações de poderes entre a esfera pública e a privada²⁴¹ e que está, conforme Sergio Buarque de Holanda, nas raízes do espaço agrário brasileiro²⁴². Desse modo, notamos que na década de 1980 tal prática, guardada as peculiaridades, ainda era muito presente no sudeste paraense e que homens utilizavam para manter e conquistar poderes locais. O Major “Curió” foi um exemplo, porque posteriormente ganhou uma cidade batizada em seu nome, Curionópolis.

Assim, por conta da disputa pela liderança do sindicato, a morte de “Gringo” já era anunciada, posto que seu nome constasse em uma “lista de seis pessoas marcadas para morrer, conforme jagunços da região”, que incluíam também o “padre Aristides e a agente

para conhecer o litígio e saber mais, ver: PESSÔA, Fábio Tadeu. Entre “grileiros” e “gatunos”: a Guerra de Perdidos e a privatização das terras no sul do Pará. *História Unisinos*, vol. 26, nº 2, 2022.

²³⁸ Maria Oneide Lima. *Depoimento* [agosto de 2017]. Entrevistadores: Fábio Pessôa e Emmanuel Wambergue. São Geraldo, 2017.

²³⁹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. *Novas eleições*. Op. Cit., 1981, p. 03.

²⁴⁰ GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. *É hora do trabalhador entrar e participar no sindicato e na política*. O, Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²⁴¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 7. ed., 2012.

²⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Herança rural*. In: *Raízes do Brasil*. 27ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 85-109.

de Pastoral Inês”. Segundo o assessor da CPT na época, José de Souza Martins, “a lista foi divulgada por jagunços da Impar – Indústria Madeireira do Pará”²⁴³.

Após o assassinato de Gringo houve ato público com a participação de diversas pessoas e entidades (CNBB, CPT, CONTAG, UNE, SPDH, Associações de Bairros e Oposições Sindicais). Alguns desses homens e mulheres tiveram dificuldades para chegar ao local do encontro para protestar em memória do seu líder sindical, pois alguns chegaram caminhar por três dias. Outros utilizavam como meio de transporte o barco, como foi o caso do seu Dima que transportou 62 pessoas em “numa viagem de dois dias pelo rio e que acabou chegando após o ato”. Havia diversas faixas com frases estendidas durante o ato público, o qual foi captado pelas lentes de uma câmera, como a que dizia: “o sangue de Gringo clama por reforma agrária imediata e total”²⁴⁴.

A década de 1980 a quantidade de mortes no campesinato aumentou drasticamente, mesmo com o processo de abertura política, que será abordado no terceiro capítulo. A maior quantidade dessas violações dos direitos humanos ocorreu no Estado do Pará, como podemos observar pelo quadro a seguir:

Tabela 3: Assassinatos em decorrência dos conflitos agrários: 1971-2013

Período	Brasil	Pará	Sul/Sudeste do Pará
1971-1974	92	29	--
1975-1979	237	45	--
1980-1984	499	100	--
1985-1989	641	361	244
1990-1994	231	70	54
1995-1998	219	90	84
1999-2002	120	45	33
2003-2006	189	88	59
2007-2010	115	45	29
2011-2013	99	24	12
Total	2.442	897	515

Fonte: IDESP, **Pará Agrário**, nº 6-7; CPT, **Conflitos no Campo**, 1985-2013; CPT, **Balanço da violência no campo**, 1985; CPT, **Assassinatos no campo Brasil (1985-2010): Violência e Impunidade**, 2010. Apud. PESSOA, Fábio T.M; PEREIRA, A. R. ; PENARROCHA, P. P. “Camponeses, fazendeiros e a teologia da libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990.” **Tempos Históricos**, v. 18, 2014, p. 351.

²⁴³ O ESTADO DE S. PAULO. Agente de Pastoral morre assassinado no interior do PA. 01/06/1980, p. 41. **Dossiê sobre morte no campo – Estado do Pará**. Acervo digital Paulo Fonteles.

²⁴⁴ TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. **Seu sangue será semente**. 14/06/1980 a 28/06/1980, p. 04. **Sobre morte no campo – Estado do Pará**. Acervo digital Paulo Fonteles.

Nota-se que desde as grandes transformações iniciada a partir 1960 com a política dos incentivos fiscais e a instalação de diversos projetos para o “desenvolvimento” da região amazônica, a taxa quantitativa de mortes só cresceu exponencialmente²⁴⁵. Ao analisarmos o quadro elaborado pela CPT devemos compreender que não se trata apenas de números, dado que foram pessoas assassinadas de maneiras variadas, muitas vezes com requinte de crueldade para servir de exemplos para outros camponeses e lideranças engajadas na luta pela reforma agrária na região. Assim sendo, podemos perceber que entre 1971 a 1974 foram 29 assassinatos; entre 1975 a 1979 ocorreram 45; e nos anos de 1980 a 1984 foram 100 casos de homens, mulheres e crianças mortas. Já na “Nova República” observa-se que a violência no sul e sudeste paraense não cessa ou diminui, ao contrário, elevou-se consideradamente, chegando a 361 assassinatos.

A violência narrada e problematizada neste trabalho foi a partir da análise do sociólogo Sérgio Sauer, ao compreender que a luta pela reforma agrária foi (e ainda é) uma causa social e política difícil a enfrentar, em virtude do uso da força de uma forma “arbitrária e ilegítima contra outra pessoa, ou grupo social [...]. Essa arbitrariedade se materializa na intencionalidade de eliminar oposições, destruindo qualquer possibilidade de convívio com o diferente, de relações com o outro”²⁴⁶.

O jornal alternativo *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, para além de mobilizar os lavradores, informou também um mapa da violência na região e os mecanismos de eliminação que os fazendeiros, jagunços e o próprio Estado realizavam. Outro caso envolvendo o uso da força de forma arbitrária foi contra o lavrador Francisco Jacinto de Oliveira (imagem 3, p. 73), também conhecido por “Sinhozinho”, na cidade de Conceição do Araguaia, em 2 de junho de 1981.

²⁴⁵ Em setembro de 2003, Airton Pereira entrevistou o Padre Ricardo Resende, ex-coordenador da CPT de Araguaia-Tocantins. Na ocasião perguntou sobre o motivo da entidade em registrar somente as “baixas do lado dos trabalhadores rurais e de seus apoiadores”, podendo, desse modo, serem enquadrados como “vítimas” desse processo histórico. Segundo o religioso, em primeiro lugar, os posseiros são vítimas porque não possuem de forma efetiva instrumentos técnicos – como armas, dinheiro, o juiz e a mídia em seu favor. Assim, “os trabalhadores estão lutando pela vida e os pistoleiros estão lutando para os matar”. O segundo motivo se justifica é que a CPT não tinha informações completas sobre as baixas do lado dos fazendeiros, porque a polícia e o fazendeiro não mostravam interesses na divulgação da quantidade de mortes do outro lado, pois “estariam revelando que eles, os proprietários, possuem milícias para defender suas terras e isso não era nada bom para eles”. PEREIRA, Airton. Op. Cit., 2015, p. 228-229.

²⁴⁶ SAUER, Sérgio. Conflitos agrários no Brasil: a construção de identidade social contra a violência. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Editora Unicamp, 2008, p. 243.

Imagem 3: Francisco Jacinto de Oliveira

JORNAL DO BRASIL. **Advogado no Pará acusa fazendeiro.** Caderno 01. Quarta-feira de 10/08/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

O camponês morava com a sua família alguns anos no lote de terra em Boa Vontade, porém as terras eram objeto de disputa envolvendo o camponês e o grupo familiar de fazendeiros Paulo Maciel Bischuette e João Maciel Bischuette que as desejavam. A alegação dos latifundiários eram que eles tinham em suas mãos um título de propriedade concedido pelo governo do Estado do Pará que as terras eram suas. Desse modo, o posseiro e seus familiares passaram a ser intimidados para sair do lote de terra, o que acabou ocorrendo a partir de um acordo (imagem 4, p. 74) realizado na sede do GETAT com a presença do fazendeiro Paulo Maciel Bischuette e Francisco Jacinto de Oliveira²⁴⁷.

O acordo era o seguinte, o GETAT concederia dois lotes de terras na gleba Araguaxim e o latifundiário Paulo Maciel Bischuette comprometia-se em indenizar em uma quantia de 150 mil cruzeiros “Sinhozinho” e mais 2000 mil cruzeiros “como ajuda para o transporte da mudança”²⁴⁸. No dia do pagamento o lavrador foi até a fazenda São Francisco para receber os valores para realizar a mudança dos seus pertences, entretanto, acabou sendo assassinado com tiros disparado pelo fazendeiro e o pistoleiro Edilson Ribeiro, sobrevivendo do confronto seu irmão Dionísio Jacinto de Oliveira que o acompanhava e foi testemunha do assassinato²⁴⁹.

O advogado Paulo Fonteles na época havia concedido uma entrevista na sede da CPT no dia 08/06/1981 e relatou que a família Bischuette desejava a todo custo “ficar com

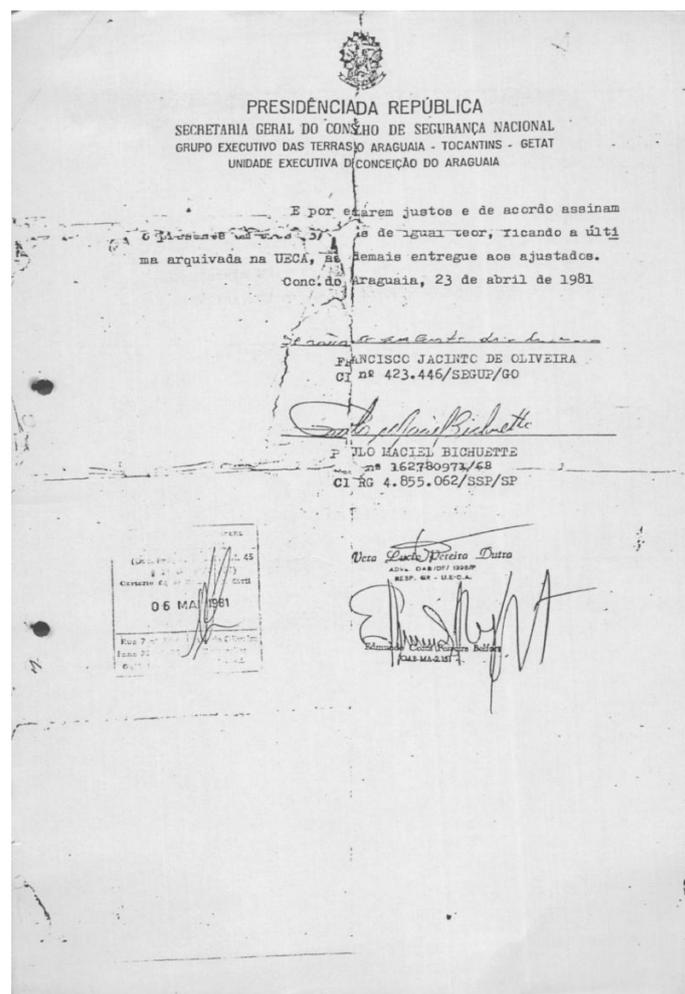
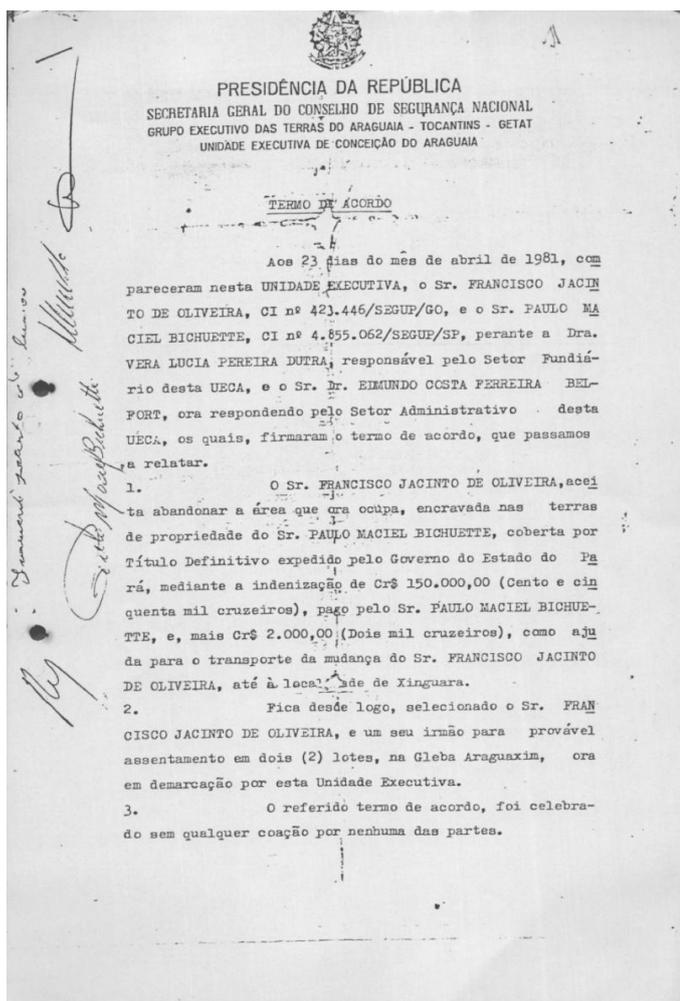
²⁴⁷ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Paulo Fonteles Denuncia Assassinato do Posseiro Sinhozinho em Conceição do Araguaia.** Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, junho de 1981, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²⁴⁸ SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA TOCANTINS – GETAT, UNIDADE EXECUTIVA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Termo de Acordo.** Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará, p. 01.

²⁴⁹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Paulo Fonteles Denuncia Assassinato do Posseiro Sinhozinho em Conceição do Araguaia.** Op. Cit., 1981, p. 04.

as terras” onde estava situado Sinhozinho e seus familiares. Denunciou ainda que antes da eleição do STR Paulo Maciel Bischuette demonstrava “todo interesse em resolver amigavelmente a questão com o posseiro”. Não obstante, com a vitória de Bertoldo Siqueira nas eleições para STR a situação mudou e o “posseiro chegou a ser espancado violentamente, dias antes de ser morto”²⁵⁰. O auto de corpo de delito assinado pelos peritos Altanir Flôres de Melo e Rosa Maria Carvalho de Melo constataram que a morte de Francisco Jacinto de Oliveira foi por conta de “Anemia Aguda” provocada por arma de fogo²⁵¹.

Imagem 4: Termo do Acordo.



SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA TOCANTINS – GETAT, UNIDADE EXECUTIVA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Termo de Acordo.** Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará, p. 01.

²⁵⁰ Ibidem, p. 04.

²⁵¹ DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA: C. DO ARAGUAIA-PA. **Auto de corpo de delito.** 02/06/1981, p. 02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

Fábio Pessôa em sua dissertação de mestrado estudou a região de Conceição do Araguaia. Segundo o autor, Bertoldo Siqueira era ex-sargento da Aeronáutica e após intervenção federal na região ficou à frente do Sindicato por dez anos, com apoio do Exército, do INCRA e principalmente do GETAT. Nesse período de tempo muitos “camponeses foram expulsos de suas terras, outros resistiram, e o Sindicato pouco ou nada fez para apoiá-los”²⁵². A relação da mediação do GETAT para remanejar Francisco Jacinto de Oliveira e seus familiares apresenta uma explicação. Segundo Alfredo Wagner, o GETAT realizava nesse período as chamadas “composições” e “permutas”, que consistiam no seguinte: o órgão “promovia a troca de áreas de posse e efetivamente ocupadas por camponeses, mas pretendidas por latifundiários e/ou grandes projetos”²⁵³.

Sinhozinho e seus familiares eram nordestinos que migraram para a Amazônia Oriental a fim de superar a miséria social e com sonhos de uma vida mais digna. Porém, nas novas terras continuaram sofrendo com todo tipo de violência e por duas vezes foram expulsos por ordem judicial, contudo resistiram a todo custo, uma vez que “sempre retornava a localidade onde fora despejada”²⁵⁴.

A expulsão de sujeitos pobres na Amazônia Oriental e, no sudeste do Pará de modo particular, por parte da justiça era muitas vezes o primeiro contato que esses homens e mulheres do campo tinham com os órgãos do Estado. Nesse sentido, as reflexões de José de Souza Martins no que diz respeito ao despejo no espaço agrário paraense são fundamentais para entender como era uma situação triste, dramática e sofrível que essas pessoas vivenciavam, visto que:

O momento da chegada do oficial de justiça e da polícia para despejar a família do posseiro e demolir sua precária casa e a cerca, onde houver, é o primeiro contato com as instituições do país e, na imensa maioria dos casos, é o primeiro contato com a instituição da justiça e com a lei²⁵⁵.

A morte do lavrador foi denunciada pelos seus familiares e diversas pessoas foram ouvidas durante a abertura do Inquérito Policial, questão que foi abordada em detalhes em

²⁵² PESSÔA, Fábio. **O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia-1975/1985**, 2013, p. 141.

²⁵³ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989)*. LÉNA, Philip et al. (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992, p. 11.

²⁵⁴ SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – DELEGACIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Relatório**. 02/07/1981, p. 03. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

²⁵⁵ MARTINS, José de Souza. *Op. Cit.*, 2000, p. 676.

outro trabalho intitulado *Violência no campesinato paraense: o caso de Francisco Jacinto de Oliveira* (1981), que realizamos ao analisarmos a documentação referente a reintegração de posse; os acordos de compra e venda do lote de terra nas proximidades da fazenda São Francisco; bem como as fontes judiciárias referente do homicídio do camponês, tais como os documentos da Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional referente ao GETAT – unidade executiva de Conceição do Araguaia – e da Secretária de Estado de Segurança Pública da Polícia Judiciária do Pará²⁵⁶.

José Manoel de Sousa – chamado também pelos lavradores de “Zé Piau” –, era baiano de 33 anos, sendo companheiro de Aulerina Luz Saldanha e pai de cinco filhos quando foi assassinado em 2 de janeiro de 1981. O responsável pelo crime foi o grileiro Osanir Silva, um velho conhecido no sudeste paraense que desejava uma extensão de terras que moravam mais de 100 famílias por mais de quatro anos.

No dia do assassinato dois pistoleiros foram até a residência de Zé Piau comprar porcos, mas o posseiro disse que não tinha os animais para vender. Desse modo, a estratégia para tirar o lavrador de dentro da sua residência foi comprar galinhas e “foi aí que os pistoleiros retiraram seus revólveres das botas e dispararam 7 tiros em Zé Piau que morreu instantaneamente e os pistoleiros fugiram”²⁵⁷.

Zé Piau não era uma pessoa escolhida para ser assassinada de modo aleatório. Ele era membro da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI) e após sua morte houve um ato público na região, culminando com a realização de uma missa na comunidade com o propósito de externar “o grito do povo trabalhador oprimido, que branda nessas matas” lutando por justiça²⁵⁸. Dom Alano Maria Pena em comoção com a morte do lavrador escreveu uma carta em 25 de janeiro de 1981 aos trabalhadores do campo sobre a morte de Zé Piau, onde se dizia que “mais uma vez o sangue de um justo é derramado criminosamente em nossa terra”. Na carta convocava os posseiros para lutarem e não ficarem calados diante da repressão, muito embora “a

²⁵⁶ Ver COSTA, Jhemerson. *Violência no campesinato paraense: o caso de Francisco Jacinto de Oliveira* (1981). PETIT, Pere Petit & PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo (orgs.). **Mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas na Amazônia no tempo presente**. Ananindeua-PA: Cabana, 2023, pp. 74-88.

²⁵⁷ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Grileiro manda matar lavrador (Pa-150)** Ano I, nº 10, Diocese de Marabá/PA, Dezembro de 1980, p. 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²⁵⁸ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Protesto na Mata**. Ano I, nº 08, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

violência impune de um assassinato está campeando orgulhosamente a força de seus pistoleiros em cima de um povo desprotegido e ameaçado”²⁵⁹.

Como notamos até o momento, o ambiente em que essas pessoas viviam era de guerra constante e nem nas suas residências (que deveria ser um espaço de paz e proteção) os lavradores estavam seguros. Desta maneira, outro lavrador estava marcado para morrer: Sebastião Souza Oliveira, o “Mearim”. O camponês era uma liderança sindical da Vila do Alegre, município de Viseu, e a sua morte não foi por acaso porque “ele fazia parte de uma lista negra de 8 posseiros que lutam dias e anos contra a invasão das terras por parte da CIDAPAR”. No dia da arquitetura do crime contra a vida do lavrador – comandado por Juvenal Gomes de Castro –, “invadiram a sua casa e o assassinaram dormindo”. Sebastião Souza Oliveira era pai de três filhos e a sua companheira estava grávida quando ocorreu o seu assassinado²⁶⁰.

Segundo o relatório da CCV, o assassinato do posseiro envolvia um dos maiores conflitos fundiários do Estado do Pará nas regiões de Viseu, Capitão Poço e Ourém, porquanto que envolvia a Companhia Industrial de Desenvolvimento do Pará (Cidapar) que pertencia ao grupo de empresas de mineração, agropecuária e pecuarista: Propará, Grupiá e a Real Agropecuária, empresas do gaúcho Joaquim Oliveira²⁶¹.

O presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu chamado por Benedito Alves Bandeira, o “Benezinho”, foi mais outra liderança sindical vitimada pelo latifúndio, sendo assassinado em 4 de julho de 1984. O que chama atenção no caso da morte de “Benezinho” foi que não ficou impune, já que “levantou milhares de trabalhadores que arrancaram das mãos da polícia os 3 pistoleiros e os lincharam na mesma hora e em seguida botaram fogo na delegacia”²⁶². A reação dos populares marcou a

...história do povo que a luta pela liberdade continua firme sem nunca recuar. Marca em todos nós ódio e a revolta desse sistema selvagem que só da valor e apoio aos tubarões, ao latifúndio, ao capitalismo²⁶³.

²⁵⁹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Mensagem do Bispo Dom Alano** Ano I, nº 09, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²⁶⁰ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Outro Assassinato** Ano I, nº 09, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 07. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²⁶¹ CCV. **Assassinato de Sebastião Souza Oliveira, o “Mearim”**. In: **Relatório final: violações de direitos no campo – 1946 a 1988**. Brasília, dezembro de 2014, p. 187-189.

²⁶² O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Presidente Sindical Assassinado** Ano IV, nº 31, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1984, p. 05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²⁶³ *Ibidem*, p. 05.

A reação da população por conta da morte de “Benezinho” pode ser acompanhada no documentário intitulado *Quem mandou matar Benezinho?* A produção foi realizada pela equipe do Centro de Comunicação e Educação Popular (CEEPEPO) e que está disponível na plataforma *You Tube* com imagens registrando a reação dos populares de época²⁶⁴.

Segundo o relatório da CCV sobre o assassinato do líder sindical foi registrado que:

De acordo com as informações que circulavam pela cidade, o motivo do assassinato seria o envolvimento da vítima em favor de 60 famílias de posseiros que se encontravam em conflito com o fazendeiro conhecido como Acrino, que teria pago 2 milhões de cruzeiros a cada pistoleiro e mais um carro para a fuga após o crime. Acrino, originário do Estado do Espírito Santo, se dizia dono da Fazenda Colatina e era conhecido na região como latifundiário que cometia diversas arbitrariedades, tais como: violência e usurpação de terras ocupadas pelos posseiros²⁶⁵.

Elias Sacramento na sua tese de doutorado investigou a história de vida e as mortes de três sujeitos na luta pela terra na Amazônia: “Gringo”, Paulo Fonteles e de “Benezinho”. Sobre a morte deste último, o historiador argumentou que a população fez vigília na delegacia quando chegaram os dois primeiros pistoleiros e quando o delegado trouxe o terceiro acusado no assassinato os populares tomaram do policial e o mataram ali mesmo. No dia seguinte mais pessoas chegaram e organizaram-se aos redores da delegacia e fizeram justiça com as próprias mãos matando os outros dois pistoleiros. Benedito Alves Bandeira tinha 34 anos quando foi morto, era pai de sete filhos e nasceu em Timboteua, depois foi para Paragominas e mais uma vez deslocou-se para Tomé-Açu, onde foi assassinado²⁶⁶.

Em outro caso até a Associação dos Moradores de Goianésia não escapou da intimidação e da repressão política. Segundo o jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, um homem chamado Arlindo Rodrigues da Silva havia procurado a prefeitura da cidade solicitando o terreno onde funcionava uma escola, no mesmo local estava sendo construída também a futura sede da Associação. Com argumento de que “a prefeitura

²⁶⁴ https://www.youtube.com/watch?v=9qI4nMo6v_c&t=260s Acesso em 24/07/2023.

²⁶⁵ CCV. Assassinato de Benedito Alves Bandeira, “Benezinho”. In: **Relatório final**: violações de direitos no campo – 1946 a 1988. Brasília, dezembro de 2014, p. 232.

²⁶⁶ SACRAMENTO, Elias Diz. “**É muito triste não conhecer pai**”: A herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles. Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2020. (Tese de Doutorado), p. 135-182.

precisaria do terreno” começou dividir os lotes com a finalidade de vender. Os camponeses com o intuito de conter a “invasão de Arlindo em propriedade alheia [...] estão pronto a tudo, pois o terreno da Associação ninguém toma”²⁶⁷.

Chama atenção ao ler a documentação que a violência envolvida apresentava uma rede de apoio concedida ao grileiro, posto que para expulsar os lavradores foi montada uma “operação que durou mais ou menos duas horas”, contando com a participação do exército de Marabá e...

Em seguida armaram bombas explosivas no meio da rua e explodiram em grande quantidade. O barulho foi grande como também a poeira. Os soldados todos de fuzis empunhados corriam de um lado pra outro como doidos. Isso mostra que foi uma grande ameaça ao povo²⁶⁸.

O padre Paulo Joanil da Silva foi alvo também da violência, conforme observamos em sua carta-testamento ao sair da região datada de 28 de dezembro de 1985 publicada no jornal alternativo em março de 1986. Na carta de sua despendida relembra a luta dos posseiros na região e em uma das passagens agradecia os camponeses dizendo: “louvo e agradeço à Deus: quando vocês me esconderam para não ser preso pela polícia e pistoleiros”. Acrescentou ainda, dizendo aos posseiros que “com vocês e por vocês, viverei e morrerei gritando: a terra é de Deus, Ele é o único e legítimo proprietário da terra e a deu à todos os seus filhos para viver”²⁶⁹.

O historiador Paul Thompson nos ajudou refletir melhor a relação do entrevistador com o entrevistado durante o momento de coleta dos relatos orais. Segundo o autor, a entrevista oral fica mais forte e fluida quando o seu principal objetivo não é a busca de informações para comprovar evidências, uma vez que a preocupação que o entrevistador deve almejar no processo de escuta é o registro de “como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. [...] Como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe”. Contudo, a fluidez não quer dizer que não haja uma organização

²⁶⁷ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Relatório**. Ano II, nº19, Diocese de Marabá/PA, Novembro de 1981, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²⁶⁸ Ibidem, p. 04.

²⁶⁹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Testamento da caminhada do Pe Paulo na Diocese de Marabá**. Ano VI, nº34, Diocese de Marabá/PA, Março de 1986, p. 2-4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

antes da entrevista, posto que é necessário apresentar um contexto social e “pelo menos uma pergunta inicial precisa ser feita”²⁷⁰.

A partir dessas considerações, a entrevista com o padre Paulo Joanil da Silva na sede da CPT em Belém foi baseada em um contexto em que o religioso esteve na região e escreveu uma carta endereçada aos trabalhadores do campo e que está na íntegra nas páginas do jornal alternativo. Alguns trechos dos seus relatos merecem ser conhecido e lido pelos leitores, como se pode ver a seguir:

Foram várias ameaças não a mim, mas a toda equipe. À irmã Dorothy, junto o padre Huberto, ao Eduardo e aos camponeses [...] E aí os posseiros tinham toda uma maneira não revelada a gente, uma estratégia de nos proteger sem sair da região. Isso foi fundamental pra gente e pra eles. [...], são detalhes que hoje podemos dizer: eles nos escondiam. Nos esconderam numa casa praticamente 10 dias... Comendo galinha todo dia caipira, bebendo café com biscoito²⁷¹.

A entrevista foi realizada em 2017 e em 2018, durante a escrita da monografia, encontrei uma fonte do SNI sobre a tentativa de homicídio do padre. O relatório documentou o ocorrido em 18 de maio de 1982, sendo que a arquitetura da violência contra o religioso era de dezembro de 1981 e o “indivíduo teria sido contratado para matar o pe. Paulo Joanil, por uma quantia de Cr \$ 300.000,00 (Trezentos Mil Cruzeiros), dia 10 de dezembro/81, referido elemento tomou rumo ignorado”²⁷².

A não concretização da morte do religioso contribuiu para que ele pudesse ainda realizar a missa, continuar a luta em defesa dos mais pobres e prosseguisse em comer galinha caipira, bem como comer café com biscoito.

José de Souza Martins ao entender a luta dos posseiros enquanto classe social salientava que esses homens e mulheres lutavam para entrar na terra e permanecer nela em condições dignas. Porém, “ao ser expulsos, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu”²⁷³. Foi o caso das pessoas que migraram à Amazônia e que foi documentada em *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Desse modo, a terra e a liberdade que essas pessoas almejavam nada mais era que serem donos do seu próprio

²⁷⁰ THOMPSON, Paul. A entrevista. In: **A voz do passado: História Oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 254.

²⁷¹ Paulo Joanil da Silva. Depoimento [janeiro de 2017]. Entrevistador: Welington Jhemerson Costa da Conceição. Belém, janeiro de 2017.

²⁷² SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 2112, de 14/05/1980. Assunto: **Padre Paulo Joanil Ministério da Justiça**. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02.

²⁷³ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1981, p. 16.

tempo e não sejeita-se mais a humilhações e pobreza. Questionar essas questões elementares da vida humana contribuiu para que o jornal alternativo fosse perseguindo, como veremos a seguir.

2.2 Repressão ao jornal *O grito da PA 150: Terra e Liberdade*.

Após o golpe civil-militar muitos jornais acabaram sofrendo com a censura²⁷⁴. Com a finalidade de denunciar o cerceamento de ideias, setores da esquerda brasileira buscaram estratégias para driblar o controle da informação. Entre as formas encontradas de resistência foram criados os jornais de cunho pedagógico-militante, que além de informar por meio do humor crítico e analisar o momento político que o país enfrentava entre 1964 a 1985, tinham também um caráter essencial: formar a opinião do seu público alvo. Nesse sentido, conforme Bernardo Kucinski, “entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar”²⁷⁵.

O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* foi um desses veículos de comunicação intitulado por imprensa alternativa. Outros periódicos de alguma forma inspiraram a criação do jornal alternativo que circulou no sudeste paraense e a forma pedagógica de como era escolhido o conteúdo, escrito e transmitido as informações, a exemplo do Boletim da Comissão Pastoral da Terra lançado em dezembro de 1975 (imagem 5, p. 83).

O Boletim da CPT trouxe na sua capa de primeira edição a pintura de Candido Portinari intitulada *Os Retirantes*, trabalho que foi publicado em 1944. Na obra, Portinari buscou representar por meio da pintura um grupo familiar de emigrantes nordestinos que no intuito de sair da seca, fome e da ausência de perspectiva social, deslocavam-se para outras regiões do país. A publicação desse Boletim pela entidade da CPT e o uso da pintura de Portinari não se deu sem sentidos e o leitor deve atenta-se a isso, uma vez que o

²⁷⁴ Muitos dos jornais que apoiaram o golpe civil-militar de 1964 (*O Globo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa, Folha do Norte, A Província do Pará e O Liberal*, por exemplo) sofreram posteriormente com a censura. Ver: GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. 1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo. **Cadernos de História**, v. 18, n. 29, p. 564-590, 2017; CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo e FERREIRA, Paulo Roberto, Op. Cit., 2015.

²⁷⁵ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. Editora Página Aberta Ltda. 2 eds., revista e ampliada, 2001, p. 05.

momento em que o país vivia a migração de nordestinas para outros lugares – como para a Amazônia – em busca de terra, trabalho e vida digna era a realidade de muitas pessoas.

De modo particular, o impresso tinha um destinatário ao informar aos seus leitores que “o Boletim da Comissão Pastoral da Terra, que nasce neste Natal, quer ser um companheiro dos que trabalham e lutam, pelas libertação dos homens sem terra e de todos os trabalhadores rurais” [sic]²⁷⁶. O texto de apresentação do documento concluiu que a sua missão seria a luta pela defesa da vida e, de modo singular, a luta pela reforma agrária como um projeto global, como podemos ler a seguir:

Por isso partimos para colaborarmos no processo global de Reforma Agrária como uma das condições de fidelidade à nossa missão evangelizadora. Nossa preocupação é de que consigamos ser realmente um serviço e não donos do processo. Por causa disto é que estamos dispostos a colaborar com todas as entidades que trabalham com o mesmo objetivo, e delas esperamos a crítica e a colaboração²⁷⁷

Em vista disso, a produção de *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* tinha onde espelhar-se. O jornal alternativo era fabricado em mimeografo e editado pela Diocese de Marabá, uma imprensa com circulação na Amazônia Oriental e em outros lugares do Brasil produzida de forma artesanal, onde as suas páginas eram levemente umedecidas e furadas para que a tinta pudesse penetrar no papel. Assim como muitos jornais alternativos espalhados pelo país, o jornal *O Grito da PA 150* esteve sob vigilância constante do SNI, como consta no relatório de junho de 1982. Na documentação os militares realizaram uma radiografia do conteúdo do jornal, a exemplo da sua distribuição, periodicidade e a crítica social da realidade vigente. Segundo o documento do SNI sobre a imprensa alternativa foi enfatizado que:

A publicação em apreço continua sendo impressa e distribuída mensalmente, mantendo a mesma linha que norteia desde o início de sua circulação: propaganda adversa contra o governo e o regime²⁷⁸.

A historiadora Beatriz Kushnir ao estudar a censura presente nas redações dos jornais, seja os alternativos e da imprensa comercial, observou que houve em alguns casos a colaboração “de jornalistas que foram censores federais, e que também foram policiais enquanto jornalistas nas redações [...] riscando o que não poderia ser dito ou impresso”. Na

²⁷⁶ BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Apresentação**. (ligado à linha 3 da CNBB). Ano I, nº 1, dezembro de 1975, p. 01. Centro de Documentações São Tomás Balduino.

²⁷⁷ Ibidem, p. 04.

²⁷⁸ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Agência de Belém, Inf. nº 2119, de 08/06/1982. Assunto: **O Grito da PA 150 – terra e liberdade**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 01.

visão da autora, essas pessoas foram classificados por *cães de guarda* por conta da prestação de serviços com o cerceamento da liberdade de expressão²⁷⁹. Kushnir apresentou reflexões que são pertinentes para compreender a importância em analisar os documentos oficiais do Estado produzidos durante a ditadura militar no trabalho investigativo do historiador (a), uma vez que a consulta desses acervos e a sua transformação em arquivo público possibilitou, “antes de tudo, vemos como eles (os agentes secretos) viam”²⁸⁰.

Imagem 5: Boletim da Comissão Pastoral da Terra.



BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Capa.** (ligado à linha 3 da CNBB). Ano I, nº 1, dezembro de 1975, p. 01. Centro de Documentações São Tomás Balduino.

Assim, o jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* tinha certo olhar na perspectiva dos militares do serviço de informações, já que suas matérias eram entendidas como “propaganda adversa” por contestar o governo naquele contexto, isto é, a gestão do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, como revelou a citação anterior. O SNI relatou em outro momento o jornal alternativo com as seguintes palavras:

²⁷⁹ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Campinas, SP: 2001, p. 24.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 62.

No último número interceptado por esta [...] é abordada a questão do preço do arroz, sendo o Governo criticado por controlar o preço do produto. Diz o jornaleco: “A Rádio Nacional do governo vive dizendo todo o dia e mentindo demais que o governo agora garante o preço do nosso produto. Nunca garantiu e esse tipo de governo que tá aí, nunca vai garantir”²⁸¹.

Como podemos notar pela citação acima, o documento com o carimbo de confidencial do SNI dizia que o impresso era um “jornaleco” e ao consultarmos o dicionário e procurar tal expressão diz que: “Jornal de pouco valor informativo, jornal sem importância ou mal redigido”. Não concordamos com essa visão enviesada a respeito do jornal alternativo, na verdade, nem os próprios militares, uma vez que a edição de abril número 23 foi apreendida em maio de 1982 (imagem 6, p. 85) por contestar o *status quo* e a carestia do preço do arroz.

Nesse sentido, o jornal era também uma forma de informação para os próprios agentes secretos do Estado para acompanharem o dia a dia no sudeste paraense, assim como o desconforto dos trabalhadores do campo em face às dificuldades encontradas em relação a questão da terra, sendo que “o aperreio é grande e o companheiro tem que vender seu arroz barato” e o “tubarão vende caro, mas aquilo que o lavrador vende é barato e até demais”. Diante dessa situação de desvalorização com a agricultura familiar, o jornal alternativo enfatizou que a possível solução poderia ser encontrada com a criação de “cooperativa e não aceitando preço baixo nos nossos produtos”²⁸², haja vista que:

O lavrador merece mais atenção do governo. Hoje no Brasil, lavrador e operário é desvalorizado demais. O operário ganha pouco demais e o patrão fica mais rico. O lavrador luta para ter a terra, mas não tem assistência médica, falta estrada e preço justo nos seus produtos²⁸³.

O jornal *O Grito da PA 150* finalizou a matéria dizendo que “o suor do lavrador tem que ser valorizado, custo o que custar!”²⁸⁴. Desse modo, houve uma abordagem de questões estruturais que estavam sendo reivindicadas dentro da bandeira da reforma agrária, como a alimentação e a valorização do comércio local em favor de inúmeros

²⁸¹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **O Grito da PA 150 – terra e liberdade**, Op. Cit., 08/06/1982, p. 02.

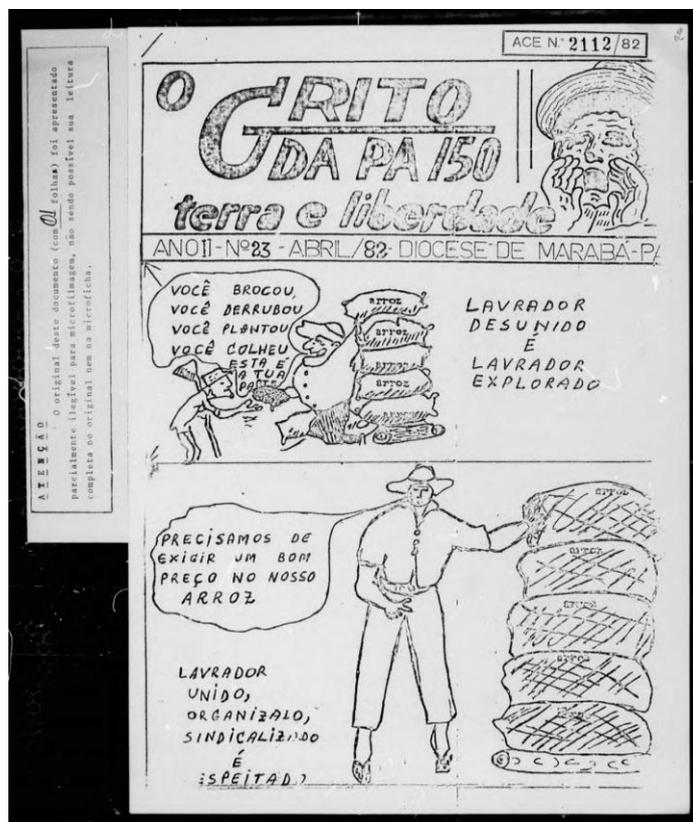
²⁸² O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Produto do lavrador precisa ser valorizado**. Ano II, nº 23, Diocese de Marabá/PA, Abril de 1982, p. 05, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

²⁸³ Ibidem, p. 10.

²⁸⁴ Ibidem, p. 05.

lavradores, e que os agentes que produziram o documento não registraram em sua profundidade, embora os militares tivessem em suas mãos toda a edição apreendida.

Imagem 6: O Grito da PA 150 – Terra e Liberdade.



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Agência de Belém, Inf. nº 2112, de 18/05/1982. Assunto: **O Grito da PA 150 – Terra e Liberdade**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 04.

Entendemos criticamente a visão simplista e preconceituosa dos militares diante do impresso a partir das reflexões de Samantha Quadrat. A historiadora ao problematizar os arquivos das ditaduras militares do Cone Sul compreendeu que ao estudá-lo é fundamental a crítica social da fonte analisada porque “são papeis repletos de juízos de valor e preconceitos”²⁸⁵, do mesmo modo que “devemos ter em mente que os documentos produzidos pela repressão visavam, essencialmente, a incriminar o oponente político e atacá-lo moralmente”²⁸⁶.

Dessa forma, o ataque sofrido pelo *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* foi por realizar uma leitura da realidade, porém isso foi percebido como um problema por parte

²⁸⁵ QUADRAT, Samantha Viz. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 202.

²⁸⁶ Ibidem, p. 201.

dos militares. A mesma edição do jornal fez uma denúncia que não foi em nenhum momento citada pelo documento do SNI a respeito do assassinato de quatro lavradores em situação cruel, como de Avelino Ribeiro da Silva, “pai de 5 filhos, delegado sindical, vitimado pelas balas do grileiro Otacílio Feitosa”; de Antônio Raimundo da Silva e Raimundo de Souza. Estes últimos foram mortos com crueldade, tendo seus “olhos furados, orelhas cortadas perfurados pelas balas dos altos funcionários da firma CONAN”. Outro lavrador foi Belchior, cujo corpo foi encontrado em Rio Maria com o “pescoço quebrado e perfurado por 140 balaços, à mando do grileiro Walter Valente que tem apoio da Polícia Militar de Rio Maria e Xinguara”²⁸⁷.

Houve ainda o acompanhamento do MPLA dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou e dos 13 posseiros, que “continuam presos porque estavam defendendo os oprimidos e pregando o Evangelho”²⁸⁸. O serviço de inteligência dos militares documentou trechos do jornal alternativo que os envolvidos “já receberam mais de 16.000 cartas de apoio e conforto”. Outro caso registrado, só que da zona urbana, foi o assassinato de Santo Dias realizado pelo soldado Herculano Leonel, “que atirou e matou o operário” e que a partir desse caso “os advogados vão processar o governo, porque foi ele quem mandou a polícia perseguir os operários”²⁸⁹. Desse modo, o jornal além de acompanhar de perto o cotidiano do campesinato paraense tinha também a preocupação de registrar em suas páginas episódios de outras regiões do país.

Para a historiadora Maria Aparecida de Aquino o processo de abertura política²⁹⁰ iniciado na gestão de Ernesto Geisel não trouxe “mudanças significativas no quadro da censura, sendo que, em alguns casos, até se pode perceber uma elevação na quantidade das proibições”, a exemplo de *O São Paulo* que conviveu com a censura entre 1971 e 1978, assim como o jornal *Movimento* que nasceu censurado em 1964 e nos anos de 1975 a 1978 era obrigado enviar o seu material para Brasília para ser analisado pelos censores para, somente assim, ser posteriormente publicado.

²⁸⁷ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. *O Grito da PA 150 – terra e liberdade*, Op. Cit., 08/06/1982, p. 08.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 08.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 02-03.

²⁹⁰ Que será trabalhado no capítulo III, no tópico “A Reação Patronal contra a reforma agrária: práticas antigas e novas estratégias”.

O *Pasquim* entre 1970 e 1975 foi duramente censurado, tendo parte da sua equipe jornalística presa²⁹¹. Dessa forma, o fim AI-5 não pode ser compreendido com a extinção da censura, das apreensões dos jornais alternativos, bem como da perseguição de homens e mulheres que vendiam esses jornais a “serviço da defesa de interesses de grupos como, por exemplo, partidos, sindicatos, associações, minorias raciais e sexuais, e mesmo entidades religiosas”²⁹².

Em agosto de 1981 o jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* estampou na edição de número 16 a prisão política de Hilton Jansen (imagem 7, p. 88) – conhecido entre os lavradores por “Fogoió”. O motivo da prisão do lavrador pelo sargento Padilha foi por que o seu nome foi divulgado em uma matéria na edição de número 15, sendo acusado “como participante de humilhações com posseiro junto ao GETAT”²⁹³.

O “Fogoió” era o “vendedor desse informativo da Equipe de Pastoral da PA 150, da Diocese de Marabá”²⁹⁴ e a sua prisão não ficou impune, visto que membros da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá foram até a delegacia, entretanto, “o sargento enfurecido não soltou Fogoió, e foi intransigente com a Comissão que lá se apresentou”²⁹⁵. Isso contribuiu para que os camponeses mobilizassem mais pessoas das cidades de Marabá, Nova Ipixuna e Goianésia, bem como das comunidades que cortavam a PA 150, fazendo com que a resistência aumentasse, dado que:

Por volta das 4 horas da tarde, mais ou menos umas 60 pessoas se dirigiram à delegacia da PM, com o intuito de soltar o Fogoió nem que fosse na marra. Lá chegando não encontraram ninguém. Então algumas pessoas começaram a quebrar algumas telhas, outras querendo arrancar as mata-juntas, a fim de entrar em contato com os presos, dar-lhes água e evidentemente depois soltá-los²⁹⁶.

Segundo o jornal alternativo, durante o processo de libertação do lavrador acabou chegando ao departamento de polícia o delegado, o qual soltou o lavrador. Ao ler atentamente esse episódio, chamou a nossa atenção o relato da discussão entre o delegado

²⁹¹ AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1969-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 212.

²⁹² AQUINO, Maria Aparecida de. Op. Cit., 1999, p. 122.

²⁹³ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Prenderam Fogoió mas o Grito não cala**. Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Abril de 1981, p. 02, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

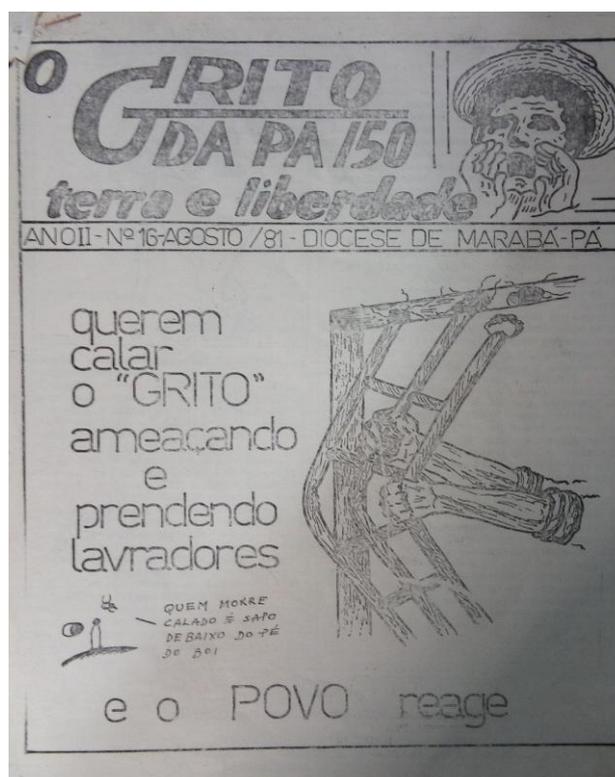
²⁹⁴ Ibidem, p. 02.

²⁹⁵ Ibidem, p. 02.

²⁹⁶ Ibidem, p. 02.

e o sargento Padilha, pois este entendia que Hilton Jansen fosse “seu preso”²⁹⁷. Desse modo, ficou evidente que a prisão do lavrador foi arbitrária e sem seguir o devido processo legal, questão que acontecia com diversas pessoas crítica com a ditadura militar. Os ânimos acabaram sendo equilibrados quando chegou de Tucuruí o capitão Luis Correia “dizendo que o sargento deveria obedecer o delegado, ficar calmo e esfriar a cabeça”²⁹⁸.

Imagem 7: Querem calar o “Grito ameaçando e prendendo lavradores.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Querem calar o “Grito” ameaçando e prendendo lavradores.** Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, abril de 1981, p. 01, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Paulo Ferreira – que já trabalhou no jornal alternativo *Resistência* –, relatou parte da censura praticada dentro das redações dos jornais em Belém durante a ditadura militar. Para isso, durante a sua pesquisa, utilizou relatos orais, os jornais de época localizados na Biblioteca Arthur Vianna, os documentos do Arquivo Nacional e do seu acervo particular. Na sua visão *in loco*, argumentou que “a censura foi utilizada para filtrar e reprimir as

²⁹⁷Ibidem, p. 02.

²⁹⁸Ibidem, p. 02.

mensagens veiculadas nos panfletos e jornais”²⁹⁹, daí compreendemos a apreensão de *O Grito da PA 150* e a prisão arbitrária do jornalista “Fogoió”.

É importante ainda mencionarmos que além das mensagens do jornal *O Grito da PA 150* ser entendida como “propaganda adversa” e de cunho “subversivo” na visão SNI, não podemos esquecer a região que o jornal alternativo circulou, a exemplo de Marabá, porque era considerada área de Segurança Nacional e constantemente vigiada pelas forças, além de Almerim, Altamira, Óbidos, Oriximiná, Itaituba e Santarém³⁰⁰.

Os administradores locais eram compreendidos (em uma forma um tanto preconceituosa) como despreparados “para enfrentar lutas ideológicas”³⁰¹. Por conta disso, em Marabá, o prefeito “foi exonerado, por ato do presidente da República, uma vez se tratar de área do interesse da Segurança Nacional”³⁰².

Para jornal *O grito da PA 150*, a Lei de Segurança Nacional (LSN) era “controlada e aplicada por homens escolhidos a dedo pela ditadura militar”, os quais proibiam uma série de questões, como a “liberdade de reunião e associação, à ampla defesa dos acusados [e o] direito de greve”. Nesse sentido, os meios de comunicações estavam “sob o fio do facão da LSN”, podendo “suspender e apreender jornais, por simples decisão do Ministério da Justiça”³⁰³.

Vale mencionar ainda que houve vigilância com outros jornais alternativos em circulação no Estado. Em um documento de agosto de 1982, o serviço de inteligência realizou um diagnóstico dos jornais em atividade na cidade e a linha política de cada um deles, como de *A Classe Operária* (PC do B), onde era possível ser encontrada nas bancas da cidade de Belém. Entre os seus distribuidores havia o Antônio da Costa Jinkings, proprietário da livraria Jinkings.

O *Tribuna da Luta Operária* (PC do B), “o de maior circulação na área”. Outro sujeito considerado na visão do SNI como o principal distribuidor em Belém era o

²⁹⁹ FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará: a mordaca a partir de 1964**. 1ª Ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2015, p. 28.

³⁰⁰ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Agência de Belém, Inf. nº 2119, de 22/04/1983. Assunto: **Situação política dos municípios considerados de interesse da Segurança Nacional no Estado do Pará**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

³⁰¹ *Ibidem*, p. 03.

³⁰² SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Agência de Belém, Inf. nº 2119, de 12/04/1983. Assunto: **Exoneração e designação de prefeito em área do interesse da Segurança Nacional – Marabá/PA**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

³⁰³ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Lei de Segurança Nacional: uma uma contra o povo**. Ano I, nº 10, Diocese de Marabá/PA, Fevereiro de 1981, p. 09, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

militante Paulo Fonteles, que promovia “a distribuição gratuita dos exemplares não vendidos”³⁰⁴, tanto na capital como no interior do estado. Outros jornais, tais como *O Trabalho*, vinculado a Organização Socialista Internacionalista (OSI); *Convergência Socialista*, da própria Convergência Socialista; *Em Tempo*, da Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS); *Frente Operária*, do Partido Operário Revolucionário Trotskista-Posadista (PORT-P); *Hora do Povo*, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e *Brasil Hoje*, da revista MR-8 apresentavam maiores dificuldades financeiras tanto para serem adquiridos nas bancas quanto para circular na cidade³⁰⁵.

Mas de uma forma geral, todos os jornais alternativos estavam encontrando dificuldades para circular as suas ideias e a luta do povo, seja no campo e na cidade. *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, como já mencionamos no primeiro capítulo, ao longo do tempo foi perdendo também a sua regularidade. É importante lembrarmos que esses jornais alternativos não tinham a intenção de arrecadação de capital, visto que seus projetos eram outros. Por isso que encontramos trechos nos documentos do SNI dizendo que houve “redução nas tiragens, ocasionando, assim, um recebimento reduzido, dos periódicos, nas sucursais dos Estados”, ou ainda que “esses Periódicos não veiculam qualquer tipo de propaganda, a não ser a da organização a que se ligam”³⁰⁶.

No entendimento de Bernardo Kucinski, foram diversos os fatores para o declínio dos jornais alternativo além da questão financeira, como o “racha” político, atentados “a bomba contra jornais alternativos e contra bancas de jornais”, fazendo com que jornaleiros deixasse de vender esses impressos porque os prejuízos eram significativos, visto que os incêndios destruíam “também a carcaça da banca”³⁰⁷. Para o autor:

Como se tivesse ocorrido um cataclisma, quase todos os jornais alternativos que circulavam entre 1977 e 1979 deixaram de existir a partir de 1980-1981. Desde os grandes alternativos nacionais surgidos ainda em 1975, até os basistas, da última geração, voltados aos movimentos populares e à reportagem. Desapareceram, independentemente da natureza de sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou do insucesso de suas propostas editoriais³⁰⁸.

³⁰⁴SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Agência de Belém, Inf. nº 2119, de 24/08/1982. Assunto: **Situação financeira dos jornais alternativos**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 04.

³⁰⁵Ibidem, p. 05.

³⁰⁶Ibidem, p. 03.

³⁰⁷KUCINSKI, Bernardo. Op. Cit, 1991, p. 95.

³⁰⁸Ibidem, p. 94.

As diversas matérias do jornal *O Grito da PA 150* retrataram o dia a dia dos lavradores e dos religiosos em luta pela defesa da vida, da democracia e da reforma agrária. O conteúdo presente nas suas páginas fez com que ele fosse “bastante procurado e lido nas nossas comunidades”, sendo também “espalhado por todos os cantos do Brasil, levando nossas angustias e nossas esperanças”. O impresso contribuiu para que certos grupos antagônicos com as suas ideias enxergassem o jornal alternativo com desconfiança e ódio, pois a sua existência buscava fazer “medo a todos aqueles que se viciarem em praticar injustiça contra o povo pobre de nossa estrada Pa-150”³⁰⁹, como veremos a seguir.

2.3 Trabalhadores, uni-vos: a mobilização pela reforma agrária.

Ao analisarmos o jornal alternativo percebemos que havia uma forma de proteção mútua abrangendo tanto os posseiros quanto os religiosos na região. A explicação justificase porque em diversas passagens do jornal existiam expressões como *unidos somos mais fortes e trabalhadores uni-vos*. O intuito era manter a luta organizada e dizer que em multidão os camponeses eram mais fortes. Uma dessas frases (*trabalhadores uni-vos*) soava em forma de grito de guerra, sendo também bastante conhecida mundialmente, posto que fazia alusão ao manifesto do partido comunista, editado e publicado em 1848 por Karl Marx e Friedrich Engels³¹⁰.

Mas quem são essas pessoas que motivou a criação do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*? Quais seus rostos? Essas perguntas são importantes para conhecer parte dos atores envolvidos na luta pela reforma agrária.

Para isso, as ideias do historiador George Rudé nos ajudaram a refletir a importância em identificá-los, a partir de seu estudo *A Multidão na História*. Durante a sua pesquisa, o autor desvendou os rostos de homens e mulheres entre 1730 a 1840 quando investigou a multidão na França e na Inglaterra, notando que a forma comum de protesto social naquele momento em particular era a luta contra a fome. A justificativa da temporalidade escolhida pelo historiador foi pelo motivo que os efeitos da revolução

³⁰⁹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Prenderam Fogoió mas o Grito não cala**. Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Abril de 1981, p. 02, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³¹⁰ O *Manifesto Comunista* surgiu em um momento histórico de intensa luta social, marcado pelo fortalecimento do sistema capitalista, no século XIX. Desse modo, as péssimas condições de vida, bem como de trabalho fomentaram ainda mais a desigualdade social entre as classes sociais. De um lado esteve a burguesia, enquanto do outro os proletariados (os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho). Para compreender mais o contexto histórico, ver: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

industrial estavam modificando “as velhas instituições, cortando as raízes da velha sociedade, modificando velhos hábitos e modos de pensar e impondo novas técnicas”³¹¹.

Nesse sentido, percebeu que o protesto popular não surgiu de modo aleatório, foi “um fenômeno histórico vivo e multifacetado”³¹². Na França, o motim era formado em sua maioria por “pais de famílias e cidadãos sóbrios, reconhecidamente de situação humilde”³¹³. Na cidade os motins contavam com a participação de “mestres de pequenas oficinas, os lojistas, aprendizes, artesãos independentes, jornaleiros”. Enquanto que no campo, havia a presença dos “vinicultores, pequenos camponeses proprietários, trabalhadores sem terras e artesão rurais”. Na Inglaterra, os participantes dos motins eram essencialmente “lojistas, vendedores ambulantes, artesãos, jornaleiros, tecelões, mineiros, cardadores de lã e pequenos agricultores e donos de terras, agrícolas e artesões de aldeias”³¹⁴. Desse modo, Rudé frisou que:

A multidão pode amotinar-se porque está com fome, ou teme vir a ficar, porque sofre profunda injustiça social, porque busca uma reforma imediata ou o milênio, ou porque quer destruir um inimigo ou acalmar um “herói”. Raramente, porém, é apenas por uma dessas razões³¹⁵.

Os rostos dos trabalhadores narrados nas páginas do jornal *O Grito da PA 150* eram múltiplos, pois não se limitava somente a camponeses. Eram também pequenos comerciantes, peão das serrarias, que eram “escravos da ganância” de latifundiários; lavadeiras “que lavam a sujeira e ganham uma mixaria”; professores, “com salários sempre atrasado e com as bocas tapadas pelas ameaças ou pelos bombons” [*sic*]³¹⁶

Gutemberg Armando Diniz Guerra, em seu estudo acerca do posseiro do sudeste paraense compreendido enquanto uma categorial social, entendeu que esses sujeitos desejavam transformar a estrutura agrária baseada na grande propriedade. Além disso, o autor revelou em sua pesquisa as várias faces desses homens e mulheres, identificando muitos deles como:

Ex-vaqueiros, assalariados dos diversos matizes e modalidades, arrendatários, pequenos comerciantes da zona rural familiarizados de alguma forma com a agricultura ou pecuária, ou filhos de camponeses

³¹¹ RUDÉ, George F. E. O Assunto e seus problemas. In: **A multidão na História**: estado dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Trad de Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: campus, 1991, p. 03.

³¹² Ibidem, p. 14.

³¹³ Ibidem, p. 217.

³¹⁴ Ibidem, p. 221.

³¹⁵ Ibidem, p. 234.

³¹⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Editorial**. Op. Cit., 1985, p. 01.

que se ativeram a outras atividades, mas não desconhecendo como fazer uma roça, estes identificam o posseiro como categoria social³¹⁷.

Esses atores tinham ajuda de religiosos para enfrentar o latifúndio, manter a união e lutar contra as tentativas de assassinatos. Para isso, em 31 de outubro de 1980 a CPT nacional produziu um roteiro de avaliação para as suas subseções regionais com três tópicos importantes para o trabalho de pastoral, a saber: “I. Motivações do Trabalho de Pastoral da Terra”; “II. A prática da Pastoral da Terra” e “III. O Jeito de Organizar”³¹⁸. O relatório foi fruto da reunião com representantes regionais, diretoria e secretariado para tornar a dinâmica interna da CPT um “instrumento válido de trabalho junto as bases e agentes pastorais”. Porém, vale ressaltar, não se tratava de um “esquema rígido”, posto que salientava a autonomia do trabalho de base de cada localidade como forma de melhor atender as peculiaridades de cada região diante das lutas sociais, seja nas Associações de Bairros e Oposições Sindicais³¹⁹.

Desse modo, percebemos nas páginas do jornal alternativo que a organização dos trabalhadores se deu em vários espaços, como nas assembleias comunitárias presente ao longo da PA 150. No jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, um encontro comunitário era mais citado por reunir maior quantidade de pessoas, como a que era realizado pela *Assembleia do Povo de Deus*, que surgiu em Marabá em 1977. No encontro era discutido vários temas das comunidades, tais como “educação, transportes, terra, saúde, organização dos povoados e evangelização”³²⁰.

Em 1980, na 4ª *Assembleia do Povo de Deus*, entre os dias de 17 a 19 de outubro, na cidade de Marabá, algumas pautas foram colocadas para discussão: “refletir, discutir e tomar decisões em comunidade”, “cursos sobre a produção – o trabalho dos lavradores, bem como a “Formação de Sindicatos e Associações, caixas comunitárias, cursos Bíblicos,

³¹⁷ GUTEMBERG, Armando Diniz Guerra. O posseiro por ele mesmo. In: **O posseiro da fronteira: camponato e sindicalismo no sudeste paraense**. – Belém: UFPA/NAEA, 2001, p. 75.

³¹⁸ CPT. **Roteiro de Avaliação da CPT**. 31 de Outubro de 1980, p. 01-03. Centro de Documentação D. Tomás Balduino – CPT Nacional. Documentos Temáticos, pasta 416.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 01.

³²⁰ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Povo de Deus, comunidade de fé e de luta.**, Ano I, nº 6, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1980, p. 02-03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

encontros de conscientização prática de mutirões³²¹, bem como a conscientização sobre a reforma agrária discutida nas miniassembleias³²².

Norbert Elias ao estudar o papel social de sujeitos na sociedade nos forneceu considerações importantes para pensarmos o papel político do jornal *O Grito da PA 150*. Segundo o autor, os homens e as mulheres, embora com suas diferenças, “ligam-se um com os outros numa pluralidade, isto é, na sociedade”³²³. O sociólogo salientou que viver em grupo não é uma tarefa muito fácil, pois algumas vezes a sociabilidade “em comunidade certamente não é harmônica”³²⁴. Porém, é fundamental a interação com o outro, visto que quando certos grupos socialmente mais vulneráveis são pareados com outros grupos que apresentam poder político mais forte, ocorre que “os membros dos grupos fracos contam como uma margem excepcionalmente reduzida de decisão individual”³²⁵.

Nesse sentido, para lutar de modo mais efetivo havia a preocupação em organizar-se coletivamente, seja nas Associações, Oposição Sindical e no Partido Político. A Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI), criada em 17 de fevereiro de 1980, foi uma importante entidade na luta pela reforma agrária. Seu objetivo era “defender os direitos legais e legítimos dos trabalhadores [...] e quem não era trabalhador, quem é explorador ou ajuda a explorar não pode se associar”³²⁶.

Segundo a historiadora Edileuza dos Santos, a criação da Associação foi pelo motivo que o STR fundado em 13 de janeiro de 1980 na região não protegia institucionalmente a categoria dos trabalhadores do campo. Por outro lado, o sindicato era considerado pelego por defender os interesses do GETAT e de particulares³²⁷. Quem ajudou criar a ADETUNI foi o padre Paulo Joanil e a irmã Dorothy Stang, os mesmos

³²¹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Mini-assembleia.**, Ano I, nº 06, Diocese de Marabá/PA, novembro de 1980, p. 05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

³²² O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Mini-assembleia.** Ano I, nº 04, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1980, p. 06. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³²³ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** (Org.) Michael Schroter; trad. Vera Ribeiro, revisão técnica e notas, Renato Jonine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 08.

³²⁴ *Ibidem*, p. 26.

³²⁵ *Ibidem*, p. 50.

³²⁶ INFORMATIVO DA PA 150. **Associação.**, Ano I, nº 01, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³²⁷ SANTOS, Edileuza dos. **Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo na luta pela terra na PA-150 (1970-1985).** (Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém (PA), 2007, p. 129.

sujeitos que contribuíram na idealização e criação do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*³²⁸.

Segundo o historiador Airton Pereira ao entrevistar o Sr. Raimundo de Souza Lima, ex-presidente da ADETUNI, registrou que:

O presidente do Sindicato era crente e não dava pelas lutas sociais. Era da missão do governo e não do sindicato. Não defendia a posse da terra, não era do movimento social como nós chamava. Aí o padre Paulo (Joanil) e a irmã Dorothy (Stang) fundaram a Associação (dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá). Eles que criaram a ideia. Nós precisávamos de uma entidade que defendesse a posse da terra. A terra não era para os grileiros, como nós chamava naquele tempo, era para quem nela trabalha. Depois botamos uma pessoa nossa no sindicato, aí nós passamos trabalhar todo mundo junto, a Associação e o Sindicato³²⁹.

A organização em um “novo sindicalismo”³³⁰ foi também uma forma de luta em um momento em que “antes do fim da ditadura [...], nenhum STR do sul e sudeste do Pará, apoiado diretamente pelos militares, era coordenado pelos posseiros”³³¹. Todavia, isso não impediu a organização nas Oposições Sindicais. Como já abordados nas páginas anteriores, a participação dos lavradores na Oposição Sindical não era somente incluir seu nome na listagem de filiação e pagar o imposto sindical, uma vez que simbolizava a luta dos trabalhadores do campo na “defesa do trabalhador Rural e para a conquista de novas vantagens”³³², visto que “o sindicato é nosso órgão de luta. Só com a nossa participação o sindicato se tornará forte”³³³.

A importância da consciência sindical foi discutida no Encontro Estadual das classes trabalhadoras do Pará (ENCLAT). Na ocasião, foi colocado em debate os

³²⁸ Paulo Joanil da Silva. **Depoimento** [janeiro de 2017]. Entrevistador: Welington Jhemerson Costa da Conceição. Belém, janeiro de 2017.

³²⁹ PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora da UFPE: 2015, p. 265

³³⁰ A autora disserta sobre três questões que definem o “novo sindicalismo”. A primeira dela era que Havia uma ênfase crescente na organização e um contato maior entre liderança sindical e base. Em segundo lugar, havia uma reivindicação para uma revisão substancial da legislação trabalhista existente, para criar sindicatos que fossem autônomos do Estado; isso implicava o reconhecimento do direito de greve e do direito a negociação com os empregadores sem mediação governamental. Em terceiro lugar, havia uma maior disposição para a militância, como fazer greves, por exemplo, mesmo com a certeza de repressão por parte do governo KECK, Margaret. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 393.

³³¹ *Ibidem* p. 275-576.

³³² O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Encontro de Trabalhadores-Marabá**. Ano I, nº 08, Dezembro de 1980, p. 06. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³³³ **Conceição do Araguaia: Polícia Federal, Getat e PM comandam as eleições sindicais**. Op. Cit., 1981, p. 03.

problemas do país e enfatizado a luta política “para acabar com a ditadura militar e implantar uma Reforma Agrária Radical”³³⁴, haja vista que:

Vimos que a situação só vai melhorar, quando os trabalhadores estiverem participando na organização do sindicato, porque só um sindicato livre e organizado, é capaz de lutar para defender os verdadeiros direitos dos trabalhadores. Para isso, é importante que cada um esteja consciente e esclarecido da função e importância do sindicato. Sindicato não é para dar guia de Funrural e sim lutar para que o trabalhador seja bem atendido nos hospitais. Para lutar pela Reforma Agrária, estradas, preço bom nos produtos e conseguir liberdade sindical e assim os trabalhadores serem mais valorizados e respeitados³³⁵.

A problematização sobre o papel do sindicato para que o lavrador fosse respeitado e valorizado reverberou entre os lavradores na região porque foi presente no jornal alternativo as seguintes Oposições Sindicais criadas, como em Jacundá, Itupiranga, Conceição do Araguaia e em Marabá. Nesta última cidade, em 22 de dezembro de 1980, “com sede no distrito de Morada Nova, no km 12 da PA-70 (hoje BR-222)”³³⁶, os trabalhadores do campo fundaram

[...] o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Marabá-Pa, onde se fez presente aproximadamente 400 lavradores de diversas localidades do município. Apesar da grande repressão na região, (52º Batalhão de Infantaria de Selva, 23ª Brigada, 4º Batalhão da Polícia Militar, Polícia Federal, Getat e outros mais), os trabalhadores agora possuem sua organização própria³³⁷.

Apesar da repressão política, os camponeses comemoraram a criação do órgão. A presença de um sindicato combativo simbolizava muito, pois os trabalhadores poderiam reivindicar questões políticas, econômicas e sociais, a exemplo de lutar de forma mais articulada contra seus inimigos, “que é o GETAT, os grileiros, a polícia”. Disputaria também até a direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) na região. Nesse contexto, a FETAGRI era compreendida como a entidade “mais pelega do Brasil”, em virtude de não querer reconhecer o sindicato desses trabalhadores e de ser “benevolente com as inúmeras denúncias enviadas [...], sem que a mesma tomasse alguma providência”³³⁸.

³³⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Enclat: Encontro Estadual das classes trabalhadoras do Pará**. Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 04-05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³³⁵ *Ibidem*, p. 04-05.

³³⁶ PEREIRA, Airton. Op. Cit., 2015, p. 266.

³³⁷ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Trabalhadores Fundam Sindicato**. Ano I, nº 08, Dezembro de 1980, p. 06. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³³⁸ *Ibidem*, p. 06.

A luta pela reforma agrária com a ajuda do sindicato era importante, conforme nos contou Emmanuel Wamberg, uma vez que:

Primeiro, o que mais cutucou a questão da reforma agrária foi os próprios conflitos, né? Mas como que a gente chegou a fazer um trabalho interessante? Foi justamente a partir da criação e da conquista, da reconquista das **direções de sindicato**, a partir da delegacia sindical que são criadas dentro das Comunidades Eclesiais de Base da área rural, foi muito forte isso aqui. E é claro, a grande questão de quando surgia qualquer problema de terra ou de se manter na terra, ou do que fazer com essa terra, ou como se organizar pra vender nossos produtos, fazer uma estrada, um mutirão, tudo passava justamente por essas Comunidades Eclesiais de Base, onde com a criação dessa delegacia sindical, começou a ocupar e invadir por completo o sindicato. Então foi fácil conquistar o sindicato mais ou menos, de ter direção combativa de sindicato, as famosas Chapa 2³³⁹.

A luta nos sindicatos combativos não era uma tarefa fácil, pois os trabalhadores do campo estavam constantemente expostos a intimidações de variadas formas. Entre os muitos casos abordados, o jornal alternativo denunciou a tentativa de assassinato que o presidente do sindicato de Marabá, Antônio Francisco, sofreu. O episódio se deu quando...

os companheiros estavam no coletivo que estava vindo do km 12 para São Félix e no mesmo coletivo também embarcou Nelito. No trajeto da curta viagem, Nelito passou a agredi-los, dando cotoveladas e quando desembarcaram, ele sacou seu revólver³⁴⁰.

A situação não se consolidou “graças à intervenção dos companheiros que tomaram a arma do assassino”³⁴¹. O grileiro que tentou matar a liderança sindical era um velho conhecido na área, se chamava por Manoel Cardoso Neto. O “Nelito”, com também era conhecido, algum tempo estava “envolvido em problemas de terras com posseiros na área denominada Fazenda Fortaleza”. Quem defendia os posseiros na ocasião era o advogado da CPT chamado por Gabriel Sales Pimenta, mas a juíza da Comarca de Marabá deu ganho de causa em favor de “Nelito”.

Os lavradores acabaram saído das terras, mas não cruzaram os braços. Posteriormente a liminar em favor do latifundiário foi “suspensa em virtude de 129

³³⁹ Emmanuel Wambergue: **Depoimento** [abril de 2023] Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Marabá-Belém, 2023.

³⁴⁰ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Grileiro ameaça de morte presidente de sindicato de marabá**. Ano III, nº 26, Dezembro de 1983, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 03

posseiros terem impetrado Mandado de Segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado”. O Tribunal decidiu a permanência dos camponeses na área, conforme o relatório do SNI³⁴².

O Manoel Cardoso Neto foi o mesmo responsável do assassinato do advogado da CPT Gabriel Sales Pimenta, em 18 de fevereiro de 1982. Por conta desse assassinato e das ameaças de morte, o primeiro presidente do sindicato de Marabá deixou a direção do cargo com receio de ser assassinado³⁴³.

A organização dos lavradores nas páginas do jornal alternativo se dava também pelo fortalecimento da conscientização político partidária, contato que a entidade fosse mais próxima das demandas dos posseiros e da sua rede de apoio, pois estava “passando da hora de os trabalhadores do campo como da cidade começarem a estudar e entender sobre história dos partidos”³⁴⁴. Segundo o padre Paulo Joanil da Silva, relatou que:

Quando surgiu em São Paulo o PT, imediatamente eu estava em São Paulo quando criou o PT lá, eu tava em uma reunião dos Oblatos; claro que se panfletava tudo que era material. Eu trouxe foi tudo que era cartilhas da formação política do PT. Ah... Aquilo ali nós panfletamos a região e logo começou o grupinho para discutir a criação do Partido dos Trabalhadores. Ai foi efetuado, “pegou fogo”! Era uma alternativa diferente do MDB e Arena e muito do MDB veio juntar para fundar o PT³⁴⁵.

O Partido dos Trabalhadores³⁴⁶ acabou chamando atenção de algumas pessoas que trabalhavam com o jornal alternativo, não obstante, havia outros partidos políticos em atuação no Estado. Em sua dissertação de mestrado, a historiadora Luzia de Oliveira Pereira Canuto, estudou dinâmica dos assentamentos rurais em Rio Maria e a luta dos “trabalhadores sem terra, desprovidos de recursos financeiros, lutavam com as armas que tinham: a palavra, foices, machados”³⁴⁷.

Conforme a autora, entre os partidos políticos era destaque a participação do PC do B, visto que contribuiu para a formação de lideranças camponesas na região. Os

³⁴²SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 1896, de 11/02/1982. Assunto: **Problema de terras envolvendo Manoel Cardoso Neto e o sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

³⁴³ PEREIRA, Airton, Op. Cit., 2015, p. 266.

³⁴⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **É hora do Trabalhador entrar e participar no sindicato e na política**. Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³⁴⁵ Paulo Joanil da Silva. Depoimento [janeiro de 2017]. Entrevistador: Welington Jhemerson Costa da Conceição. Belém, janeiro de 2017.

³⁴⁵ Ibidem, 2017.

³⁴⁶ Para saber mais, ver PETIT, Pere. **A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Boitempo/NAEA-UFGA, 1996.

³⁴⁷ CANUTO, Luzia de Oliveira Pereira. **Terras e Natureza: Assentamentos Rurais de Rio Maria (1974-2004)**. 2006, p. 48.

camponeses ligados ao partido eram José Basílio de Ciqueira, Expedito Ribeiro (assassinado em 1991), João Canuto (assassinado em 1985) e Videriana, que estiveram à frente do movimento sindical³⁴⁸. Com o desmembramento de Rio de Maria do município de Conceição do Araguaia, os camponeses conseguiram fundar em 1983 o STR de Rio Maria com a finalidade de “defender a reforma agrária e seus sócios”, muito embora ficasse na ilegalidade até 1985 quando foi reconhecido pelo Ministério do trabalho³⁴⁹.

Ricardo Rezende relatou que o PC do B tinha um jornal intitulado *A Classe Operária* e que abordava “sobre questões nacionais e internacionais; apresentava a Albânia como farol do mundo”. Segundo ele, Paulo Fonteles “distribuíam exemplares do jornal entre pessoas que ele atraía para o Partido”³⁵⁰. O PC do B era constantemente vigiado por parte dos militares e o SNI produziu uma série de documentos sobre a entidade, bem como das suas lideranças e simpatizantes. Em 30/08/1985, o serviço de informações elaborou um relatório sobre a quantidade de filiados e a Comissão Diretora Regional do partido a nível estadual, entre os nomes consta da Leila Mourão, professora aposentada pela Universidade Federal do Pará (UFPA)³⁵¹, sendo anistiada somente em 2015.

A preocupação com a conscientização dos camponeses diante da política partidária foi tratada com preocupação e transmitida de uma forma muito acessível para os leitores, em virtude que o partido político “é que mais influi na vida gente”, sendo entendida como “uma grande arma que nós temos para criar um mundo futuro que Deus quer”³⁵². Parte desses estudos sobre a política do país era realizada com a leitura do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* durante as missas e nas rezas nas casas dos lavradores, nos encontros comunitários, bem como nas próprias CEB’s. Para o jornal *O Grito da PA 150*, as CEB’s não deveriam ser confundidas com “núcleo partidário”, entretanto, era “um lugar de estudar e aprofundar a nossa fé e de clarear as ideias sobre a Política”³⁵³

³⁴⁸ Ibidem, p 52.

³⁴⁹ Ibidem, p. 56.

³⁵⁰ Ricardo Rezende Figueira: **Depoimento** [abril de 2023] Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Rio de Janeiro-Belém, 2023.

³⁵¹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 5541, de 30/08/1985. Assunto: **Designação da Comissão Diretora Regional Provisória para o Estado do Pará**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 06.

³⁵² O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **IGREJA- Povo oprimido que se organiza para a Libertação**. Ano II, nº18, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³⁵³ Ibidem, p. 03.

Como já sabemos, o jornal utilizava passagens bíblicas para ajudar os camponeses a refletir e questionar as relações de trabalho, autoritarismo e a pobreza em sua volta. A intenção era que os trabalhadores do campo pudessem amadurecer seus posicionamentos diante da justiça social, a exemplo do próprio Jesus Cristo que “não fez politicagem, fez política”³⁵⁴.

A política e a politicagem apresentam significados distintos nas páginas do jornal alternativo. Politicagem estava relacionada com as pessoas que buscam tirar vantagens e exploram os mais humildes e era compreendida como “quem tira direitos dos pequenos, fingem dar apoio aos pequenos mas protege os grandes. É como água suja, mentira, enganação” [*sic*]. A política, por outro lado, quem fazia era “o povo organizado, o que vai desmanchar o que é feito pela politicagem”³⁵⁵.

Alguns exemplos eram dados sobre o que era fazer política no dia a dia, como o ato de “ir até o patrão pedir um aumento de salário”. Em outros casos o jornal alternativo utilizava o próprio camponês como exemplo, dizendo que “Zé Magrinho é expulso da terra. Eu defendo ele, estou do lado dele, que é pobre e esmagado. AÍ FAÇO A POLÍTICA DO OPRIMIDO”. A politicagem, por sua vez, era associada quando outros camponeses ao enxergarem algum problema, como a expulsão do Zé Magrinho, não tomavam nenhum posicionamento diante da injustiça. Neste caso em particular, o jornal acrescentava dizendo que em situações como essas “o silêncio acaba ajudando o patrão porque o Zé Magrinho fica sem apoio”³⁵⁶.

Ao dizer que Jesus Cristo foi uma pessoa que fez política podia dizer muitas questões para os trabalhadores do campo, como que eles estavam de um lado certo da história. Não podemos ignorar as passagens bíblicas presente nas páginas do jornal alternativo, posto que para muitos dessas pessoas humildes os relatos no documento sagrado eram dados como verdade, tendo muitas vezes significados e conforto espiritual para superar uma rotina de trabalho degradante, a violência no campo e ao mesmo tempo fortalecer a luta pela reforma agrária.

Para José de Souza Martins, embora os partidos políticos de oposição inserissem o debate da reforma agrária em suas teses político-partidária, mesmo assim não conseguiam incorporar de fato as lutas dos diversos segmentos de trabalhadores do campesinato de uma forma mais ampla e de acordo com suas necessidades, já que havia “apenas repetições de

³⁵⁴ Ibidem, p. 06.

³⁵⁵ Ibidem, p. 06.

³⁵⁶ Ibidem, p. 05.

formulações da esquerda anteriores a 1964, de certo modo obsoletas” e uma “concepção proletária da situação social e política”³⁵⁷.

Mesmo assim, a conscientização partidária e a forma de transmissão presente nas páginas do jornal alternativo devem ser levadas em consideração. Além disso, debater a questão partidária ajudou que os trabalhadores do campo não assistissem os inúmeros casos de violência de forma apática, questão que já constatamos até aqui. Assim, um outro episódio merece destaque, foi quando quatro agentes da PF e um técnico do GETAT saíram feridos de uma emboscada armada no dia 13 de agosto de 1981 em uma fazenda localizada em São Geraldo, município pertencente a Conceição do Araguaia na época. Segundo o jornal *O Grito da PA 150*:

Ao chegaram no local, em dois carros, foram atingidos por tiros de cartucheiras disparados por um grupo de posseiros que ocupavam o lote de terra. Um homem de identidade desconhecida, possivelmente gerente da fazenda morreu em meio ao tiroteio. E os feridos foram transportados para Belém³⁵⁸.

Esse ocorrido deu origem ao Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia (MPLA)³⁵⁹, que foi bastante documentada na grande imprensa, como no jornal *O Liberal*. O motivo foi que dois padres foram presos e treze posseiros. Eles foram condenados e seus nomes eram: os padres Aristides Camio e François Gouriou; e os lavradores João Matias da Costa, Antônio Resplande, Raimundo Resplande Coelho, Raimundo Resplande da Silva, Venâncio Pereira da Anunciação, Simplício Vieira, Milton de Souza Almeida, José de Araújo e Silva, Raimundo Pereira da Anunciação, Arnaldo Lopes Queiros, José Ribamar, José Parreira de Araújo e Leônidas Alves Furtado³⁶⁰.

A direita brasileira nesse período protagonizou diversos movimentos para barrar a reivindicação da reforma agrária. Utilizaram muitas vezes práticas criminosas, muitas delas estão impunes até hoje. Essas questões veremos na próxima discussão a seguir.

³⁵⁷ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1981, p. 102.

³⁵⁸GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Polícia federal leva tiro de cartucheira em São Geraldo**. O, Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 06. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³⁵⁹Para saber mais ver PESSÔA, Fábio. “**Ao cristão é proibido ter medo**” [livro eletrônico]: a trajetória da comissão pastoral da terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a Ditadura Militar (1975/1985), 2022, p. 296-303.

³⁶⁰O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Processo dos padres e posseiros do Araguaia**. Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

3. CAPÍTULO: Entre o conservadorismo, o verbal e não verbal e o jornal enquanto fonte histórica.

Bem dizem que está na hora
De preparar um timão
Que mude as regras do jogo
E garanta que a nação
Escreva com liberdade
Sua constituição (*O GRITO DA
PA 150: TERRA E LIBERDADE*,
nº 22, março de 1982).

3.1 A Reação Patronal contra a reforma agrária: práticas antigas e novas estratégias.

Como trabalhado até o presente momento, foram diversas as dificuldades que os trabalhadores do campo e até da cidade vivenciaram ao longo da década de 1980. A violência física e psicológica que homens, mulheres e crianças conviveram partiu de diversos segmentos da sociedade, como de fazendeiros e jagunços, bem como do próprio estado, como os praticados pela PM e PF, além dos órgãos que deveriam apaziguar os litígios agrários por conta da concentração da terra, a exemplo do INCRA e do GETAT na esfera federal e do INTERPA a nível estadual, mas este último “chegou até a usar polícia contra lavradores, com espancamentos e prisões”³⁶¹.

Sem contar ainda a conveniência de setores do exército com a repressão política no sudeste paraense porque, ao invés de compreender os inúmeros conflitos na região como um problema social a ser discutido, enfrentado e superado, entendia que a “conturbação na área rural [...] pela reforma agrária” era baseada em “entidades de classe e político-ideológicas, de caráter contestatório e de veracidade duvidosa”³⁶². O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, ao denunciar as mazelas sociais e mobilizar os camponeses em proveito da reforma agrária, era considerado um desses grupos político-ideológico na visão dos militares, chegando o impresso ser perseguido e parte das suas matérias apreendidas (p.81).

Além desses órgãos, outro grupo denunciado pelo jornal *O Grito da PA 150* como um grande obstáculo para a discussão e propagação das ideias da reforma agrária na região

³⁶¹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O ITERPA Atrapalha tudo**. Ano IV, nº30, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1984, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³⁶² SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – Agência de Belém. Inf. Nº 5449, de 01/07/1985. Assunto: **Problemas fundiários na área rural**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 03-11.

foi a União Democrática Ruralista (UDR)³⁶³. Em matéria veiculada no jornal alternativo em outubro de 1987, destacava os grandes interessados contra qualquer tentativa que se aproximasse da justiça social que a reforma agrária poderia ocasionar. A UDR, ao defender os anseios dos ruralistas, tinha enquanto “objetivo defender os grandes proprietários de terras. Estes que possuem glebas e mais glebas de terra. Ela é contra a Reforma Agrária, e contra todos que lutam a favor de uma verdadeira Reforma Agrária”³⁶⁴.

Em dissertação de mestrado defendida pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela UFPA, a pesquisadora Marcionila Fernandes investigou os núcleos de formação da UDR no estado do Pará com base em diversas fontes: jornais, tabloides, atas e documentos produzidos pela CPT. Segundo a autora, a criação da patronal esteve relacionada intensamente com a propriedade da terra e a sua proteção. Seu nascimento em maio de 1985 repercutiu na Amazônia Oriental, visto que o sul e o sudeste paraense apresentavam muitos proprietários de terras que moravam em outros estados e que possuíam propriedades na fronteira amazônica, fruto da política dos incentivos fiscais concedidos na década de 1960. Em grande parte os fazendeiros eram de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, sendo no geral cidadãos, “profissionais liberais, homens de negócio, empresários comerciantes”³⁶⁵.

Para Regina Bruno, a entidade apresentava um perfil conservador, sendo que na memória coletiva dos latifundiários a UDR simbolizou “um divisor de águas na luta contra a reforma agrária no Brasil”, uma vez que “praticamente comandou toda a ofensiva contra a reforma agrária”, organizando e estruturando um “novo sentido a luta contra o avanço da esquerda e da Igreja Católica no campo”³⁶⁶.

As principais lideranças da patronal quando do seu surgimento eram Ronaldo Ramos Caiado e Jairo de Andrade, donos de terras em Goiás e no estado do Pará. Segundo o padre Ricardo Rezende, Jairo de Andrade era o tesoureiro da UDR e dono de vasta

³⁶³ Todavia, não foi a única entidade contra o Plano Nacional de Reforma Agrária, pois a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Frente Agrícola para a Agropecuária Brasileira (FAAB), Sociedade Rural Brasileira e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) posicionaram-se contra, conforme estudo de Mendonça (2010)

³⁶⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O que é a UDR?** *União Democrática Ruralista*. Ano VII, nº35, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1987, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³⁶⁵ FERNANDES, Marcionila. Origens e desenvolvimento da união democrática ruralista - UDR. In: **Estrutura Fundiária e atuação Política dos Donos de Terras no Pará**: Uma abordagem sobre a União Democrática Ruralista – UDR, 1993, p. 153.

³⁶⁶ BRUNO, Regina. **Revisitando a UDR**: Ação política, ideologia e representação. Revista do Inst. Est. Bras., SP, 1996, p. 72-73.

extensão de terras no Sul do Pará, “com fama de violento e com acusações, por anos sucessivos de utilizar mão de obra escrava”³⁶⁷.

Ronaldo Caiado era de origem familiar tradicional, possuidora de grande propriedade rural no norte de Goiás (atualmente estado do Tocantins). Outros representantes, como os fazendeiros Altair Veloso e Salvador Farina compunham o grupo fundador da UDR, além do engenheiro agrônomo Plínio Junqueira Júnior (de São Paulo) que também tinha vasta extensão de terras em Santana do Araguaia. No estado do Pará, os dois núcleos da UDR surgiram em Paragominas e no Sul do Pará (Redenção, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Xinguara e Rio Maria), atuando também de forma secundária em Marabá e São Felix do Xingú, segundo Marcionila Fernandes³⁶⁸.

Após vinte e um anos de ditadura militar encerrada em 1985, a transição para a Nova República não foi realizada de modo rápida, já que setores das forças armadas buscaram controlar a passagem de modo lento, gradual e seguro. Segundo o historiador Francisco Teixeira, embora o projeto de abertura iniciado por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva entre 1974 a 1979 representasse a reconstitucionalização e a volta ao Estado de Direito, isso não significava “exatamente a redemocratização do país” devido os diversos casos de torturas e assassinatos que ainda persistiam³⁶⁹.

Aliás, uma parcela da sociedade foi contra a transição controlada, saindo às ruas solicitando eleições diretas para presidência. O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, foi defensor do movimento das *Diretas Já* iniciada em 1983, uma vez que simbolizava o clamor da população por democracia e liberdade, de homens e mulheres “desesperado[s] pela carestia, fome, mortalidade infantil, desemprego”. Ao mesmo tempo, entendia o momento político e os obstáculos para o voto popular para a presidência da república, visto que os “os poderosos não querem esta eleição direta porque vão perder na certa”³⁷⁰. Os candidatos para a presidência eram Tancredo Neves, ex-governador de Minas

³⁶⁷ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Josimo e Adelaide: Assassinatos e narrativas no coração do conflito**. In: *Luta Pela Terra na Amazônia*, 2022, p.589.

³⁶⁸ FERNANDES, 1993, Op. Cit., p. 138.

³⁶⁹ DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: **O Brasil Republicano, o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 263.

³⁷⁰ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Eleições Diretas?**. Ano III, nº 29, Diocese de Marabá/Pa, Junho de 1983, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Gerais, “um burguês da classe alta e com algumas ideias liberais”, e Paulo Maluf, do PDS, representando “toda a corrupção e podridão que reina nesse poder”³⁷¹.

As eleições acabaram sendo realizadas em 15 de janeiro de forma indireta por um colégio eleitoral, consagrando-se como vencedor Tancredo Neves (PMDB) para presidente, sendo o seu vice José Sarney. Para o jornal *O Grito da PA 150*, o pacto político fez com que a vitória de Tancredo Neves fosse esperada e a esperança era “que ele convoque imediatamente a nação para as eleições diretas e promova a reformulação da Constituição do Brasil”³⁷², o que não acabou ocorrendo, pois as eleições diretas só aconteceram em 1989³⁷³. Com a morte de Tancredo Neves quem assumiu foi o grande proprietário de terras no Maranhão conhecido por José Sarney.

Os debates sobre a reforma agrária estavam mobilizando diversas pessoas, seja do lado político da direita e esquerda. Assim, a proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) foi lançada no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais realizado pela CONTAG, em 1985. Todavia, nas páginas do jornal *O Grito da PA 150* foi notado que a mobilização à campanha Nacional pela Reforma Agrária já se deu em 1984, antes mesmo do I PNRA. O objetivo dos camponeses em prol da mobilização nacional era para implantar “no Brasil toda a Reforma Agrária no seu sentido mais amplo, [...] como a única saída para a crise de fome e de miséria”. O jornal alternativo reforçava ainda que “essa campanha que é um grande passo para a garantia da terra para todos. O lema é: REFORMA AGRÁRIA JÁ”³⁷⁴.

A terra, como já mencionamos no primeiro capítulo, apresentou nas páginas do jornal alternativo um sentido de liberdade social para os trabalhadores do campo e “a condição indispensável para a produção de alimentos. Reforma Agrária é dividir a terra improdutiva e os latifúndios nas mãos de todos os lavradores. Isto é: voltar aos seus legítimos donos: os brasileiros”³⁷⁵.

³⁷¹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Eleições Indiretas**. Ano V, nº 32, Diocese de Marabá/Pa, Janeiro de 1985, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³⁷² *Ibidem*, p. 03.

³⁷³ Para compreender os debates políticos, econômicos e sociais da primeira eleição direta para a presidência pós-ditadura militar envolvendo os candidatos Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo é importante consultar GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **1989: história da primeira eleição presidencial pós-ditadura**. Paco e Littera, 2019.

³⁷⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Campanha Nacional Pela Reforma Agrária**, Ano IV, nº 30, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1984, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 03.

Compareceram ao IV congresso dos trabalhadores importantes nomes, como o presidente do INCRA, José Gomes da Silva, assim como Nelson Ribeiro, à frente do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD), criado antes do I PNRA. A resistência contra a proposta foi grande por parte dos grandes produtores rurais adiando o texto final do plano para outubro de 1985 e o debate para a Assembleia Nacional Constituinte em 1987³⁷⁶.

Nelson Ribeiro compreendia que a reforma agrária seria uma forma de justiça social fundamental para o aperfeiçoamento da democracia no país, e o seu lançamento na Nova República pelo o governo seria mediante o cumprimento do Estatuto da Terra a fim de assentar um milhão e quatrocentos mil famílias, em quatro anos, estimativa um tanto alta que acabou “sustentando a esperança dos trabalhadores e da Igreja”³⁷⁷. O autor reconhecia que o ministério recém criado não dispunha de meios para oferecer aos trabalhadores do campo mudanças imediatas em relação a questão da Reforma Agrária e muitos ainda continuavam “miseráveis em situação desesperadora”³⁷⁸. Conforme José de Souza Martins, o Estatuto da Terra imposto em 1964 já era aplicado e o seu texto não visava redistribuir terra para quem nela trabalha, mas “promover a expansão da agricultura empresarial”³⁷⁹.

Alguns grupos eram contra a distribuição da terra, como podemos observar a partir de uma entrevista concedida ao jornal *Estadão* por Ronaldo Caiado. Nela, o latifundiário argumentava que a UDR havia nascido em maio de 1985 quando:

[...] a classe produtora rural recebeu uma proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária feito pelo Mirad, pelo Incra, pela CPT, e pela Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vejam os senhores, entidades que nunca produziram e que estavam lá sentadas à mesa, e descrevendo o Plano Nacional de Reforma Agrária³⁸⁰.

Assim como no curso do golpe civil-militar de 1964 que a questão da terra preocupou o empresariado rural, a fala de Ronaldo Caiado deixou claro que a criação da entidade apresentava a tarefa de conter qualquer tentativa de distribuição mais justa da terra para os mais pobres. Aliás, segundo o latifundiário, a questão da reforma agrária era

³⁷⁶ DA SILVA, 2003. Op. Cit., p. 338.

³⁷⁷ NELSON, Ribeiro. O Plano Nacional de Reforma Agrária. In: **Caminhada e Esperança da Reforma Agrária: a questão da terra na Constituinte**. Rio de Janeiro, 2ª edição, Paz e Terra, 1987

³⁷⁸ Ibidem, p. 48.

³⁷⁹ MARTINS, José de Souza. A reforma agrária na “Nova República” do Dr. Tancredo. In: **A Reforma Agrária e os limites da democracia**. Editora Hucitec, São Paulo, 1986, p. 35.

³⁸⁰ O ESTADO DE S. PAULO. **A UDR está equidistante dos extremos**. 12/10/1986, p. 39. Acervo Digital.

vista com a “finalidade ideológica, eleitoreira e demagógica”, acrescentando ainda que não se tratava de um problema social a ser solucionado, visto que era, na verdade, “um terrorismo fundiário” contra o produtor rural”³⁸¹.

Ao cruzar a entrevista de Ronaldo Caiado com a documentação do SNI, percebemos que a desigualdade social na forma de acesso e permanência na terra, bem como a sua concentração em favor de poucos, não era entendida como um problema social a ser solucionado para sanar as disparidades sociais. Era, contudo, uma analisada e entendida como ideológica de grupos voltados para a posição política de esquerda.

Chama atenção ainda durante a entrevista de Ronaldo Caiado a supressão do vocabulário as expressões “fazendeiro” e “grande proprietário de terra”. Ao longo do seu discurso, ele procurou fugir dessas representações e selecionou uma nova categoria política, isto é, a de “produtor rural”. Havia uma intenção nisso, era para demarcar uma posição no cenário nacional da década de 1980 diante do I PNRA de que eram os membros da UDR que produziam a alimentação no país e por isso deveriam ter a propriedade privada resguardada a todo custo.

Segundo Regina Bruno, a patronal foi um exemplo claro de dominação de classe da grande propriedade fundiária porque “na memória coletiva dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, a UDR é considerada um marco, um divisor de águas na luta contra a reforma agrária no Brasil e na valorização do produtor rural”³⁸².

Tal visão era contestada pelo jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, uma vez que o projeto de reforma agrária era uma luta dos produtores da agricultura familiar, que “planta feijão, arroz, mandioca, milho, fruteiras”³⁸³. Desse modo, como já explicitado antes, o projeto de reforma agrária para o jornal alternativo nada mais era que a ampliação da cidadania plena a homens e mulheres do espaço agrário em nível nacional e local. Era a oportunidade também para o país em democratizar “terras para trabalhar, e que estas terras tenham estradas, transportes, hospitais, escolas, e um preço justo para os produtos dos trabalhadores”³⁸⁴. Desse modo, as reivindicações dos camponeses não era um mero assentamento agrário como previa o governo, deveria ser fornecido uma infraestrutura para as pessoas morarem e viverem com dignidade na terra com os seus familiares.

³⁸¹ O ESTADO DE S. PAULO, 1986, Op. Cit., p. 39.

³⁸² BRUNO, Regina. **Revisitando a UDR: Ação política, ideologia e representação**, Op. Cit., 1996, p. 72.

³⁸³ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Movimentos populares e a UDR**, 1987, Op. Cit., p. 04.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 04.

São essas questões que acabaram incomodando diversos segmentos que concentravam grandes extensões de terras: a democracia plena para muitos que viviam em situação miserável. É importante ressaltar que a organização dos latifundiários no estado do Pará não se deu apenas com o surgimento da UDR. Antes da criação da entidade houve o lançamento em janeiro de 1985 da Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará (APRUSP), que convidou os ruralistas a se filiarem na associação e, em 2 de fevereiro de 1985, na cidade de Marabá, foi criada de modo oficial a APRUSP. A jurisdição da entidade e a organização abarcavam as regiões de Santana do Araguaia, São Felix do Xingú, Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Xinguara, São João do Araguaia, Marabá, Tucuruí, Rondon do Pará, Itupiranga e Jacundá. Áreas de intensos conflitos agrários, conforme o jornal alternativo, “decorrentes da luta pela posse e uso da terra”³⁸⁵.

O Objetivo da Associação dirigida por Fausto Ribeiro Marques era “fortalecer a propriedade privada [...] envolvendo a instalação de equipamento de rádio, para interligar todas as fazendas, e, no futuro, pretendem criar uma segurança própria”³⁸⁶. Em seu artigo 2º do estatuto, aprovado em fevereiro de 1985, previa ainda a colaboração com os poderes públicos “no que tange a desativação de focos de tensão social”³⁸⁷.

Podemos extrair dessas informações que o processo de desapropriação de terras por parte do estado era acompanhado de capangas dos fazendeiros durante a reintegração de posses, muitas vezes ilegais e com a presença de violência. A justificativa dos latifundiários para as ações armadas era baseado na legislação de 1892, decretada durante a Primeira República (1889-1930), como apontou o relatório do SNI ao relatar que houve o contato por parte do governo com Fausto Ribeiro Marques. Este defendeu que as ações armadas tinham “amparo na lei nº 81, de 14 de setembro de 1892, que permitia a criação de polícia em fazendas de criação de gado”, mas que no Pará “a efetivação dessas milícias ficou apenas na ideia”³⁸⁸.

³⁸⁵ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – Agência de Belém. Inf. Nº 5478, de 01/07/1985. Assunto: **Atividades da Associação dos produtores rurais do sul do Pará - APRUSP**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 03.

³⁸⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – Agência de Belém. Inf. Nº 5240, de 12/03/1985. Assunto: **Atividades da Associação dos produtores rurais do sul do Pará - APRUSP**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 03.

³⁸⁷ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – Agência de Belém. Inf. Nº 5336, de 13/04/1985. Assunto: **Atividades da Associação dos produtores rurais do sul do Pará - APRUSP**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 03.

³⁸⁸ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Atividades da associação dos produtores rurais do sul do Pará – APRUSP**, 1985. Op.Cit., p. 04.

A preocupação em criar uma infraestrutura a fim de interligar os imóveis rurais e até a criação de segurança particular com patrulhamento nas fazendas entre os associados da APRUSP, conforme o relatório do SNI, era motivada por conta da...

reforma agrária, pretendida pelas esquerdas, que na ótica dos associados da APRUSP, deverá receber uma pressão muito grande nos dois primeiros anos do novo governo, o que levará a uma série de invasões das propriedades, a fim de conseguirem a realização da mudança na legislação sobre a reforma agrária³⁸⁹.

Nesse sentido, a segurança interna não ficou apenas no papel, como disse Fausto Ribeiro Marques, pois muitos fazendeiros com o propósito de conter as ocupações de terras instalaram organizações armadas em diversas localidades do sul e sudeste paraense, como presente na região de Marabá no castanhal “Pau Ferrado”, do suposto proprietário coronel Eddie Carlos Castor da Nóbrega (suposto porque a maior parte das terras na Amazônia Oriental era/são griladas). O coronel exigia do governador do estado na época, Jader Barbalho, que tomasse providências para proteger a propriedade, chegando a declarar na década de 1980 em um jornal de grande circulação no estado palavras que até o tempo presente podem nos chocar por conta do seu conteúdo. Segundo o coronel:

Tenho meus homens armados e vou matar quantos venham tentar invadir minha fazenda. Mato qualquer um, até o deputado Paulo Fontelles se ele tiver coragem para tentar tomar a Fazenda e não apenas mandar seus falsos posseiros, como tem feito até agora³⁹⁰.

A fala do militar é muito importante, pois apresentou na grande imprensa paraense sem pudor como era tratado muitos camponeses na região e quem manifestasse solidariedade diante das suas causas sociais. Aliás, o SNI fez uma análise sobre esse caso, um tanto superficial, relatando que havia trabalhos de organizações subversivas que tiravam proveito da conjuntura fundiária na região, “incitando o homem do campo às invasões”. Por conta disso, os fazendeiros tinham a necessidade de “protegerem suas propriedades, estão constituindo grupos armados, a fim de fazerem frente às ações dos invasores”³⁹¹.

Segundo a opinião do Bispo de Marabá na época, dom Alano Pena, a visão de fazendeiros, a exemplo de Eddie Carlos Castor da Nóbrega, a respeito dos problemas

³⁸⁹ Ibidem, p. 03.

³⁹⁰ O LIBERAL. **Guerra declarada no Araguaia a “Pau Ferrado” ninguém toma.** 13/01/1985, p. 16. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

³⁹¹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência de Belém, Inf. nº 5189, de 12/02/1985. Assunto: **Constituição de grupos armados, por parte de fazendeiros, visando à proteção de suas propriedades – Pará.** Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 07.

fundiários e a tensão social no campo eram tratadas pelo viés da Segurança Nacional “e nunca voltados à busca de uma reforma agrária autêntica e verdadeira”³⁹².

O advogado Paulo Fonteles respondeu o coronel dizendo que nem o conhecia e não incentivava invasões de terras na região. A sua atuação era defender juridicamente “milhares de pequenos agricultores, na maioria das vezes posseiros, espoliados pelo latifúndio e perseguidos pela grilagem”. Assim, sabia perfeitamente os limites da sua área de trabalho, pois em diversos momentos da sua militância muitas ciladas “foram armadas pelo próprio aparelho repressivo de 64 para que saíssem de minha boca orientações para invasões de terras”. Entretanto, isso “jamais foi alcançado, porque sempre tive claro o terreno em que pisava”. Desse modo, justificou a luta por “uma reforma agrária que acabe com o latifúndio lesivo aos interesses nacionais”³⁹³.

A carta endereçada ao militar não mostrou em nenhum momento intimidação ou medo diante da ameaça de morte, ao contrário, Paulo Fonteles argumentou que a sua luta por justiça social não se deu de uma hora para outra, visto que eram seus “sonhos de adolescente de ajudar a construir um mundo mais justo, fraterno e humano” e que não recuaria “um milímetro de [suas] posições em defesa dos trabalhadores rurais do sul do Pará”³⁹⁴. Acrescentou ainda que:

Sei que o latifúndio é poderoso. Sei, inclusive, que ele costuma matar seus adversários, como matou o Gringo, Sinhozinho, Belchior, Sebastião Mearim, Gabriel Pimenta e tantos outros que ousaram enfrentá-lo. E o senhor não é o primeiro que ameaça contra a minha vida³⁹⁵.

A ameaça dirigida ao Paulo Fonteles pelo coronel não foi a única, pois em um documento elaborado pela CPT Regional Norte II datada em 13 de dezembro 1979 pode-se perceber que a sua vida já estava em risco, “em consequência de suas opções” pelos os mais pobres³⁹⁶. A carta (imagem 8, p. 112) foi fruto de uma assembleia realizada na cidade de Belém com a participação de religiosos do Amapá e do Pará que em solidariedade manifestaram palavras de conforto diante da insegurança que o advogado estava submetido nos seguintes termos:

³⁹² O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, Op. Cit., 1980, p. 08

³⁹³ O LIBERAL. **Deputado Fonteles responde ao coronel Castor**. 15/01/1985, p. 23. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

³⁹⁴ Ibidem, p. 23.

³⁹⁵ Ibidem, p. 23.

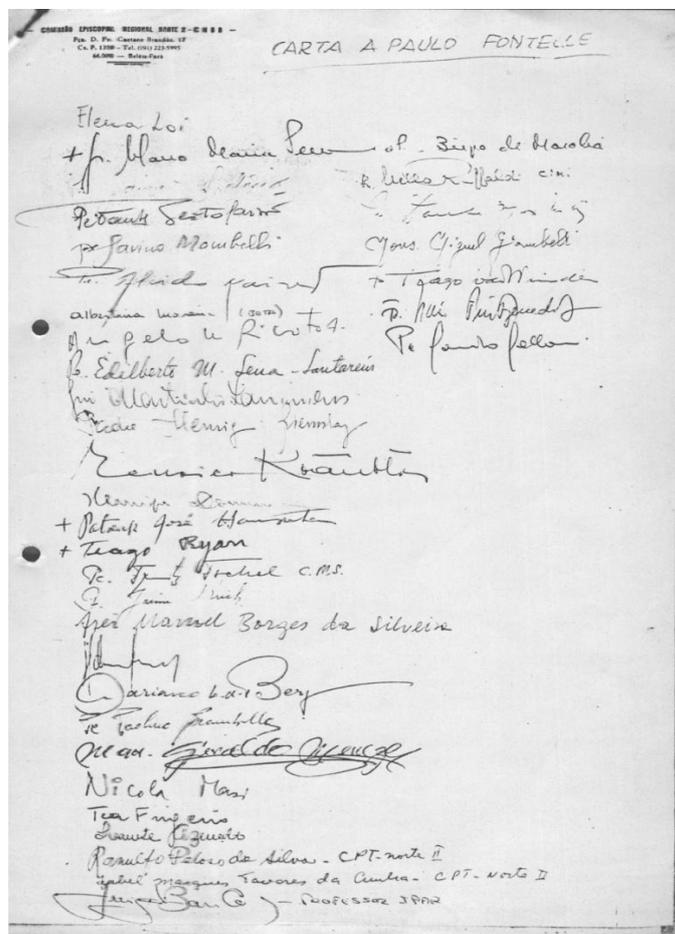
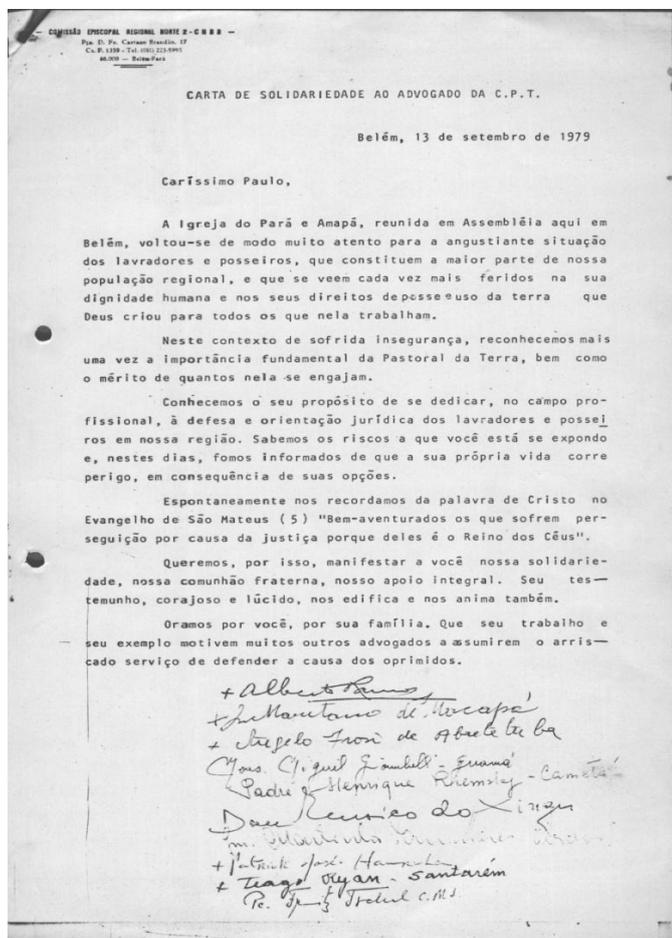
³⁹⁶ CPT. Carta de solidariedade ao advogado da CPT. 13/09/1979. In: **Documentos do Movimento Popular**. Acervo digital Paulo Fonteles, p. 15-16.

Queremos, por isso, manifestar a você nossa solidariedade, nossa comunhão fraterna, nosso apoio integral. Seu testemunho, corajoso e lúcido, nos edifica e nos anima também.

Oramos por você, por sua família. Que seu trabalho e seu exemplo motivem muitos outros advogados assumirem o arriscado serviço de defender a causa dos oprimidos³⁹⁷.

As ações armadas realizadas por fazendeiros foi uma prática bastante praticada ao longo da ditadura militar (1964-1985), sendo que durante a Nova República a entidade responsável por milícias armadas era, essencialmente, a UDR, pois temia as “invasões” de terras por parte dos camponeses, a exemplo dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais (MST) que surgiu em janeiro de 1984, em Cascavel-PR. Ao longo do tempo o MST acabou ganhando força e exigindo a reforma agrária, defendendo nos seus princípios a conquista da terra para trabalhar e não um negócio capitalista a ser comercializado³⁹⁸.

Imagem 8: Carta da CPT em apoio ao advogado Paulo Fonteles.



³⁹⁷ Ibidem, p. 15.

³⁹⁸ STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. Plataforma dos Objetivos Gerais do MST – 1984. In: **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, p. 178.

Segundo o jornal *O Grito da PA 150*, a patronal foi responsável pelo assassinato do padre Josimo Moraes Tavares (maio de 1986) e de Paulo Fonteles (11 de junho de 1987). Em discurso realizado na Assembleia Legislativa do Pará, o deputado estadual João Carlos Batista (PMDB) responsabilizou a UDR pela morte de Paulo Fonteles afirmando que o advogado assessorava trinta posseiros de Santana do Araguaia que estavam com prisão preventiva sob “a acusação de envolvimento no assassinato do fazendeiro Tarley de Andrade, filho do tesoureiro nacional da UDR, Jairo de Andrade”³⁹⁹.

A morte de Paulo Fonteles já era anunciada e o secretário da CPT no estado do Pará, Jerônimo Treccani, divulgou na grande imprensa uma lista com nomes de pessoas que estavam marcadas para morrer, tais como Virgílio Serrão Sacramento, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Moju (PA), assassinato em 4 de abril de junho de 1987; Ney Murad, de Xinguara (PA); Ângelo Pansa e Dario Maso, de São Félix do Xingu (PA); Sérgio Tonetto, de Moju; o deputado estadual Ademir Andrade e João Carlos Batista; o advogado João José Machado e os líderes sindicais Raimundo Avetino, de Moju, e Milton Ramos, de Tomé Açú; Felipe do STR de Conceição do Araguaia e Advonsil, que era representante da CUT no espaço agrário, e Coordenador da CPT na região do Araguaia e Tocantins, o padre Ricardo Rezende Figueira⁴⁰⁰.

Um dos nomes era do ex-Coordenador da CPT na região do Araguaia e Tocantins, o padre Ricardo Rezende Figueira. O jornal *O Grito da PA 150* mencionou que ele estava na lista de pessoas marcadas para morrer pela UDR. Em 2023 acabou realizando uma entrevista com Ricardo Rezende e ao informar o seu nome na lista, ele argumentou que:

De fato, em 18 anos dos 20 que morei no Sul do Pará, convivi com ameaças de morte provocadas por fazendeiros e policiais. A partir de 1985, com a UDR, a situação se tornou mais complicada. Cresceu a violência; a curva de assassinatos aumentou e a violência tinha algumas características, denunciávamos na época: além de crescer o número dos assassinatos, as mortes não eram aleatórias, faziam parte de um planejamento onde se escolhia quem ia morrer – lideranças sindicais, políticas e religiosas -, e se dava uma “pedagogia” do terror que era estender as mortes para mulheres e crianças. Além de matar, desfigurava-se o corpo, dificultava-se o sepultamento. Por exemplo, Leonildes Resplandes, adolescente, e seu companheiro foram mortos e antecedeu o assassinato de Leonildes, um estupro coletivo perpetrado por pistoleiros.

³⁹⁹ FOLHA DE S. PAULO. Discurso. 12/06/1987. In: **Dossiê Verdades e mentiras da UDR**, p. 42. Centro de Documentação D. Tomás Balduino – CPT Nacional. Documentos Temáticos, pasta 416.

⁴⁰⁰ FOLHA DE S. PAULO. Ameaçados de morte estão na lista da CPT. 12/06/1987. In: **Dossiê Verdades e mentiras da UDR**, p. 42. Centro de Documentação D. Tomás Balduino – CPT Nacional. Documentos Temáticos, pasta 416.

Ela foi carbonizada. Seu corpo virou um fragmento de carvão⁴⁰¹.

A partir da fala de Ricardo Rezende sobre os assassinatos na Amazônia Oriental como um ato planejado, não aleatório e a escolha de quem iria morrer, podemos perceber a forma cruel e desumana que muitas pessoas foram submetidas. O jornal alternativo buscou denunciar isso, pois a UDR “contrata[va] pistoleiros para defender os grandes proprietários”, formando “verdadeiros exércitos que servem para expulsar na marra os posseiros”⁴⁰². Parte dessa violência política foi problematizada no campo visual e textual do jornal alternativo, como podemos conferir a seguir.

3.2 A Linguagem verbal e não verbal do jornal

Nas páginas do jornal alternativo *O Grito da PA 150* a utilização da linguagem verbal e não-verbal apresentava sentidos conectados e ao mesmo tempo com particularidades para cada situação vivenciada pelos sujeitos envolvidos na luta pela terra. Dependendo da notícia, podia ocorrer tanto a denúncia de um problema, assim como a mobilização dos lavradores para defender uma causa política ou algum companheiro (a) em uma situação difícil. Ao verificarmos esses recursos presente nas páginas do jornal alternativo nos possibilitou compreender a luta política contra o Estado, fazendeiros e os jagunços na região.

As imagens presentes em todas as edições do jornal alternativo são fontes históricas fundamentais a ser analisado e problematizado, visto que apresentam visões de mundo e experiências que os trabalhadores do campo enfrentavam no dia a dia. Segundo as historiadoras Lucilia de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira, os registros iconográficos são objetos à investigação, pois:

Podem constituir rico recurso para as pesquisas de historiadores ávidos em encontrar o tempo que analisam pelo acesso a *corpus* documentais imagéticos, uma vez que iconografias são importantes registros das ações dos sujeitos históricos, públicos ou anônimos, em determinado tempo e espaço⁴⁰³.

A utilização do recurso visual estava em estrito diálogo com o texto escrito e nos possibilita acessar o passado-recente do sudeste paraense em uma conjuntura que homens e

⁴⁰¹ Ricardo Rezende Figueira: depoimento [abril de 2023] Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Rio de Janeiro-Belém, 2023.

⁴⁰² O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **UDR e a violência no campo**, Ano VII, nº 35, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1987, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴⁰³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente. **História do tempo presente**, Editora FGV, 2014.

mulheres conviviam com a repressão. Entre os casos, o jornal alternativo documentou e representou por meio de imagens a prisão de Hilton Jansen pelo sargento Padilha. A imagem 9 procurou retratar a prisão de Fogoió pelo policial por conta de estar vendendo o jornal alternativo, enquanto a imagem 10 buscou evidenciar a quebra da grade onde estava preso o lavrador. A mobilização para a libertação do camponês não pode ser interpretado como uma resistência isolada, dado que foi um ato coletivo.

Imagem 9: Prenderam Fogoió mas o grito não cala.

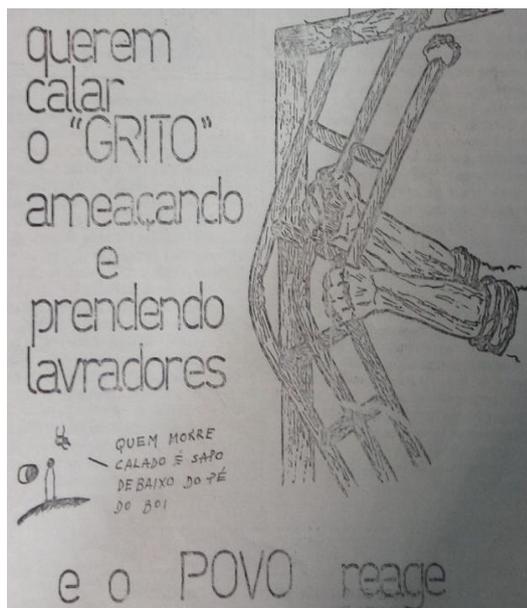


O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Prenderam Fogoió mas o Grito não cala**. Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Abril de 1981, p. 02, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Em outros casos podemos perceber que a organização e a luta social dos camponeses era acompanhada com palavras de esperança e por um mundo com mais justiça social, a exemplo das cartas que dom Alano Maria Pena, bispo de Marabá, endereçava aos trabalhadores do campo enfatizando “a maior união entre todos, nas comunidades, e das comunidades umas com as outras”, uma vez que “sem união sincera e forte a gente não se salva e não vence”⁴⁰⁴.

⁴⁰⁴O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Fala do bispo**. Ano I, nº 02, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1980, p. 5. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Imagem 10: Querem calar o “Grito” ameaçando e prendendo lavradores.



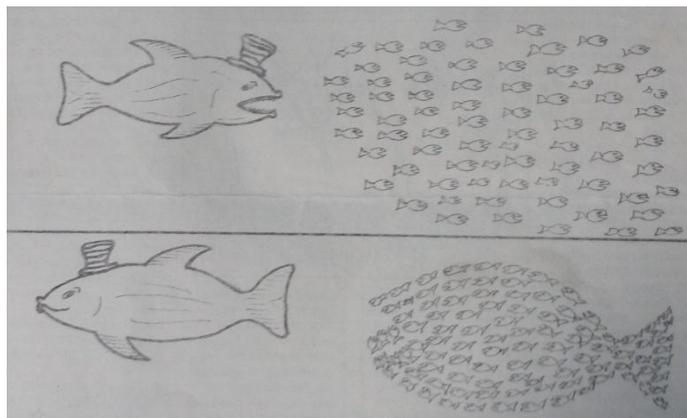
O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Querem calar o “Grito ameaçando e prendendo lavradores”**. Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Abril de 1981, p. 01, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Desse modo, os recursos textuais (os discursos) e não-textuais atuavam também no esclarecimento que a luta sozinha é fraca e solitária. Por isso que era reforçado nas páginas do jornal alternativo que a batalha contra o latifúndio deveria ser comunitária e organizada, pois os trabalhadores seriam mais fortes e temidos, como podemos observar nas imagens 11 e 12 (p. 116) que representa a luta contra a grilagem de terra, cuja associação do latifundiário era com a figura de um tubarão:

Imagem 11: Comemorando as lutas e vitórias.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Comemorando as lutas e vitórias**. Ano II, nº 14, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Imagem 12: Unidos somos mais fortes.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Capa.** Ano II, nº 14, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1981, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Para Messias Francisco Silva, a linguagem verbal e não verbal atuavam juntas, produzindo “efeitos de sentido que reforçam e convergem para a construção da imagem do trabalhador rural em luta”⁴⁰⁵. Em algumas matérias do jornal alternativo há representações das vitórias dos lavradores e, em outros casos, a violência sofrida por eles. Os assassinatos foram constantemente denunciados e para melhor demonstrar a situação, eram acompanhadas com a reconstrução visual do ato do crime como forma de estampar para a sociedade a violência sofrida pelos camponeses. Não apenas isso, já que podemos notar que ao mesmo tempo a repressão era questionada e nunca naturalizada. Um dos exemplos foi o assassinato de Francisco Jacinto de Oliveira, o “Sinhozinho”, onde podemos ver a conexão entre o texto não verbal com o verbal, sendo que neste último se dizia: “precisamos acabar com quem tá acabando com nós”⁴⁰⁶ [sic] (imagem 13, p. 117).

A violência policial foi bastante denunciada pelo jornal, pois era bastante comum o conchavo da PM, PF e do Exército com os grileiros atuando na violência física (imagem 14, p. 117) que mostra uma senhora com semblante de sofrimento e um policial espancando um lavrador. A retratação de cenas de torturas foi bastante comum nas páginas do jornal *O Grito da PA 150*, visto que fazia parte da rotina de quem lutava por justiça social, como foi o caso dos lavradores Antonio de Jesus Martins e Mendes Feitosa praticada por grileiros e “dois soldados da Polícia Militar”. Os posseiros foram colocados de joelhos e passaram por humilhações em uma “cela imunda como um chiqueiro, sem

⁴⁰⁵ SILVA, Messias Francisco. **Funcionamento de discursos das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) no sudeste do Pará no momento de redemocratização do país**, 2016, p. 81.

⁴⁰⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Paulo Fontelles Denuncia Assassinato do Posseiro Sinhozinho em Conceição do Araguaia.** Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, junho de 1981, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

água e sem comida, durante o dia todo”. Durante o tempo que estiveram presos foram obrigados “a beber sua própria urina”⁴⁰⁷, como podemos visualizar na representação da cena na imagem 15 (p. 118).

Imagem 13: Paulo Fontelles denuncia assassinato do posseiro Sinhôzinho em Conceição do Araguaia.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Paulo Fontelles Denuncia Assassinato do Posseiro Sinhôzinho em Conceição do Araguaia.** Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, junho de 1981, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Imagem 14: UDR e violência no campo.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **UDR e violência no campo.** Ano VII, nº35, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1987, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴⁰⁷ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Olha o GETAT-PM.** Ano I, nº 07, Diocese de Marabá/PA, Novembro de 1980, p. 07. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Imagem 15: Olha o GETAT-PM.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Olha o GETAT-PM.** Ano I, nº VII, Diocese de Marabá/PA, Novembro de 1980, p. 01-10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Notamos até o momento como se deu parte da luta social e ao mesmo tempo o sofrimento de sujeitos pobres no sudeste paraense. A fonte histórica imagética presente nas páginas do jornal alternativo nos ajuda entender e perceber as alianças dos fazendeiros com agentes do Estado na arquitetura da violência. Esses grupos atuaram nos despejos de famílias, como em 19 de agosto de 1981 em que Luis Silva, casado com Francisca, pais de seis crianças, tiveram a residência na PA-150. O responsável pela invasão foi o grileiro Lezinho Baiano, o qual estava acompanhado de um agente do ITERPA, um cabo da PM e um sargento. Na ocasião promoveram “um verdadeiro ato de violência e abuso de poder”, posto que os camponeses foram duramente humilhados ao serem expulsos das suas terras.

Segundo o jornal, “botaram a metralhadora em cima dela [dona Francisca] com as crianças e fizeram correr pelo mato”. Luis Silva ao ser avisado por um dos filhos foi até o local e questionou se havia alguma documentação que dizia que a terra tinha dono. A resposta que recebeu foi que “não interessava nada de documento”⁴⁰⁸. Ao destruírem as suas benfeitorias foi perdido:

2 kg de açúcar, 6 kg de farinha, 2 kg e trigo, 2kg de feijão, 4 kg de pacotes de bolacha, 1kg de arroz, 4 kg de sal, 5 barras de sabão, 1 pote quebrado, baia e panelas amassadas, 8 redes e cobertas, 1 lanterna, 3 blusas de frio, foram tomadas pela PM 2 espingardas “20” e também 3 kg de carne de gado⁴⁰⁹.

⁴⁰⁸ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Declaração.** Ano II, nº16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 10.

Ao informar essa situação, o jornal alternativo utilizou as imagens 16 e 17 como forma de reconstruir a cena de terror. Houve mais uma vez o diálogo com o texto escrito mostrando para os leitores o sofrimento dos lavradores, os quais a serem ameaçados e despejados por jagunços e pelo Estado, acabaram perdendo os seus mantimentos que dona Francisca e Luis Silva utilizavam durante a rotina de trabalho na terra e para o descanso – a exemplo das redes e as cobertas. Além da alimentação perdida, os seus bens foram amontoados em cima de uma carroça e “tudo está estragado e acabado”⁴¹⁰.

Imagem 16: Declaração.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Declaração.** Ano II, nº16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Imagem 17: Declaração.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Declaração.** Ano II, nº16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 10.

Ao estudar a vida privada na Amazônia Oriental e observar episódios como esses, José de Souza Martins ressaltou que era bastante comum na rotina de muitos homens, mulheres e crianças tais acontecimentos. Segundo o autor, “nas áreas de conflito fundiário, o litígio não raro se completa com despejo”, a queima das casas e também com a morte⁴¹¹, como podemos observar pela imagem abaixo em algum “barracão” no sudeste paraense:

Imagem 18: Casa queimada dos posseiros em lugar do sudeste paraense.



Fotógrafo desconhecido. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O historiador Peter Burke desenvolveu importante estudo acerca da iconografia e como os historiadores e historiadoras podem utilizá-la como fonte histórica em seus trabalhos para compreender as ações dos homens e as mulheres em distintas temporalidades. Para ele, as “imagens, assim como textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica”⁴¹², posto que registram ao longo do tempo momentos da vida que muitas vezes impactou socialmente as pessoas. Um olhar atento para essas questões pode possibilitar compreender ideias e a cultura de uma determinada época, já que as “imagens nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida”⁴¹³.

Por isso compreendemos a importância e a sensibilidade do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* em comunicar aos seus leitores também por meio das imagens,

⁴¹¹ MARTINS, José de Souza. **A ida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira**. In: História da Vida Privada: Contrastes da intimidade contemporânea. (org. Fernando A. Novais, Lilia M. Schwarcz). Companhia das Letras, 5ª reimpressão, vol. 4, 2007, p. 675.

⁴¹² Burke, Peter **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**; tradução Vera Maria Xavier dos Santos. – 1ª.ed. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017, p. 26.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 25.

pois existia um propósito de suscitar e reconstituir a partir do recurso visual cenas que foram vividas pelos camponeses no espaço agrário. Foi o caso do lavrador Domingos Lauro Roque em 8 de novembro de 1980 quando teve a sua casa queimada (imagem 19) pelo pistoleiro conhecido por Capixaba. Depois do assassinato de Zé Piau comentava-se nas redondezas que Luis Capixaba “não vai mais expulsar posseiro, que vai é matar, porque Osanir está mandando matar e com ele não acontece nada”⁴¹⁴.

Imagem 19: Carta denuncia.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Carta denuncia.** Ano I, nº 11, Diocese de Marabá/PA, março de 1981, p. 06. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O historiador Roger Chartier, ao estudar a circulação dos textos impressos entre os séculos XVI e XVII e a apropriação dos textos pelas pessoas humildes, percebeu que era necessário seguir alguns processos metodológicos, em razão que “não há compreensão de um escrito, seja qual for, que não dependa das formas nas quais ele chega ao seu leitor”⁴¹⁵. As estratégias envolvendo a assimilação do texto por uma “comunidade de leitores, num momento e num lugar determinado” do espaço temporal dependia também do acompanhamento da leitura coletiva do texto em voz alta, um diálogo envolvendo a cultura oral e a escrita⁴¹⁶.

⁴¹⁴ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Carta denuncia.** Ano I, nº 11, Diocese de Marabá/PA, março de 1981, p. 06. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴¹⁵ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Trad. Práfcia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 71.

⁴¹⁶ CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações,** Lisboa: DIFEL, 1990, p. 131.

Tal reflexão nos ajudou compreender a circulação do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* na Amazônia Oriental, pois havia a preocupação por parte da equipe editorial de como o texto chegava ao seu público alvo, na maioria das vezes sujeitos analfabetos ou semi-analfabetos. Desse modo, a leitura do jornal alternativo era realizada tanto pelos animadores de comunidades quanto pelos religiosos durante os cursos bíblicos e/ou durante a realização das missas nas comunidades que cortavam a rodovia da PA 150. Assim, a linguagem não verbal não está sem sentido no jornal alternativo, há diversas intencionalidades com o texto verbal como já podemos notar até aqui. Portanto, na visão de Peter Burke, ao advertir sobre as linguagens não verbais, compreendeu que não podemos “tratá-las como mera ilustrações, reproduzindo-as nos livros sem comentários” e questionamentos⁴¹⁷.

Para Marialva Barbosa a leitura se faz também pela visão e “através da imagem, produz um sentido de realidade que a descrição textual sozinha não contém”⁴¹⁸. Esse episódio que dona Francisca e Luis Silva vivenciaram, por exemplo, estava presente na vida de outras famílias no sudeste paraense que lutavam pelo direito de viver e morar em um lote terra. Ana Maria Muad e Marcos Felipe, ao refletirem também a respeito das imagens salientaram que elas “nos contam histórias, atualizam memórias [...] imagina a história, demarcam o campo do visível e do invisível” de determinado momento da vida⁴¹⁹.

Entre as histórias que o texto não verbal contou nas páginas do jornal alternativo foi também como era a atuação do GETAT que, ao invés de regularizar a questão fundiária, agia em consonância com os fazendeiros. Dessa maneira, existia uma visão do GETAT como sinônimo da expulsão dos trabalhadores da terra (imagem 20, p. 123).

Em outros momentos nas páginas do jornal alternativo há relação do GETAT com a morte de lavradores. A fim de denunciar esse problema, foi criado um cenário em que um trabalhador era comparado com Jesus Cristo durante a sua crucificação. Na retratação o lavrador indagava dizendo para um grupo de pessoas que o órgão federal não iria realizar a reforma agrária e, dessa forma, o povo era mais uma vez morto pelo latifúndio e enganado (imagem 21, p. 123).

⁴¹⁷ BURKE, Op. Cit., 2017, p. 19.

⁴¹⁸ BARBOSA, Marialva. **Mundo do leitor**. In: História Cultura da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Muad X, 2007, p. 56.

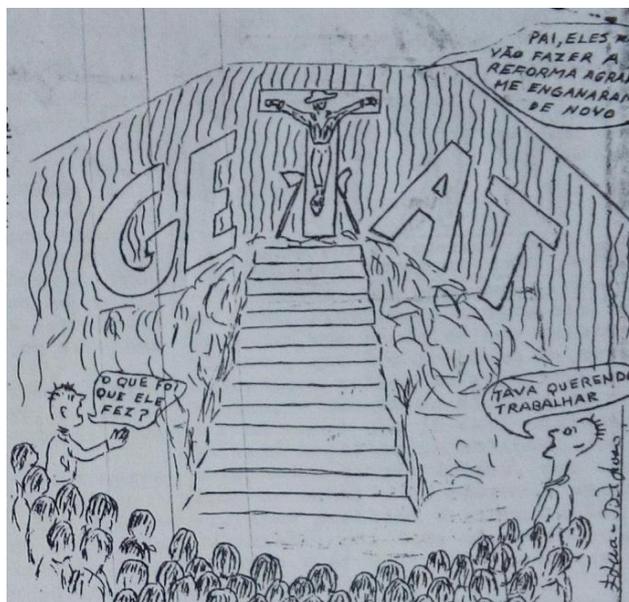
⁴¹⁹ MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. **Imagem, história e ciência**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, vol.9, n.2, 2014, p. 80.

Imagem 20: Getat: queimando o último cartucho.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Getat: queimando o último cartucho.** Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/Pa, outubro de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

Imagem 21: Política de terras.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Política de terras.** Ano I, nº 5, Diocese de Marabá/Pa, Setembro de 1980, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

São considerações importantes para pensarmos a luta pela reforma agrária nas páginas do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*. Para combater a guerra no campesinato paraense a luta não poderia ser isolada ou individual, porque dessa maneira seria fraca e sem alcance com outros trabalhadores a nível local, regional e nacional. Nas páginas do jornal percebemos ainda que o camponês quando está sozinho não tem força, é um sujeito magro e com um aspecto físico de sofrimento, como podemos observar na imagem abaixo:

Imagem 22: Reforma Agrária.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Reforma Agrária**. Ano II, nº 15, Diocese de Marabá/PA, Julho de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Segundo Edileuza Santos, ao estudar a formação do migrante posseiro utilizando *O Grito da PA 150* como fonte, compreendeu que a vida dos lavradores nas páginas do jornal alternativo seguia um sentido histórico, pois:

Primeiro ele é um sujeito fraco, magro, indefeso e explorado quando não se organiza não se une. Sendo dessa forma explorado e vencido, perde sua posse e o que produz, ou seja, é sugado ao máximo pelos opressores. No segundo plano, quando o posseiro se une, luta organizado ele se torna forte⁴²⁰.

Concordamos com a historiadora e podemos observar isso a partir das ilustrações selecionadas que evidenciam como em comunidade os lavradores são fortes. Por esse

⁴²⁰ SANTOS, Edileuza dos. Op. Cit., p. 119.

motivo, alguns fazendeiros temem as suas reivindicações pela posse da terra e a realização da reforma agrária (imagens 23 e 24).

Imagem 23: Trabalhadores fundam sindicato.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Trabalhadores fundam sindicato.** Ano I, nº 08, Diocese de Marabá/PA, Dezembro de 1980, p. 08. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Imagem 24: Mais uma do GETAT.

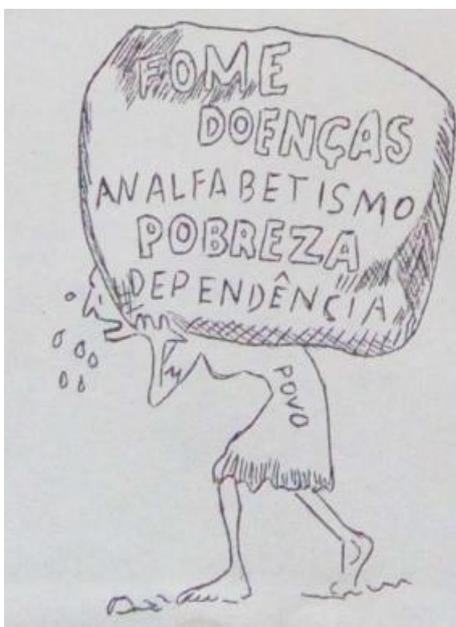


O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Política da Terra.** Ano I, nº 05, Diocese de Marabá/PA, Setembro de 1980, p. 04 Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

A luta pela reforma agrária apresentava em seu interior algo sensível e que não podemos deixar de lembrar os leitores, dado que era também a luta contra a fome (imagem 25). Ao reivindicar a reforma agrária o jornal alternativo justificava por conta da desigualdade social que abalava “a situação do trabalhador [que] vai de mal a pior”⁴²¹ [*sic*], mesmo trabalhando dia e noite enxergava que suas necessidades básicas, tais como alimentação, moradia, escolas, transportes e saúde não eram correspondidas em sua plenitude pelo Estado. Ao reivindicar a justiça social o jornal alternativo revelava também como os lavradores compreendiam a sua importância e o protagonismo político, visto que seu trabalho na terra era responsável pela alimentação das pessoas e...

todo mundo sabe que é o trabalhador da roça que produz os alimentos para todo brasileiro encher a barriga. Mas o lavrador tá vendo que a sua situação de vida, piora a cada dia. Que a questão, não é só trabalhar e trabalhar. Porque trabalha tanto, e na hora da bóia, o prato tá vazio e a barriga roncando⁴²²

Imagem 25: Assembleia.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Assembleia**. Ano I, nº 06, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1980, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Michel Foucault em sua aula inaugural no Collège de France em 1970 discorreu sobre a prática discursiva e os poderes que as norteiam. Segundo o autor, para que possa

⁴²¹ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Reforma agrária radical e imediata**. Ano II, nº 15, Diocese de Marabá/PA, julho de 1981, pp. 02-03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴²² Idem, *ibidem*, pp. 02-03.

ocorrer a comunicação efetiva são necessários certos *sistemas de restrição*. Em outras palavras, alguns rituais que incluem os “gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso”. Nesse sentido, o *sistema de restrição* acaba contribuindo para a fixação e a produção de sentidos sobre os quais as mensagens foram direcionadas para um determinado grupo⁴²³.

Isso nos fez compreender o motivo que o jornal alternativo procurou representar por meio dos seus discursos textuais e visuais os comportamentos dos trabalhadores do campo diante da violência, da impunidade e a importância da organização em grupo, haja vista que havia circunstâncias que exigiam que as mensagens fossem melhor traduzidas.

Para Sérgio Sauer, o conflito social está presente em todas as relações humanas e acaba favorecendo que as pessoas criem ações coletivas para proteção, tais como “opiniões, sentimentos, representações e imagens que as pessoas e os grupos sociais têm de si mesmos e do mundo que os cerca”⁴²⁴.

Entre as imagens sobre determinados grupos presente nas páginas do jornal alternativo chamou atenção a respeito do empresariado rural (imagens 26 e 27, p. 128). O retrato fisco do empresário já começava pela vestimenta. Logo percebemos como era diferente dos camponeses que trabalhavam na roça e utilizavam a força física para exercer a atividade laboral. Foi evidenciado ainda que o latifundiário apresentou, na maioria das vezes, um aspecto muito parecido de empresário da área urbana. As suas características eram de um homem ganancioso, gordo e entendido como o ladrão de tempo por explorar o trabalho do camponês, e não pagar o verdadeiro valor que o lavrador deveria ganhar.

Quem são essas pessoas? Indagou o jornal alternativo dizendo:

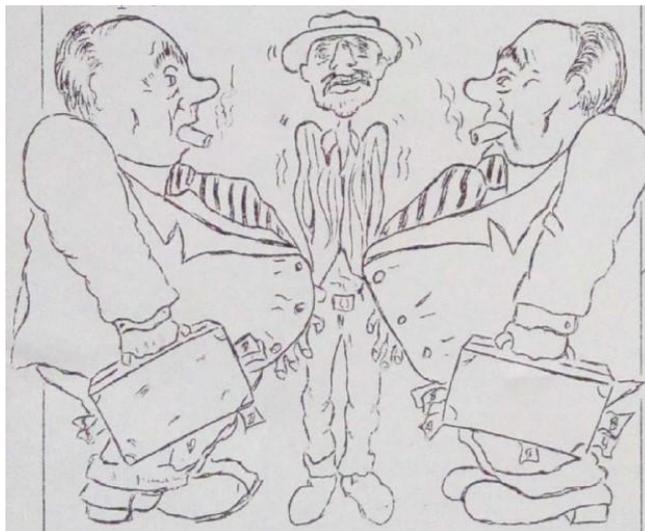
São os que se apoderam da fartura que tem, juntando terras, dinheiro e poder. São os que querem ter tudo só para eles, sem deixar nada para os trabalhadores. São enfim os opressores. [...] Quem se acham muito católicos e têm o nome de Deus na ponta da língua e a bíblia decorada na cabeça para justificar as suas injustiças⁴²⁵.

⁴²³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed, - São Paulo: Edições Loyola, 2014. (leituras filosóficas), p. 37.

⁴²⁴ SAUER, Sérgio. Conflitos agrários no Brasil: a construção de identidade social contra a violência. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Editora Unicamp, 2008, p. 253.

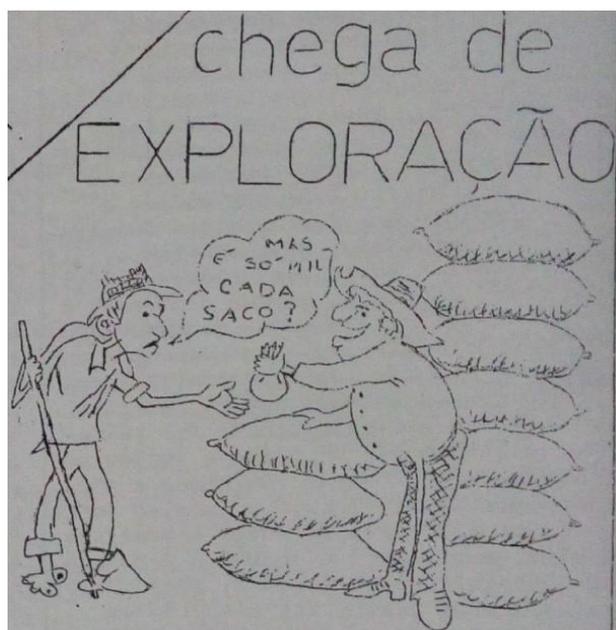
⁴²⁵ GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Gordos e magros**. Ano I, nº VII, Diocese de Marabá/PA, Março de 1982, p. 09. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Imagem 26: Gordos e magros.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Gordos e magros.** Ano I, nº VII, Diocese de Marabá/PA, Março de 1982, p. 09. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Imagem 27: Chega de exploração.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Capa.** Ano IV, nº 30, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1984, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Para fazer a crítica social o jornal alternativo *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* utilizou um conjunto de mensagens para melhor atingir seus leitores. Tais mensagens tinham variados significados e intenções, um jogo de palavras envolvendo o humor, a ironia e também a presença da musicalidade como forma de protesto, como a poesia abaixo intitulada *O agricultor*:

Veja o colono sem terra
E a sua situação
Pois tudo aquilo que colhe reparte com o seu patrão
Já a parte que lhe pertence
Vai pagar tributação
ICM, fundo-rural
E taxa de exportação
Diz que é pra ter assistência
Que é uma grande obrigação
Mas quando entre num hospital
É tratado como um cão
Falando em Fundo Rural
Como eu mesmo dizia
Quem consegue levar a vida
Na base da economia
Despois do sessenta e cinco
Ganha aposentadoria
Ganha só pra durar poucos dias
Pois pro serviço da roça
Já não tem mais serventia
E dizem ainda que é favor
Como se não merecia [*sic*]⁴²⁶

Podemos observar até aqui como a imprensa é um importante meio cultural para entender a história do país e da Amazônia, de modo particular. As mensagens transmitidas nas páginas do jornal alternativo ajudam perceber como as pessoas viviam na década de 1980, seus modos de vidas, sofrimento e luta que enfrentaram em defesa da dignidade humana. Nesse sentido, vale a pena refletir a importância do jornal como um objeto e fonte de pesquisa para nós historiadores, questão que será abordada a seguir.

⁴²⁶ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Poesia do agricultor**. Op. Cit., 1981, p. 06.

3.3 A imprensa brasileira como espaço cultural, político e de lutas sociais

Marc Bloch em suas reflexões acerca do ofício do historiador refletiu uma série de questões acerca do nosso trabalho de investigação em *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Entre as quais selecionamos uma: a problematização a respeito do ídolo das origens. O historiador advertiu que a “obsessão das origens” deve ser estudada e analisada com cautela, posto que a sua busca em determinado estudo não pode ser apreendida como “um começo que explica” por si só as transformações humanas no tempo, uma vez que, o historiador ao pensar dessa forma, “aí mora a ambiguidade; aí mora o perigo”, haja vista que “os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados”⁴²⁷.

Concordamos com a observação do historiador e suas ideias podem nos ajudar em compreender as ações de homens e mulheres por meio da imprensa. Não temos a tarefa de apenas situar o surgimento da imprensa no Brasil em 1808, pois buscamos entender e problematizar o papel político e informativo que os jornais possuem diante da sociedade civil.

O jornal alternativo *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* esteve situado em um contexto em que os jornais (tanto da imprensa alternativa quanto da grande imprensa) se faziam bastante presente no cotidiano das pessoas. Os impressos eram múltiplos, cada um deles apresentavam particularidades e dificuldades, dado que alguns sofriam com a regularidade de circulação e com a questão financeira (como os jornais alternativos). Tiveram ainda que conviver com a presença da censura durante a ditadura militar (1964-1980), a exemplo de *O Grito da PA 150* que foi apreendido pelo SNI e um dos seus integrantes que ajudava na venda do jornal foi preso, como vimos no segundo capítulo (p. 80-90).

Nesse sentido, conforme Bernardo Kucinski, entre 1964 e 1980 o país foi palco do nascimento de muitos jornais conhecidos por imprensa alternativa. Eles apresentavam uma linha editorial divergente tanto na sua forma quanto no seu conteúdo no tange aos jornais convencionais de grande circulação, conhecido também por *imprensa comercial* ou mesmo *imprensa empresarial*⁴²⁸.

Segundo Venício Limas, os jornais e a grande imprensa, de modo particular, agiram em momentos históricos “decisivamente para a formação da opinião e dos juízos

⁴²⁷ BLOCH, March. O ídolo das origens. In: **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001, pp. 51-60.

⁴²⁸ KUCINSKI, Bernardo. Op. Cit., 2001.

públicos” dos seus leitores. Por conta das mensagens propagadas geraram impactos sociais na arena política, influenciando a economia e a esfera cultural da sociedade brasileira⁴²⁹.

Tamanha é a importância dos jornais que até contribuiu para o desgaste da imagem e da reputação de líderes políticos da presidência do país, como foi o caso do jornal *O Estado de São Paulo* (*Estadão* ou OESP)⁴³⁰ em 2016, cujo comportamento nos seus editoriais narrando e comentando as supostas “pedaladas fiscais” do governo da presidenta Dilma Rousseff, eleita pelo Partido dos Trabalhadores democraticamente em 2014, desempenhou um importante papel político na “opinião pública” (que é na verdade a opinião da empresa e dos seus apoiadores), culminando no “golpe parlamentar travestido de *impeachment*”, conforme Cássio Augusto⁴³¹.

Em outra pesquisa, o historiador assinalou que o jornal da família Mesquita possui historicamente fortes laços com a ideologia liberal e neoliberal, da meritocracia e com setores do empresariado, sobretudo com a Federação das indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Por outro lado, apresenta certo distanciamento em relação às camadas subalternas que reivindicam suas demandas sociais nos partidos políticos de esquerda, nas greves e nos movimentos sociais. É visível, por parte do jornal empresarial, uma preferência política voltada para uma determinada classe social e em favor do mercado financeiro⁴³².

Alguns jornais da imprensa comercial procuraram manifestar posicionamentos ao longo do tempo como se fosse um “quarto poder” na fiscalização dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Muitas vezes contribuíram com a formação da opinião pública e, dependendo do momento político, acabaram contribuindo para a instabilidade social.

Sobre a opinião pública, a imprensa pode influenciar em seus resultados e por isso devemos ter alguns cuidados em analisar certas entrevistas presente nos editoriais, como foi observado por Rodrigo Patto acerca dos dados extraídos do Instituto Brasileiro de

⁴²⁹ LIMA, Venício A. de **As tarefas críticas de um intelectual público**. Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)/ Emiliano José. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 18.

⁴³⁰ O jornal foi fundado em 4 de janeiro de 1875 por setores da elite rural cafeeira e da burguesia ascendente de São Paulo, ligados a certos grupos do Partido Republicano Paulista (PRP) com a designação de *A Província de São Paulo*. A partir de janeiro de 1889 seu nome muda para *O Estado de São Paulo*, bem como algumas ideias políticas, posto que passasse a defender com ressalvas, desde 1885, e não desde seu nascimento, posições republicanas e abolicionistas. Em 1902 Júlio Mesquita se tornou proprietário do jornal, sendo que sua atuação no periódico era desde 1885, quando então, foi redator do veículo de comunicação e evitou a sua falência no mesmo ano GUILHERME, Cássio Augusto. **O jornal O Estado de S. Paulo no impeachment de 2016: forjando o consenso contra o lulismo (2011-2016)** - Maringá, PR, 2021, pp. 35-39.

⁴³¹ O trabalho do autor girou em torno do caderno “Nacional” e dos editoriais, especialmente dos jornalistas Dora Kramer e Eliane Cantanhêde, pois revelavam visões de bastidores e interpretações do momento imediato, permitindo compreender a posição do jornal. Ibidem, p. 18.

⁴³² GUILHERME, Cássio Augusto. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, v. 40, jan.-jun. 2018, p. 199-223.

Opinião Pública e Estatística (IBOPE). O historiador investigou a partir de uma pesquisa realizada em uma metrópole (São Paulo) e duas cidades (Araraquara e Avaí) algumas questões pertinentes. Para isso, dividiu a pesquisa em dois momentos, uma antes do golpe civil-militar de 1964, entre 20 e 30 de março de 1964. O segundo momento foi com a ditadura militar já posta, entre os dias 12 e 22 de maio, além de uma enquete entrevistando pessoas em Guanabara (Rio de Janeiro), entre 24 e 29 de junho de 1964.

Segundo Patto, o IBOPE revelava antes do golpe que derrubou João Goulart que o presidente apresentava certa aprovação do eleitorado, bem como as reformas de base, a exemplo da reforma agrária. No entanto, quase um mês após o golpe, há uma defesa da saída de João Goulart do poder executivo, assim como o seu expurgo político e de grupos voltadas à esquerda. Como foi possível a mudança tão drástica? Na visão do autor, uma das explicações possíveis e que ajudaram na mudança vespertina da opinião pública foram os editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.

O historiador fez uma ressalva, pois não se tratava de “supervalorizar a influência da mídia no tocante ao apoio ao regime militar”, visto que o golpe já estava em curso e fazia parte do cenário político brasileiro. Não obstante, acrescenta o pesquisador, os discursos dos grandes meios de comunicação em favor do golpe civil-militar “predominaram na mídia nas primeiras semanas e devem ter contribuído para mudar a opinião dos cidadãos”⁴³³

Em vista disso, alguns cuidados se fazem necessário ao analisar os jornais enquanto fonte e objeto de nossas pesquisas, já que eles apresentam profundas relações com os aspectos sociais, culturais e políticos, tanto em um passado remoto quanto no tempo presente. É fundamental a realização de uma crítica documental consistente dos jornais e o cruzamento das informações presente nos editoriais com outras fontes históricas, como realizamos ao longo do presente estudo sobre a luta pela reforma agrária no sudeste paraense, porque seus conteúdos não registram de forma alegórica e sem intencionalidades os acontecimentos do tempo vivido.

Em outras palavras, os jornais que circulam nas fábricas, nas praças, Igrejas, sindicatos, nos grandes centros urbanos e na zona rural não carregam neutralidade em seus conteúdos. Pelo contrário, há muitos embates políticos, disputas de memórias, a exemplo das propagandas de jornais empresariais que muitas vezes buscam criminalizar pessoas ou

⁴³³ PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, vol. 20, 2014, p. 12.

movimentos sociais. Contudo, vale ressaltar, os jornais ajudam organizar pessoas politicamente e convocar sujeitos para contestar uma adversidade sofrida, como foi o caso do jornal alternativo *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, como podemos visualizar na imagem que se segue que mostra os trabalhadores unidos.

Figura 28: Unidos somos fortes.



O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Capa.** Ano IV, nº 30, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1984, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

Essas questões revelam para nós historiadores caminhos para a observação atenta e cuidadosa ao folhear as páginas dos jornais, porquanto que eles não são homogêneos. *O Grito da PA 150*, de modo particular, manifestou uma posição diante dos camponeses e defendeu os interesses políticos e sociais dos mais pobres dentro da bandeira da reforma agrária.

Ao longo do tempo surgiram diversos impressos – desde o século XIX até o tempo presente – e difundiram manifestações diferentes e que não nos cabe aqui salientar todos, mas é pertinente frisar que os jornais são vestígios humanos no tempo “que nos aparecem como documentos e como ato memorável” para reconstituir histórias muitas vezes conflitantes⁴³⁴. Lembrando que ao analisarmos, como qualquer outra fonte histórica, devemos situá-los em seu contexto temporal, pois não “se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”, como já ressaltava Marc Bloch⁴³⁵.

Vale mencionar ainda que nem sempre os jornais foram entendidos como fonte de estudo confiável para os historiadores, há uma explicação para isso. Segundo a historiadora Tânia Regina de Luca, foi a partir dos anos 1970 que os historiadores começaram o estudo mais sistemático dos jornais enquanto objeto e fonte de pesquisa. Ainda assim, ainda

⁴³⁴ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 13.

⁴³⁵ BLOCH, Marc. Op. Cit., 2001, p. 60.

existia certo receio teórico e metodológico por parte de alguns historiadores em utilizar os jornais em seus trabalhos sobre a história do Brasil, não sendo exclusividade brasileira. Para alguns pensadores, os jornais eram portadores de subjetividades e, por isso, não seriam fontes confiáveis para a investigação histórica⁴³⁶.

Tal visão era fruto de uma tradição da historiografia dominante da escola “metódica”, dita muitas vezes por “positivista”, do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Segundo a visão desses historiadores, a busca da verdade seria alcançada por meio da objetividade, neutralidade e com o devido distanciamento temporal do historiador. Somado a essas questões, deveria ser utilizadas fontes históricas essencialmente escritas e oficiais para se chegar à confiabilidade que só esses documentos poderiam proporcionar à escrita da história⁴³⁷. Desse modo, conforme Luca, a historiografia dominante entendia que:

Os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédicas do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas⁴³⁸.

Enquanto nós historiadores demoramos em utilizar os jornais como fontes históricas a fim de compreender as ações humanas por meio dos periódicos, outras áreas do conhecimento já faziam. Gilberto Freyre, ao realizar um estudo utilizando a imprensa como fonte, revelou como nós historiadores deixamos de compreender por certo tempo as camadas sociais historicamente ignoradas. O sociólogo analisou os anúncios de escravos nas páginas dos jornais, possibilitando “a interpretação de certos aspectos do nosso século XIX”⁴³⁹.

Seu propósito em *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX* foi perceber como eram retratados a fuga de homens e mulheres escravizados, os quais

⁴³⁶ LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas** Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2. ed., 1ª reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008, p. 112.

⁴³⁷ PETER, Burke. Abertura: A Nova História, Seu Passado e Seu Futuro. In: **A Escrita da história: novas perspectivas**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 07-38 e BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. A escola metódica. In: **As escolas históricas**. Trad. Fernando Scheibe. — 1 ed. — Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 (Coleção História e Historiografia), p. 165-197.

⁴³⁸ LUCA, Tânia. Op. Cit., 2008, p. 112.

⁴³⁹ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncio de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. Apresentação de Alberto da Costa e Silva; biobibliografia Edson Nery da Fonseca; índices elaborados por Gustavo Henrique Tuna.** — 4 ed., São Paulo: Global, 2010, p. 88.

eram veiculados nos anúncios de dois impressos, *Diário de Pernambuco* (Recife) e o *Jornal do Comercio* (Rio de Janeiro).

O trabalho de Freyre revela para nós historiadores importantes caminhos para olhar de modo crítico os jornais numa perspectiva social e também antropológica, dado que nos anúncios conseguimos extrair os motivos das fugas dos escravizados, posto que esses homens e mulheres eram submetidos ao trabalho degradante e sofreram com o castigo físico, psicológico e com a má alimentação no além-mar em condições desumanas.

O material coletado por Freyre foram cerca de dez mil anúncios, os quais retratavam os homens e as mulheres que fugiram por meio do “traço identificador a marca da surra, a ferida ou cicatriz de ‘anjinho’ de tronco, de corrente no pescoço, de ferro nos pés”. As marcas da tortura eram veiculadas nas páginas dos jornais sem nenhuma preocupação com a linguagem, dado que os escravizados eram entendidos como mercadorias. O autor esclareceu ainda que o desaparecimento de “compras, vendas, troca, aluguel, leilões e fugas” só aconteceram durante os intensos debates da campanha abolicionista⁴⁴⁰.

Um dos impressos analisados por Freyre, o *Jornal do Comercio*, segundo Marialva Barbosa, foi um dos jornais que modificou o seu estilo empresarial com a finalidade de atender os interesses do poder político, porque era quem lhe concedia sustentação política e financeira. Manteve, assim sendo, seu perfil conservador e orgulhando-se de ser “o jornal das classes dominantes conservadoras, lido pelos políticos, pelos homens de negócios”⁴⁴¹. Pelo perfil do público alvo do jornal conseguimos compreender o motivo de ser o impresso que transmitiam em suas páginas os anúncios de fugas dos escravizados sem nenhum pudor.

No Pará, o historiador José Maia buscou compreender por meio das imagens – não iconográficas – os escravos fugidos entre os anos 1840 a 1888 em anúncios de jornais, como *O Publicador Paraense*, *Diário do Gram-Pará*, *Jornal do Pará* e *O Planeta*. A partir do seu estudo social da escravidão, o autor identificou em cerca de mil anúncios a condição do escravo para além da utilização da mão-de-obra ou mesmo como propriedade de alguém, dado que esses homens e mulheres são portadores de particularidades e que deve

⁴⁴⁰Ibidem, p. 95-114.

⁴⁴¹BARBOSA, Op. Cit., 2007, p. 45.

ser problematizada a questão da fuga, como de sujeitos de nome Futinato, Florencia, Joaquim, Maximiano, Rafael, Pedro e outros cativos⁴⁴².

Assim como o trabalho de Freyre, os anúncios revelam as marcas físicas que eram deixadas nos sujeitos na cidade de Belém, tais como açoites e o uso de ferros que “imprimia marcas do domínio senhorial nos corpos escravos”, assim como, as condições de saúde e má alimentação dos escravizados, bem como a relação de trabalho que era desenvolvido pelos cativos, posto que eram “sujeitos integrantes das classes trabalhadoras”, a exemplo do mestre pedreiro Gregório⁴⁴³.

Saído do século XIX e voltando para o XX é preciso contextualizar algumas questões. Os jornais, como já salientamos, não são neutros, visto que muitos apresentam de modo claro sua preferência social e política nas suas páginas, cabendo a nós historiadores utilizarmos em nossas pesquisas de modo crítico, já que muitos deles buscam defender pontos de vistas e, conseqüentemente, a sua “verdade”. Um exemplo a ser mencionado foi o caso do jornal *O Estado de S. Paulo* ao estampar em seu editorial em 1968 a seguinte frase: *Apressa-se integração da Amazônia*. Na ocasião, o jornal concordava com a visão de Helio Beltrão, ministro de planejamento de Costa e Silva, sobre a região amazônica, pois a sua “ocupação” iria:

Propiciar a efetiva ocupação dos espaços vazios e zonas de fronteiras, mediante projetos de colonização e povoamento orientados [...] possibilitando a real ocupação da Amazônia em pontos estratégicos e criando condições para que essa ocupação se irradie até a total integração da região⁴⁴⁴

Alguns anos mais tarde, o mesmo jornal noticiava em um editorial os problemas ocasionados pelo suposto desenvolvimento da região iniciada na década de 1960 por conta dos incentivos fiscais (explicado no primeiro capítulo). O Título do editorial era o seguinte: *A Transamazônica, os erros de uma experiência*. Neste último, foi relatado os problemas sociais que a região amazônica foi palco, já que foi presente “os conflitos armados entre

⁴⁴²BEZERRA NETO, José Maia. Imagens escravas nas visões senhoriais: Uma leitura dos corpos escravos através dos anúncios de fugas (Século XIX). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará** (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 07, n. 03, pp. 86-92.

⁴⁴³ Ibidem, p.p 92-95.

⁴⁴⁴ O ESTADO DE S. PAULO. **Apressa-se integração da Amazônia**. 07/08/1968, p. 05. Repositório Digital.

fazendeiros e posseiros”⁴⁴⁵. Já em outro editorial dizia-se o seguinte: *Ali acontece tudo: mortes, torturas, massacres*⁴⁴⁶.

Muitos jornais incentivaram a instalação de empresas e particulares na Amazônia Oriental, mas depois de certo tempo, começam publicar parte da violência que a região estava vivenciando por conta da vinda dos grandes projetos. Assim sendo, é importante problematizarmos essas informações e, quando possível, cruzar com outras fontes históricas. Nesse sentido, o Jornal *Grito da PA 150* foi um importante jornal para contrargumentar os discursos de jornais empresariais que defendiam a “ocupação dos espaços vazios” e a “total integração da região”. Ao realizarmos isso, podemos reconstituir histórias de homens e mulheres de camadas sociais historicamente marginalizadas.

Desse modo, como notaram as historiadoras Heloisa de Farias e Maria do Rosário, a imprensa não pode ser analisada pelo historiador “como objetos mortos, descolados das tramas históricas nas quais se constituem”, pois falam de um lugar social determinado e possuem intencionalidades, visto que “demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”⁴⁴⁷.

Jean Jacques Becker fez um importante apontamento sobre os jornais, pois a imprensa não pode ser entendida apenas como um veículo de expressão independente, “mas também, e com muita mais frequência, de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros”⁴⁴⁸. Por vezes tomam frente política, como fez o *Estadão* na década de 1960 ao incentivar a “ocupação” do sul e sudeste paraense. Ou mesmo como fizeram outros jornais da grande imprensa, a exemplo do *O Liberal*, *Folha do Norte* e *Folha Vespertina* que apoiaram o golpe civil-militar no Pará em 1964, segundo Paulo Roberto Ferreira⁴⁴⁹.

Apesar disso, é importante frisar que muito embora os periódicos tenham ação política, segundo Francisco Weffort, ao analisar o *Estado de S. Paulo* e a *Folha de São Paulo* nas manifestações pelas *Diretas Já*, os jornais não podem ser compreendidos como partido político. Na visão do autor, os jornais são empresas que buscam defender seus

⁴⁴⁵ O ESTADO DE S. PAULO. No rastro da aventura e da solidão. In: **A Transamazônica, os erros de uma experiência**. 28/09/1978, p. 25. Repositório Digital.

⁴⁴⁶ O ESTADO DE S. PAULO. **Ali acontece tudo: mortes, torturas, massacres**. 27/08/1980, p. 11. Repositório Digital.

⁴⁴⁷ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas Sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, dez. 2007, pp. 256-258.

⁴⁴⁸ BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In: **Por uma história política**. (org) René Rémond, p. 196.

⁴⁴⁹ FERREIRA, Paulo Roberto. Op. Cit., 2015, p. 43-65.

interesses de acordo com o momento político, adaptando ou até mudando seus discursos nos editoriais quando são ameaçados⁴⁵⁰. Na concepção do cientista político, os

... jornais são, de fato, empresas e um público de leitores é muito mais um público de consumidores do que adeptos de uma causa política. Esta é a diferença mais significativa entre a opinião de um partido e a opinião de um jornal. As opiniões de um jornal são, normalmente, parte de uma mercadoria que envolve também palavras cruzadas, histórias em quadrinhos e anúncios classificados⁴⁵¹.

Para Pere Petit, ao investigar as disputas políticas e eleitorais de jornais que circularam em Belém entre o final do século XIX a 2018, argumentou que os *jornais empresariais* fazem suas escolhas políticas em distintas conjunturas a partir de “trocas de favores”, seja com partidos políticos, como também com os “candidatos que desempenhavam ou poderiam assumir um papel relevante nas principais instituições político-administrativas do país e do Pará”⁴⁵².

Desse modo, pensando o papel político dos jornais, cabe lembrar as ideias de Antônio Gramsci analisadas por Hugues Portelli. Segundo este, Antônio Gramsci atribuiu um papel importante à imprensa e ao sistema editorial como sendo “a terceira instituição máxima da sociedade civil” – as outras seriam a Igreja e a escola – como formas que a classe dirigente organiza e difunde sua estrutura e o material ideológico no seio do bloco histórico. Nesse sentido, a atenção dada pelo pensador marxista à imprensa (material ideológico) se justifica em virtude que seria o meio de comunicação social que permite influenciar, seja de forma indireta ou direta, a opinião pública do eleitorado⁴⁵³.

A atuação da grande imprensa no golpe civil-militar ainda nos chama bastante atenção, visto que a imprensa comercial desempenhou um importante papel de prestação de serviço para formar a opinião das pessoas, cujo propósito era assegurar seus interesses não apenas econômicos, bem como políticos e conservadores (culturais). O momento era marcado pelo conflito da Guerra Fria em que questões que ameaçasse o *status quo* eram interpretadas, na maioria das vezes, como sendo uma ameaça comunista.

Não obstante, é importante dizer que a imprensa, conforme Rodrigo Patto, não apenas influencia seus leitores, pois ela convive também sob a “influência do Estado, seja

⁴⁵⁰ WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? *Lua Nova*, vol. 1, nº 2, 1984, pp. 38-39.

⁴⁵¹ WEFFORT, Francisco. Op. Cit., 1984, pp. 38-39.

⁴⁵² PERE, Petit. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). In: César Augusto. (Org.). **Histórias Impresas: imprensa e periodismo na Região Norte - 1930-1988**. 01 ed. Manaus: Valer, 2022, v. 01, p. 185-212.

⁴⁵³ HUGUES, Portelli. A superestrutura do bloco histórico. In: **Gramsci e o Bloco Histórico**. Trad. Angelina Peralva, Rio de Janeiro Paz e Terra, 1977, pp. 28-30.

de ordem financeira, na forma de vantagens ou publicidade oficial, seja pela ameaça de ações coercitivas”, do mesmo modo que “também sofre a influência do público, da sua clientela”⁴⁵⁴.

Nelson Sodré pensando o papel social e político da imprensa na história do Brasil defendeu que sua contribuição à tentativa de golpe em 1961, muito embora fracassada, foi um ensaio para a destituição forçada de João Goulart em 1964, visto que:

[...] vencido em 1961, o movimento antinacional e antidemocrático retraiu-se, organizou-se e preparou, longa e meticulosamente a investida que lhe permitiria a vitória. Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão⁴⁵⁵.

Por conta do apoio da grande mídia na tarefa de informar e formar a opinião pública no golpe de 1964, levou alguns pensadores a compreenderem, como Juremir Machado da Silva, que o golpe além de ser civil e militar, foi também midiático⁴⁵⁶ e “poucas vezes a imprensa foi tão golpista”, assim como, “raramente se sentiu tão feliz e poderosa”⁴⁵⁷.

As imprensas que surgiram ao longo do tempo não formam um bloco homogêneo, como já sabemos. Após o golpe civil militar, diversos jornais foram criados em contraposição a ditadura militar, lutavam em favor da democracia e dos direitos humanos, já que “como as esquerdas estavam impedidas pela censura de divulgar suas posições políticas e suas críticas ao regime, utilizavam a imprensa alternativa para esse fim”⁴⁵⁸. Para Bernardo Kucinski, os jornais alternativos foram os primeiros modelos informativos a denunciarem as violações aos direitos humanos que estavam encobertos pelas práticas repressivas da polícia política e em denunciar as práticas de censura realizada pelo Estado, sobretudo após 1968 com a instauração do AI-5, bem como criticar o suposto milagre econômico⁴⁵⁹.

Os jornais alternativos tinham características que devem ser levadas em consideração, entretanto, não é tarefa deste trabalho pormenorizar os embates políticos que

⁴⁵⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan. /Jul. 2013, p. 66.

⁴⁵⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

⁴⁵⁶ SILVA, Juremir Machado. 1964: **Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

⁴⁵⁷ SILVA, Juremir Machado. Jango: **Vida e morte no exílio**. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 208.

⁴⁵⁸ ABREU, Alzira Alves de. Op. Cit., 2002, p. 19-20.

⁴⁵⁹ KUCINSKI, Bernardo. Op. Cit., 2001, p. 171.

as esquerdas realizaram por meio dos periódicos, bem como seus ideais para a construção de projeto de Estado. Foram criados vários jornais no país, como *Em Tempo*, *Opinião*, *Movimento*, *Pasquim*, *Coojornal*, *Versus*, *Brasil Mulher*, *Lampião* e outros ligados aos movimentos sociais, as atividades sindicais e partidárias⁴⁶⁰.

Os jornais alternativos não foram exclusividade do Centro Sul e Sudeste do país. No Acre havia o *Varadouro*, que “Chico Mendes carregava [...] na mochila, para vender nos seringais”. No Estado do Pará, por exemplo, em 1975 foi criado o *Bandeira 3*, organizado por Lúcio Flávio Pinto. “Apesar de sua proposta editorial dirigida à periferia de Belém do Pará, [...] tornou-se um jornal basicamente voltado à classe média politizada”. Em 1979 foi criado o jornal intitulado por *Nanico*, “por recém-formados do curso de jornalismo da Universidade Federal do Pará”, tendo ao longo de circulação nove edições, oito delas mensais até agosto de 1980⁴⁶¹.

No Pará o maior periódico em circulação foi fundado em 8 de agosto de 1977 conhecido por o jornal *Resistência*. Era editado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), tendo entre suas lideranças políticas Humberto Rocha Cunha e Paulo Fonteles. Este último foi um importante quadro na luta pela terra no sul e sudeste do Pará ao assessorar os posseiros juridicamente. Desse modo, passou ser conhecido nas páginas do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* por advogado do mato por conta dos seus trabalhos nas florestas da região.

A importância de situar a imprensa no tempo e no espaço na gestação da sociedade brasileira justifica-se, pois:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira [...]. [Portanto] não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural do país⁴⁶².

O marco para o surgimento da imprensa brasileira, que inicialmente era em formato de livro, foi com a publicação do jornal *Correio brasiliense* em 1º de junho de 1808 em Londres, na Inglaterra, por Hipólito da Costa. O momento do surgimento da

⁴⁶⁰ Comissão Nacional da Verdade de São Paulo. **Imprensa de resistência à Ditadura**. Relatório - Tomo I - Parte III - Imprensa de Resistência à Ditadura, p. 01-50.

⁴⁶¹ KUCINSKI, Bernardo. Op. Cit., 2001, p. 20-87

⁴⁶² MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**.- 2. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018, p. 8.

imprensa foi marcado pela chegada da família real na América⁴⁶³. Contudo, isso não pode ser interpretado que não havia a circulação de impressos na colônia antes de 1808, dado que “o Brasil era, sim, um lugar sem imprensa, mas não sem livros”⁴⁶⁴. Desse modo, desde o século XVIII havia jornais, panfletos e livros que eram fabricados e recebidos no Brasil. Assim sendo, segundo Isabel Lustosa:

Antes mesmo de 1808, foi possível inventariar mais de trezentas obras de autores nascidos no território brasileiro, incluindo não só livros, mas impressos anônimos, relatando festejos e acontecimentos, [...] além de alguns manuscritos inéditos de autores clássicos. Eram textos variados: desde narrativas históricas até poesias⁴⁶⁵.

Por conseguinte, os jornais são fundamentais para captar percepções que os homens e as mulheres deixaram no tempo. A imprensa ajuda entender a política, a economia e os problemas sociais, como foi o caso do sudeste paraense a partir da década de 1960. Não podemos deixar de mencionar que o estudo da imprensa está estritamente relacionado com a introdução de novas fontes históricas para a escrita da história, fruto das problematizações da História Nova, que além de ampliar própria a fronteira da ciência-histórica, fomentou “novos problemas, novas abordagens e novos objetos”⁴⁶⁶.

⁴⁶³ LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, pp. 7-71.

⁴⁶⁴ ABREU, Márcia. **Impressão Régia do Rio de Janeiro**: novas perspectivas. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Realização FCRB. UFF/PPGCOM. UFF/LIHED. 8 a 11 de novembro de 2004. Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil, p. 02.

⁴⁶⁵ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: **História da imprensa no Brasil**. Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). – 2 ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018, p. 24.

⁴⁶⁶ BLOCH, Marc. Op. Cit., 2001, p. 22.

CONCLUSÃO

As interpretações a respeito do campesinato até 1960 giravam em torno dos debates acerca dos resquícios feudais ou não na agricultura brasileira, como a visão de Paulo Rangel Schilling do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Para ele a reforma agrária levaria a eliminação dos resíduos feudais no campesinato, defendendo a difusão aos assalariados do campo a legislação em vigor aos trabalhadores urbanos e a alteração do direito de propriedade presente na Constituição de 1946, em seu artigo 141, parágrafo 16 que defendia a desapropriação mediante “prévia e justa indenização em dinheiro”⁴⁶⁷.

Parte dessa proposta de reforma agrária já havia sido apresentada pelo deputado do PTB Coutinho Cavalcanti em 1954. Na ocasião defendeu que a desapropriação de terras deveria partir da indenização declarada pelo proprietário no momento que adquiriu a propriedade, gerando resistência por parte dos grandes proprietários de terras⁴⁶⁸.

Autores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como Alberto Passos Guimarães, Nelson Sodré e Maurício Vinhas, também enxergaram no campo os traços feudais. Para Nelson Sodré, o trabalho escravo transfigurou-se tanto para o trabalho assalariado quanto à servidão, sobressaindo este último como “um quadro feudal inequívoco”⁴⁶⁹. Na visão de Alberto Guimarães, os historiadores ao negarem a concepção feudo-colonial retiravam da reforma agrária sua concepção revolucionária, que era “extirpar e destruir, em nossa agricultura, as relações de produção do tipo feudal”⁴⁷⁰. Segundo Maurício Vinhas, superar essa condição do campesinato brasileiro contribuiria à extinção “antieconômica e anti-social que entrava a penetração do capitalismo no campo”⁴⁷¹.

⁴⁶⁷ SCHILLING, Paulo Rangel. Do “caminho brasileiro” de reforma agrária – 1962. In: **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional- 1500 – 1960**. João Pedro Stedile (Org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) – 2. Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 238.

⁴⁶⁸

⁴⁶⁹ SODRÉ, Nelson. Formação histórica do Brasil. In: **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional- 1500 – 1960**. João Pedro Stedile (Org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) – 2. Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 118.

⁴⁷⁰ GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. In: **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional- 1500 – 1960**. João Pedro Stedile (Org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) – 2. Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 49-54.

⁴⁷¹ VNHAS, Moisés. Problemas agrário – camponeses do Brasil - 1968. In: **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional- 1500 – 1960**. João Pedro Stedile (Org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) – 2. Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 151.

Segundo Ricardo Abramovay, maior parte dos pensadores do PCB e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entendiam que a reforma agrária era uma “pré-condição à continuidade do desenvolvimento capitalista”⁴⁷².

As concepções defendidas pelos intelectuais do PCB foram duramente questionadas por Caio Prado Junior, uma vez que a interpretação “feudal” ou dos “restos feudais” era incoerente com a realidade social agrária brasileira baseada em um desenvolvimento particular de capitalismo: dependente e voltada para o mercado externo.

O anacronismo realizado por esses pensadores foi transferir o modelo do feudalismo da Europa para interpretar a questão agrária do país. Assim, ressaltou Caio Prado, para pensar a questão da reforma agrária no Brasil deveria ser retirada a categoria do resquício feudal e pré-capitalista do estudo. Seu ponto de vista acerca da reforma agrária consistia que a terra estivesse em benefício dos que nela trabalham, mas não se traduzisse “simplesmente um ‘negócio’ de pequena minoria” e nem apenas que ela fosse o parcelamento da propriedade rural e a extinção do latifúndio, posto que, além dessas questões, era fundamental uma legislação de proteção aos trabalhadores do campo⁴⁷³.

O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, diferente da visão dos que defendiam traços feudais no campesinato, percebia avanços significativos e mudanças estruturais nas relações entre o homem e a natureza ocasionada por conta da penetração do capitalismo no espaço agrário. Questão observada por alguns pesquisadores, como Ricardo Abramovay, posto que “o capitalismo no campo vai muito bem sem a reforma agrária”⁴⁷⁴.

Nesse sentido, as ideias de Raymond Willians nos ajudou compreender melhor o capitalismo no espaço rural e a transformação do campo, um espaço historicamente entendido como “forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples”⁴⁷⁵. Pensando as modificações na paisagem da Inglaterra durante a revolução industrial, o historiador observou que o capitalismo “conseguiu transformar o meio de modo extraordinariamente produtivo, utilizando tanto os homens quanto a natureza como instrumento para a realização de um propósito dominante”⁴⁷⁶.

Para o jornal alternativo *O Grito da PA 150*, as modificações da natureza no sudeste paraense foram ocasionadas por conta dos grandes projetos para o suposto

⁴⁷² ABRAMOVAY, Ricardo. Op. Cit., 1986, p. 14.

⁴⁷³ PRADO JUNIOR, Caio. Op. Cit., 2014, p. 283-419.

⁴⁷⁴ ABRAMOVAY, Ricardo. Op. Cit., 1986, p. 14.

⁴⁷⁵ WILLIANS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Trad. Paulo Henrique Britto. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 11.

⁴⁷⁶ p. 117-118.

desenvolvimento da região amazônica iniciado na década de 1960 por conta dos incentivos fiscais. Todavia, salientava aos leitores que o problema era estrutural, já que tinha uma gestação desde a formação Brasil, pois:

a questão da terra desde muito tempo, foi implantada na base da concentração [...]. São quase 500 anos de um sistema de latifúndio de dominação e exploração em cima dos índios, dos escravos e dos lavradores⁴⁷⁷.

Essa questão foi problematizada por José Murilo de Carvalho no contexto das celebrações dos 500 anos da conquista do território por parte dos portugueses. Na época, o autor enfatizava que não havia muito a ser comemorado, uma vez que muitas pessoas ainda estavam excluídas da cidadania plena, sendo a desigualdade social bastante visível. Segundo o pensador, existiam quatro questões que marcaram a formação do Estado Nação: a escravidão, o patriarcalismo, patrimonialismo e o latifúndio⁴⁷⁸.

O jornal alternativo *O Grito da PA 150* denunciou nas suas páginas de modo claro duas delas, a exemplo do trabalho análogo à escravidão e o latifúndio. É importante recordar que a concentração de terras apresentou ao longo do tempo diferentes modelos e a própria interpretação acerca do significado sobre a questão da terra passaram por transformações, pois com a aprovação da Lei de Terras em 1850 a terra passou ser considerada uma mercadoria, segundo Ligia Osório⁴⁷⁹. A legislação de terras tinha enquanto objetivo “desestimular os pequenos agricultores ligados à subsistência” e criar obstáculos para “a aquisição de terras pelos futuros imigrantes”⁴⁸⁰.

Nesse sentido, a agricultura de subsistência apresenta um histórico de desvalorização que o jornal alternativo problematizou nos seus editoriais, estimulando a todo custo a luta pela agricultura familiar e a mobilização dos camponeses em Associações de Bairros, nas CEB's, Assembleias do Povo de Deus, Oposições Sindicais e no Partido Político. No entanto, a luta pela reforma agrária não foi nada fácil, como constatamos ao

⁴⁷⁷ O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Política da Terra**. Ano I, nº 05, Diocese de Marabá/PA, Setembro de 1980, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

⁴⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. Quatro pecados capitais. In: **O pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil**. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2007, p. 38-39

⁴⁷⁹ SILVA, Ligia Osorio. A lei de Terras. In: **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2 ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

⁴⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloise Murgel. Bons e maus ventos. In: **Brasil: uma biografia**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2018, p. 274.

longo do trabalho, uma vez que diversas pessoas foram presas, torturadas, assassinadas e o próprio jornal alternativo chegou ser apreendido por manifestar conteúdo “subversivo”.

Norberto Bobbio, ao discutir as concepções e os projetos políticos que diferenciam os grupos de *direita* e *esquerda*, compreendeu que “para a esquerda, as batalhas contra as diversas formas de desigualdades são momentos de uma única guerra”⁴⁸¹. O cenário de guerra presente nas páginas do jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* foi o sudeste paraense, um espaço marcado pela desigualdade social e pela má distribuição da terra em um momento de transição da ditadura militar para a “Nova República”. Embora houvesse a transição de um período para outro, não podemos esquecer os resquícios do autoritarismo e da repressão no espaço agrário, pois notamos o aumento de forma vertiginosa dos conflitos fundiários e a morte no campo, como foi constatado ao longo da pesquisa.

O jornal alternativo apresentava nas suas páginas ideias e concepções voltadas à esquerda ao defender a justiça social aos mais pobres. Contou com apoio de setores da Igreja Católica na luta pela reforma agrária, pois os camponeses tinham o direito “da posse da terra como um direito humano”⁴⁸².

Constatamos ainda que a luta pela reforma agrária não se deu sem o uso da violência por parte do Estado (INCRA, GETAT, PM, PF e as forças armadas) e de entidades conservadoras, a exemplo da UDR. Mas os trabalhadores do campo não assistiram a violência física e psicológica sem reação, dado que os camponeses também pegaram em armas a fim de defender seus direitos e lutaram pela reforma agrária de forma radical e imediata, muito embora que a luta por terra, liberdade e dignidade foi uma batalha desigual, sangrenta e traumática.

Lembrar tais questões é fundamental, uma vez que a pesquisa problematizou histórias de homens e mulheres historicamente excluídos e marginalizados pelo Estado e elites locais. Procuramos ao longo da escrita compreender as “memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘Memória oficial’”, como havia ressaltado Michael Pollak ao estudar os grupos subalternos⁴⁸³.

⁴⁸¹ BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política**. 3ª Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 18.

⁴⁸² REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, 2012, p. 119.

⁴⁸³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 03, 1989.

Não conseguimos entrevistar lavradores para compreender melhor os embates sociais que esses homens e mulheres enfrentaram na década de 1980, bem como o motivo que levou o jornal alternativo deixar de circular durante os debates da reforma agrária na constituinte. Isso pode ser estudado melhor por outros historiadores e historiadoras. Parte dessa dificuldade se deu pelo motivo que o trabalho foi escrito em um momento traumático para muitas pessoas, pois o mundo passou por uma crise de saúde pública causada pela pandemia da Covid-19.

O passado e o presente estão entrelaçados, o que acaba evidenciando que parte da luta pela reforma agrária que os trabalhadores do campo vivenciaram nas páginas do jornal alternativo na década de 1980 ainda persiste no tempo presente, pois inúmeras pessoas estão em busca da cidadania plena no campo e muitos homens, mulheres e crianças ainda perdem suas vidas para o latifúndio na Amazônia Oriental.

Nesse sentido, Walter Benjamin ressaltou que o estudo do passado não significa conhecê-lo tal como ele foi, nem temos essa pretensão como os historiadores do século XIX, da escola metódica, dita “positivista”, tinham sobre a análise documental⁴⁸⁴. Compreender o passado para Walter Benjamin significa não deixar que algumas lembranças traumáticas retornem ao presente em forma de perigo ou ameaça. Desse modo, devemos sempre ficar em alerta contra o autoritarismo e a barbárie. Assim, cabe ao historiador a “convicção de que também os mortos não estão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso” e, por vezes, “esse inimigo não tem cessado de vencer”⁴⁸⁵.

⁴⁸⁴ REIS, José Carlos. A escola Metódica, dita “positivista”. In: **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte MG: Autêntica, 2006, p. 15-32.

⁴⁸⁵ LÖWY, Michael. Tese VI: **Walter Benjamin**: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 65.

REFERÊNCIAS

RELATOS ORAIS

Emmanuel Wambergue: **Depoimento** [abril de 2023] Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Marabá-Belém, 2023.

Maria Oneide Lima. **Depoimento** [agosto de 2017]. Entrevistadores: Fábio Pessôa e Emmanuel Wambergue. São Geraldo, Pará, 2017.

Paulo Joanil da Silva. **Depoimento** [janeiro de 2017]. Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Belém, janeiro de 2017.

Ricardo Rezende Figueira: **Depoimento** [abril de 2023] Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Rio de Janeiro-Belém, 2023.

WAMBERGUE, Emmanuel. A **Saga dos Posseiros no Araguaia-Tocantins**. Marabá, s/d, p. 6. (mimeo).

Roberto Valicourt. **Depoimento** [maio de 2015] Palestra realizada na Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará, 2015.

DOCUMENTOS

BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Operação Amazônia (Discursos)**. Serviço de Documentação e Divulgação, Belém – PA, 1968. Acervo da SUDAM, Tombo 4213.

BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Belém, Departamento Administrativo, Serviço de Documentação e Divulgação, 1968, Tombo 5115.

CPT. **Carta de solidariedade ao advogado da CPT**. In: Documentos do Movimento Popular. 13/09/1979. Acervo digital Paulo Fonteles, p. 15-16.

CPT. **Roteiro de Avaliação da CPT**. 31 de Outubro de 1980, p. 01-03. Centro de Documentação D. Tomás Balduino – CPT Nacional. Documentos Temáticos, pasta 416.

DELEGACIA DISTRITAL DE XINGUARA: C. DO ARAGUAIA-PA. **Auto de corpo de delito**. 02/06/1981, p. 02. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – DELEGACIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Relatório**. 02/07/1981, p. 03. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA TOCANTINS – GETAT, UNIDADE EXECUTIVA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Termo de Acordo**. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará, p. 01.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Agência de Belém, Inf. nº 2119, de 07/05/1979. Assunto: **Invasões de terras no sul do Pará**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-11.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 1428, de 14/05/1981. Assunto: **Movimento subversivo no sul do Pará**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-08.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 1896, de 11/02/1982. Assunto: **Problema de terras envolvendo Manoel Cardoso Neto e o sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-13.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 2112, de 14/05/1980. Assunto: Padre Paulo Joanil Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 5541, de 30/08/1985. Assunto: **Designação da Comissão Diretora Regional Provisória para o Estado do Pará**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-16.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 5189, de 12/02/1985. Assunto: **Constituição de grupos armados, por parte de fazendeiros, visando à proteção de suas propriedades – Pará**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 01-11.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 5208, de 26/09/1984. Assunto: **Venda de terras no Estado do Pará**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03-06.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 2119, de 08/06/1982. Assunto: **O Grito da PA 150 – terra e liberdade**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 01.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. Nº 2588, de 25/10/1982. Assunto: **Palestra proferida pelo bispo dom Alano Maria Pena, em porto Xavier/rs**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 01-05.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 2850, de 08/08/1978. Assunto: **Antecedentes de Quotistas – Rádio Araguaia Ltda – conceição do Araguaia/PA**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. Nº 5240, de 12/03/1985. Assunto: **Atividades da Associação dos produtores rurais do sul do Pará – APRUSP**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 02-04.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. Nº 5336, de 13/04/1985. Assunto: **Atividades da Associação dos produtores rurais do sul do Pará - APRUSP**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 03-06.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. Nº 5449, de 01/07/1985. Assunto: **Problemas fundiários na área rural**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 03-11.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. Nº 5478, de 01/07/1985. Assunto: **Atividades da Associação dos produtores rurais do sul do Pará - APRUSP**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 03-06.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 2119, de 24/08/1982. Assunto: **Situação financeira dos jornais alternativos**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-06.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 2119, de 22/04/1983. Assunto: **Situação política dos municípios considerados de interesse da Segurança Nacional no Estado do Pará**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-06.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 2119, de 12/04/1983. Assunto: **Exoneração e designação de prefeito em área do interesse da Segurança Nacional – Marabá/PA**, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-07.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM, Inf. nº 2352, de 21/08/1985. Assunto: **Antecedentes de D. Alano Maria Pena**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 07.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 2352, de 07/05/1979. Assunto: **Invasão de Terras no Sul do Pará**. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 05.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO. Dir: Hipólito da Costa. vol. 1, p. 2. Londres: W. Lewis Paternoster Row, 01/06/1808. Biblioteca Nacional Digital – BNDigital.

FOLHA DE S. PAULO. Ameaçados de morte estão na lista da CPT. 12/06/1987. In: **Dossiê Verdades e mentiras da UDR**, p. 42. Centro de Documentação D. Tomás Balduino – CPT Nacional. Documentos Temáticos, pasta 416.

FOLHA DE S. PAULO. Discurso. 12/06/1987. In: **Dossiê Verdades e mentiras da UDR**, p. 42. Centro de Documentação D. Tomás Balduino – CPT Nacional. Documentos Temáticos, pasta 416.

INFORMATIVO DA PA 150. **Associação**. Ano I, nº 01, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

INFORMATIVO DA PA 150. **Goianésia**. Ano I, nº1, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Apresentação**. (ligado à linha 3 da CNBB). Ano I, nº 1, dezembro de 1975, p. 01. Centro de Documentações São Tomás Balduino.

O ESTADO DE S. PAULO. **A UDR está equidistante dos extremos**. 12/10/1986, p. 39. Acervo Digital.

BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Apresentação**. (ligado à linha 3 da CNBB). Ano I, nº 1, dezembro de 1975, p. 01. Centro de Documentações São Tomás Balduino.

O ESTADO DE S. PAULO. Agente de Pastoral morre assassinado no interior do PA. 01/06/1980, p. 41. **Dossiê sobre morte no campo – Estado do Pará**. Acervo digital Paulo Fonteles.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDA. **A luta do povo**. Ano II, nº 22, Diocese de Marabá/Pa, Junho de 1982, p. 08. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Paulo Fontelles Denuncia Assassinato do Posseiro Sinhozinho em Conceição do Araguaia**. Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, junho de 1981, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Capa**. Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1980, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Caríssimos irmãos das comunidades do 48 e do 56 da PA-150.** Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 03, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **25 de julho.** Ano I, nº 2, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1980, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **A terra é um dom de deus,** Ano I, nº 06, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1980, p. 05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Conceição do Araguaia: Polícia Feral, GETAT e PM comandam as eleições sindicais.** O, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Novas eleições.** Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Polícia federal leva tiro de cartucheira em São Geraldo.** Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 06. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Um ano gritando contra a opressão.** Ano II, nº13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Análise do conflito dos posseiros do Cametaú.** Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Apresentação,** Ano I, nº1, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Campanha Nacional Pela Reforma Agrária,** Ano IV, nº 30, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1984, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Caríssimos irmãos das comunidades do 48 e do 56 da PA-150.** Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 03, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Carta denuncia.** Ano I, nº 11, Diocese de Marabá/PA, Março de 1981, p. 06. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O Grito da PA 150: Terra e Liberdade. **Carta do Bispo ao General**, Ano I, nº1, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Comemorando as lutas e vitórias**. Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Curso Bíblico sobre os profetas - Arraias**. Ano II, nº 19, Diocese de Marabá/PA, Novembro de 1981, p. 07, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Declaração**. Ano II, nº16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 09. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Capa**. Ano IV, nº 30, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1984, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Editorial**. Ano V, nº 32, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1985, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Eleições Diretas?**, Ano III, nº 29, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1983, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Eleições Indiretas**. Ano V, nº 32, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1985, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Em defesa do latifúndio**. Ano II, nº 17, Setembro de 1980, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Enclat: Encontro Estadual das classes trabalhadoras do Pará**. Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 04-05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Encontro de Trabalhadores-Marabá**. Ano I, nº 08, Dezembro de 1980, p. 06. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Fala do bispo.** Ano I, nº2, Diocese de Marabá/Pa, Junho de 1980, p. 05. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Grileiro ameaça de morte presidente de sindicato de marabá.** Ano III, nº 26, Dezembro de 1983, p. 3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Grileiro manda matar lavrador (Pa-150)** Ano I, nº 10, Diocese de Marabá/PA, Dezembro de 1980, p. 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Capa.** Ano II, nº15, Diocese de Marabá/PA, Julho de 1981, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Lei de Segurança Nacional: uma uma contra o povo.** Ano I, nº 10, Diocese de Marabá/PA, Fevereiro de 1981, p. 09, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Gordos e magros.** Ano I, nº 07, Diocese de Marabá/PA, Março de 1982, p. 09. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **A grilagem de terras: terra, objeto de negócio.** Ano I, nº 10, Diocese de Marabá/PA, Fevereiro de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Capa.** Ano IV, nº 30, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1984, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Mensagem do Bispo Dom Alano** Ano I, nº 09, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Mini-assembleia.** Ano I, nº 4, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1980, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Missa de solidariedade no km 12 PA 70.** Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 02-08, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Nosso problema.** Ano I, nº 7, Diocese de Marabá/PA, novembro de 1981, pp. 2-3. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O boi era mais importante.** Ano I, nº09, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 09. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O ITERPA Atrapalha tudo.** Ano IV, nº30, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1984, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O que é a UDR? União Democrática Ruralista.** Ano VII, nº35, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1987, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **O que é a UDR?.** Ano VII, nº 35, Diocese de Marabá/PA, outubro de 1987, p. 04. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Olha o GETAT-PM.** Ano I, nº VII, Diocese de Marabá/PA, Novembro de 1980, p. 01-10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Outro Assassinato** Ano I, nº 09, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 07. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **PA 150: Kilômetros de Atoleiros.** Ano IV, nº 30, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1984, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Poesia do agricultor.** Ano II, nº13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 07. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Polícia federal ameaça Igreja.** Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 03, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Política da Terra.** Ano I, nº 05, Diocese de Marabá/PA, Setembro de 1980, p. 02-10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Povo de Deus, comunidade de fé e de luta.,** Ano I, nº 6, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1980, p. 02-03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Prenderam Fogoio mas o Grito não cala.** Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Abril de 1981, p. 02, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **É hora do trabalhador entrar e participar no sindicato e na política.** O, Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 02-08. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Preparando o dia 25 de julho.** Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, Junho de 1981, p. 01. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Produto do lavrador precisa ser valorizado.** Ano II, nº 23, Diocese de Marabá/PA, Abril de 1982, p. 05, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Protesto na Mata.** Ano I, nº 08, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Querem calar o “Grito ameaçando e prendendo lavradores”** . Ano II, nº 16, Diocese de Marabá/PA, Abril de 1981, p. 01, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Reforma agrária radical e imediata,** Ano II, nº 15, Diocese de Marabá/PA, Julho de 1981, pp. 02-03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Testamento da caminhada do Pe Paulo na Diocese de Marabá.** Ano VI, nº34, Diocese de Marabá/PA, Março de 1986, p. 2-4. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Título de 1892,** Ano II, nº 18, Diocese de Marabá/PA, Outubro de 1981, p. 08. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Um ano gritando contra a opressão.** Ano II, nº13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Zé Piau: o posseiro assassinado por pistoleiros do grileiro Osanir Silva** Ano I, nº 09, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA TOCANTINS – GETAT, UNIDADE EXECUTIVA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Termo de Acordo.** Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará, p. 01.

O LIBERAL. **Aurélio na vanguarda do movimento democrático recebe manifestações de solidariedade.** 08/04/1964, p. 09. Acervo da Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

O LIBERAL. **Deputado Fonteles responde ao coronel Castor.** 15/01/1985, p. 23. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

O LIBERAL. **Entrevista de João Goulart ao “El Debate” de Montevideu.** 09/04/1964, p. 05. Acervo da Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

O LIBERAL. **Família paraense saiu a rua para saudar democracia.** 22/04/1964, p. 5-6. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Estreito, o lugar onde nasceu a odisséia.** 27/08/1980, p. 11. Repositório Digital.

O LIBERAL. **Guerra declarada no Araguaia: a “Pau Ferrado” ninguém toma.** 13/01/1985, p. 16. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

JORNAL DO BRASIL. **Advogado no Pará acusa fazendeiro.** Caderno 01. Quarta-feira de 10/08/1981, p. 01. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA. Caixa 02 – Dossiê sobre morte no campo no Estado do Pará.

O LIBERAL. **P.S.D Paraense ao lado das forças democráticas para garantia do Regime.** 04/04/1961, p. 08. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

O LIBERAL. **Pronunciamento de Aurélio.** In: Govêrno e povo paraenses ao lado dos patriotas contra violências e ilegalidades.. 01/04/1964, p. 08. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

O SÃO PAULO, 31/08/1981. **Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC),** p. 8.

RESISTÊNCIA. **Documento:** como nasceu a Sociedade, nº 00, fevereiro de 1978. Acervo: Centro de Memória da Amazônia – CMA.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Apressa-se integração da Amazônia.** 07/08/1968, p. 05. Repositório Digital.

O ESTADO DE S. PAULO. No rastro da aventura e da solidão. In: **A Transamazônica, os erros de uma experiência.** 28/09/1978, p. 25. Repositório Digital.

LIVROS, ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES

ABRAMOVAY, Ricardo. Reforma Agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. In: LEAL, Laurindo (org.). **Reforma agrária da Nova República: contradições e alternativas.** – São Paulo: Cortez: Educ, 1986.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa, (1970-2000).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ALMADA, Pablo Emanuel Romero. **O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à comissão nacional da verdade.** Revista Brasileira de ciências sociais - vol. 36 N° 106, p. 01-21.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). LÉNA, Philip et al. (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992, pp. 259-290.

ALVES, Sarkis (org.). O PT e a questão agrária no Brasil. **Perseu: história, memória e política,** vol. 12, nº 17. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2019.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais.** Editora Vozes, 2022., , p. 11. (Vozes de Bolso).

ATAÍDE JUNIOR, Wilson Rodrigues. **Os direitos humanos e a questão agrária no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

BACELLAR, Carlos. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Uso e mau uso dos arquivos.** São Paulo: Contexto, 2008. 2ª ed. pp. 23-79.

BACHA, Edmar Bacha et. al. (orgs.). **130 anos: Em busca da República.** 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

BARBOSA, Marialva. **Mundo do Leitor.** In: História Cultura da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Muad X, 2007.

BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio”. In: MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos.** 2ª Ed. ver. – Belém: Banco da Amazônia, 2004.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella.** Editora Rocco Digital, 1ª edição (1 agosto de 2006).

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Trad. Fernando Scheibe. – 1 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 (Coleção História e Historiografia).

BEZERRA NETO, José Maia. Imagens escravas nas visões senhoriais: Uma leitura dos corpos escravos através dos anúncios de fugas (Século XIX). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP),** (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 07, n. 03, p. 85 - 107, nov. / 2020.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política**. 3ª Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOURDIE, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRUNO, Regina. **Revisitando a UDR**: Ação política, ideologia e representação. Revista do Inst. Est. Bras., SP, 1996, p. 69-89.

BUAINAIN, Antônio Márcio; FERNANDES, Bernardo Mançano; DA SILVEIRA, José Maria Ferreira Jardim. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

CAIO, Prado Júnior. **A questão agrária no Brasil**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduf, 2014.

CANUTO, Luzia de Oliveira Pereira. **Terras e Natureza**: Assentamentos Rurais de Rio Maria (1974-2004). PPHIS/UFPA. Belém, 2006.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CARVALHO, José Murilo de. **O pecado original da república**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2007.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.) **História: novos problemas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, pp. 17-48.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Práticia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. – 2ª Ed.; 4ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Soborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001, p. 35.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final**: violações de direitos no campo – 1946 a 1988. Brasília, dezembro de 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DE SÃO PAULO. **Imprensa de resistência à Ditadura**. Relatório - Tomo I - Parte III - Imprensa de Resistência à Ditadura.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). **CPT: 40 anos de fé, esperança e rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

COSTA, Jhemerson. Violência no campesinato paraense: o caso de Francisco Jacinto de Oliveira (1981). In: PETIT, Pere & PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo (orgs.). **Mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas na Amazônia no tempo presente**. Ananindeua-PA: Cabana, 2023, pp. 74-88.

DE CASTRO GOMES, Angela; FERREIRA, Jorge. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura Militar no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, 2014, p. 12.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente. **História do tempo presente**. Editora FGV, 2014.

DELGADO. Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Revista Grafia**, vol. 9, 2012 - pp. 175-191.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012.

DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: NAEA, 1988.

FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à partida. In: **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, Ltda. 1989.

FERNANDES, Marcionila. **Estrutura Fundiária e atuação Política dos Donos de Terras no Pará**: Uma abordagem sobre a União Democrática Ruralista – UDR. Dissertação de Mestrado NAEA/UFGA. Belém, 1993.

FERREIRA, J., & DELGADO, L. **O Brasil Republicano, o tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela. **1964**: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará**: a mordaca a partir de 1964. 1ª Ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2015.

FICO, Carlos (et. al.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas / Organizadores Carlos Fico...[et al.]. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2008.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, vol. 5, n. 10, jul./dez. 2013, p. 464– 483.

FICO, Carlos. Violência, repressão e sociedade In: **História do Brasil contemporâneo**. 1ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, p. 61-87.

FICO, Carlos. **Como eles agiam** – Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONTES, Edilza Joana. A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal pra garantir o acesso à terra no Pará (1960-1962). **Antíteses**, v. 8, n. 15esp., nov, 2015, p. 366-392.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed, - São Paulo: Edições Loyola, 2014. (leituras filosóficas).

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. São Paulo: Global, 4ª edição 2010.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falsos, fictício. Tradução de Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. As Marcas do Período. In: **Olhando para dentro: 1930-1964**. Vol. 4. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (História do Brasil Nação: 1808-2010).

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Departamento de estradas de rodagem**. Sistema Rodoviário do Estado do Pará. Belém, 1981. Biblioteca Pública Arthur Viana. Acervo: Obras do Pará.

GRAMSCI, Antônio. **Odeio os indiferentes**: escrito de 1917. Trad. Daniela Mussi, Alvaro Biachi. – 1ª Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Para entender o plano nacional de reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **1989**: história da primeira eleição presidencial pós-ditadura. Paco e Littera, 2019.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. 1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo. **Cadernos de História**, v. 18, n. 29, p. 564-590, 2017.

GUTEMBERG, Armando Diniz Guerra. **O posseiro da fronteira**: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense. – Belém: UFPA/NAEA, 2001, p. 75.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014

HÉBETT, Jean. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume II, EDUFPA, 2004.

IANNI, Octávio. A questão social. **Revista USP**, Setembro, Outubro e Novembro, 1989, p. 145-154.

KECK, Margaret. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KEITH, Jenkins. **A História repensada**. Trad. Mário Viela, 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. Editora Página Aberta Ltda. 2 eds., revista e ampliada, Edusp, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Campinas, SP: 2001. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LÖWY, Michael. Tese VI: **Walter Benjamin**: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUSTOSA, Isabel. **O jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)**. Ed. da Unicamp, 1ª edição, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 7. ed., 2012.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa de Oliveira Prieto. – São Paulo: Brasiliense, 2004.

Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003 (Descobrimo o Brasil), 2003.

MARTINS, José de Souza. A ida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A. & SCHWARCZ, Lilia M., **História da Vida Privada: Contrastes da intimidade contemporânea**. Companhia das Letras, 5ª reimpressão, vol. 4, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da Democracia na “Nova República”**. Editora Hucitec, São Paulo, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1981.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**. Volume 11 São Paulo, 1999.

MARTINS, José. Impasses Político dos Movimentos Sociais na Amazônia. **Tempo Social; Revista de Sociol. USP**, São Paulo, Volume 01, pp. 131-148, 1989.

MARX, Karl, 1818-1883. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843**. Trad. de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]; prefácio à terceira edição Alysson Leandro Mascaro. 3ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. Trad. Daniel Bensaid, Mariana Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003 (Descobrimo o Brasil).

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. **Imagem, história e ciência**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, vol.9, n.2, p.283-286, maio-ago. 2014.

MELO, João Alfredo Telles Melo (org.). **Consórcios financiam violência e crimes ambientais**. CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil/Deputado João Alfredo Telles Melo. Brasília, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina & STEDILE, João Pedro (orgs.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária–natureza e comportamento 1964-1990**; V; vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Retratos Brasileiros: 20 Anos de Imprensa Alternativa. **Antologia Prêmio Torquato Neto**. Rio de Janeiro, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, 1984.

MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nos anos 1820-1830. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan. /Jul. 2013, p. 62-85.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, vol. 10, nº 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, vol. 20, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018.

MOURA, Margarida Maria. **Camponês**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NELSON, Ribeiro. **Caminhada e Esperança da Reforma Agrária: a questão da terra na Constituinte**. Rio de Janeiro, 2ª edição, Paz e Terra, 1987.

NOSSA, Leonencio. **Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, vol. 11, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; Gomes, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

PEIXOTO, Rodrigo. Memória Social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 3, pp. 479-499, set. – dez., 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. **Clio. Série História do Nordeste (UFPE)**, v. 2, p. 5, 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo, 1975- **O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia-1975/1985**. Dissertação de Mestrado, PPHIS/UFPA. Belém, 2013.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. **“Ao cristão é proibido ter medo”**: a trajetória da comissão pastoral da terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a Ditadura Militar (1975/1985). Tese de doutorado PPHIS/UFPA. Belém, 2019.

PESSÔA, Fábio Tadeu. Entre “grileiros” e “gatunos”: a Guerra de Perdidos e a privatização das terras no sul do Pará. **História Unisinos**, vol. 26, nº 2, 2022,.

PESSOA, Fábio. T. M. & COSTA, Jhemerson. A Luta Pela Terra nas Páginas do Jornal O Grito da Pa 150: Terra e Liberdade. Entre a Denúncia e a Formação Política dos Camponeses no Sudeste Paraense. **Perseu: História, Memória e Política**, vol. 1, p. 59-82, 2017.

PESSOA, Fábio. T. M. Bispo Comunista, Padres Subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no Sul do Pará durante o período militar. **Outros Tempos**, vol. 11, nº18, 2014, pp. 61-82.

PETIT, Pere. **A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Boitempo/NAEA-UFPA, 1996.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PETIT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. **O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012.

PETIT, Pere; PEREIRA, Airton; PESSÔA, Fábio. Camponeses, Fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990. **Tempos Históricos**, Volume 18, 2014.

PERE, Petit. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). In: César Augusto. (Org.). **Histórias Impressas: imprensa e periodismo na Região Norte - 1930-1988**. 01 ed. Manaus: Valer, 2022, v. 01, p. 185-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. – 2ª ed.; 4. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (Coleção História e Historiografia, 2).

QUADRAT, Samantha Viz. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, pp. 201-216.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2000.

REIS, Rossana Rocha. **O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil**. Lua Nova, São Paulo, pp. 86: 89-122, 2012.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte MG: Autêntica, 2006.

RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. Fase Documental: **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROGERIO, Almeida; SACRAMENTO, Elias. **Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra: Vivos na luta pela terra**. Rogério Almeida e Elias Sacramento (organização). Santarém, PA: Ed: dos Autores, 2022.

RUDÉ, George F. E. **A multidão na História: estado dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848**. Tradução de Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: campus, 1991.

SACRAMENTO, Elias. **“É muito triste não conhecer pai”**: A herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles. Tese de Doutorado PPHIS/UFGA. Belém, 2020.

SIVA, Antonio Ozaí da Silva. **História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)**. São Paulo: 2ª Ed. (revisada e ampliada), 1987.

SANTOS, Edileuza dos. **Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo na luta pela terra na PA- 150 (1970-1985)**. Dissertação de Mestrado PPHIS/UFGA. Belém, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & STARLING, Heloise Murgel (orgs.). **Brasil: uma biografia**. Paulo: Companhia da Letras, 2ª edição 2018.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SILVA, Juremir Machado. **1964**: Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Juremir Machado. Jango: Vida e morte no exílio. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 208.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, Messias Francisco. **Funcionamento de discursos das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) no sudeste do Pará no momento de redemocratização do país**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia/UNIFESSPA. Marabá, 2016.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional- 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição 2011.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo : Expressão Popular, 2ª edição 2012.

STEPAN, Alfred C. **Os militares: da abertura à nova república**. Trad. de Ádriana Lopez e Ana Luíza Amendola – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Thompson, E. P. **Costumes em Comum**. Revisão Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

THOMPSON, E.P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Trad., Denise Bottman. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História; v, 7).

THOMPSON, Paul **A voz do passado: História Oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: **O golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 13-28.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 1964**. (Coleção Tudo é História) – São Paulo: Brasiliense, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. A transamazônica. In: **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1981, pp. 145-160.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das Bandeiras Verdes, missão e romaria** – movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Tese de doutorado/Unicamp. Campinas, 2001.

WELCH, Andrew (et al.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WELCH, Clifford Andrew [et al]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1/. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Trad. Paulo Henrique Britto. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaragüense**. Trad. Maria Silvia Mourão Netto. – São Paulo: Editora UNESP, 2006.